

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA 3º TRIMESTRE 2014

Novembro de 2014

SUMÁRIO

1. Apresentação	3
1.1. Critérios para análise do desempenho estratégico.....	3
2. Análise do desempenho estratégico	5
2.1. Visão geral do desempenho estratégico	9
2.2. Visão geral do desempenho dos indicadores	11
2.3. Visão geral do desempenho das iniciativas estratégicas.....	13
2.4. Análise detalhada do desempenho estratégico no segundo trimestre de 2014	16
3. Conclusão	16

1. Apresentação

O Relatório de Análise da Estratégia apresenta o desempenho dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas estabelecidas no Plano Estratégico Institucional, e tem por finalidade subsidiar a Reunião de Análise da Estratégia (RAE), fornecendo insumos para garantir sua máxima produtividade.

A Reunião de Análise da Estratégia (RAE) visa a garantir o acompanhamento e a gestão da estratégia de médio e longo prazos, por meio da avaliação dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas constantes do Plano Estratégico Institucional. Além de assegurar investimento de tempo no diálogo estratégico, a RAE favorece a análise sistêmica do desempenho institucional, oportuniza discussões sobre os cenários interno e externo e como eles afetam a estratégia, promove o alinhamento de entendimentos acerca da estratégia e orienta a tomada de decisões.

As reuniões fornecem dados e fatos que asseguram uma gestão objetiva da estratégia, não sendo aconselhável conduzir a discussão para assuntos estritamente operacionais. A partir do aprendizado gerado pelas RAEs é que a estratégia pode ser questionada e, eventualmente, atualizada ou revista, a partir de um novo ciclo de formulação.

1.1. Critérios para análise do desempenho estratégico

A fim de sistematizar a análise do desempenho estratégico, este Tribunal, pautado na metodologia do BSC – Balanced Scorecard, adotou os critérios a seguir apresentados para avaliação dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas.

A análise de desempenho dos objetivos decorre da avaliação dos indicadores a eles relacionados. Cada indicador é “sinalizado” de acordo com o índice de alcance da respectiva meta, conforme os intervalos apresentados no quadro abaixo, devendo ser considerada a polaridade do indicador, isto é, “quanto maior, melhor” (quanto maior o resultado alcançado, melhor o desempenho) ou “quanto menor, melhor” (quanto menor o resultado alcançado, melhor o desempenho).

Observa-se, contudo, que após a revisão do Plano Estratégico, em 2012, deliberou-se pela modificação da margem de desempenho considerada razoável para avaliação da meta, passando de 5% para 10%.

Polaridade - Maior Melhor



Polaridade - Menor Melhor



Indicador não disponível no momento



Indicador sem medição para o período

Os “sinais” coloridos são recursos visuais que servem para representar a criticidade e o nível de atenção a ser dispensado aos indicadores e aos objetivos. A cor verde indica desempenho satisfatório. A cor amarela indica necessidade de atenção. A vermelha, a necessidade de ações corretivas e nível de atenção ainda maior.

Além dessas “sinalizações”, o indicador pode receber a cor preta, indicativo de que não está operacional porque não está sendo mensurado ou não tem meta definida, ou a cor cinza, que indica que não há medição para o período, isto é, o histórico de mensuração ainda não foi iniciado.

A média das pontuações obtidas do conjunto de indicadores de cada objetivo determinará a situação do objetivo estratégico, conforme quadro abaixo:

Critério dos Sinais de Desempenho dos Objetivos		
Pontuação dos Indicadores	Média dos Pontos	
	Resultado	Situação do Objetivo
3 pontos		
2 pontos	0 – 1,50	
1 ponto	1,51 – 2,50	
0 ponto	2,51 – 3,00	
Indicador não pontua		

As iniciativas estratégicas serão analisadas com base nos prazos de execução estabelecidos nos respectivos Planos Gerais de Projeto, conforme sinalizadores apresentados no quadro abaixo. Busca-se, dessa forma, facilitar a análise do andamento das iniciativas estratégicas e auxiliar a tomada de decisão em relação ao eventual realinhamento dessas iniciativas.

Critério de Desempenho das Iniciativas em relação ao Prazo (Planejado X Realizado)	
	Iniciativa em andamento, sem pontos de atenção ou riscos identificados não ocorridos
	Iniciativa com ponto de atenção ou pendência
	Iniciativa com problemas (riscos ocorridos)
	Iniciativa não iniciada
	Iniciativa concluída
	Iniciativa descontinuada

2. Análise do desempenho estratégico

Esta seção apresenta a análise do desempenho dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas.

A minuciosa avaliação das informações aqui apresentadas deve induzir à reflexão sobre a importância do monitoramento contínuo dos elementos do BSC e da vinculação entre a estratégia e o processo operacional como propulsores do aprendizado e do desenvolvimento institucional.

O presente relatório apresenta o resultado do desempenho estratégico do TRE-RJ no terceiro trimestre de 2014, razão pela qual estão consignadas as análises referentes aos indicadores cujas periodicidades de medição são mensais, bimestrais, trimestrais ou quadrimestrais. Apesar de alguns objetivos não terem a si associados indicadores com as referidas periodicidades, compõem este relatório as análises de todos os objetivos estratégicos, considerando as análises mais recentes, que integraram os últimos relatórios de análise da estratégia, de forma a facilitar a visualização geral do desempenho estratégico do TRE-RJ. Ressalvam-se as situações apresentadas nos parágrafos seguintes.

Dos indicadores cujas periodicidades integram o horizonte de análise do presente relatório, apenas dois não foram analisados pelos respectivos responsáveis, a saber: *"PSE 02 – Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria"* e *"PSE 03 – Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria"*. Por tal razão, a análise do objetivo *"Prestar serviços de excelência"* foi prejudicada.

Não foram realizadas pelos respectivos responsáveis, ainda, as análises dos objetivos *"Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais"* e *"Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia"*, em que pese o fato das análises dos indicadores a eles associados terem sido apresentadas e integrem o presente relatório.

No que se refere ao objetivo *"Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ"*, a última análise realizada, relativa ao 4º trimestre de 2013, não foi incluída neste relatório por estar desatualizada, tendo em vista a informação contida no relatório relativo ao segundo trimestre de 2014, página 7, a saber: *"No que se refere ao indicador "Índice de adequação das instalações físicas", conforme informação prestada pela Secretaria de Administração em 21 de agosto de 2014, a medição relativa ao 4º trimestre de 2013 foi realizada de forma equivocada, gerando inconsistência de informação no relatório correspondente àquele período. Consoante a informação daquela Secretaria, a medição do indicador não pode ser efetuada, uma vez que a correta medição está condicionada à implementação do projeto estratégico "Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais". Assim, em que pese a medição do indicador ser anual e, portanto, a respectiva ficha de análise de desempenho não estar inserida no presente relatório, a ficha do objetivo consigna para o referido exercício a sinalização "preta"."*

Em relação aos objetivos cujas análises deveriam ter sido realizadas em períodos anteriores, deixaram de ser realizadas as relativas aos seguintes objetivos: *"Garantir a agilidade dos processos administrativos"*; *"Buscar a excelência na gestão de custos"*; e, *"Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições"*, todos semestrais.

As fichas dos indicadores cujas periodicidades não são mensais, bimestrais, trimestrais ou quadrimestrais, mas que integram objetivos que possuem a si associados outros indicadores cujas periodicidades correspondem àquelas mencionadas, foram incorporados ao presente relatório, como forma de facilitar a contextualização da análise do objetivo. Este é o caso dos indicadores *"EO 07 – Prestações de contas julgadas no prazo"*; *"AE 01 – Índice de alcance das metas estratégicas"*; *"AE 02 – Índice de desdobramento da estratégia"*; *"GP 03 – Índice de adequação às competências organizacionais"*; *"GP 04 – Clima organizacional"*; *"GP 06 – Índice de participação de magistrados"*; *"IT 05 – Índice de*

porte em TIC conforme requisitos definidos na Resolução 90/CNJ”; “ORÇ 01 – Execução orçamentária”; e, “ORÇ 03 – Índice de execução do orçamento estratégico”.

Segue o quadro consolidado das periodicidades dos indicadores, segmentados por objetivo estratégico:

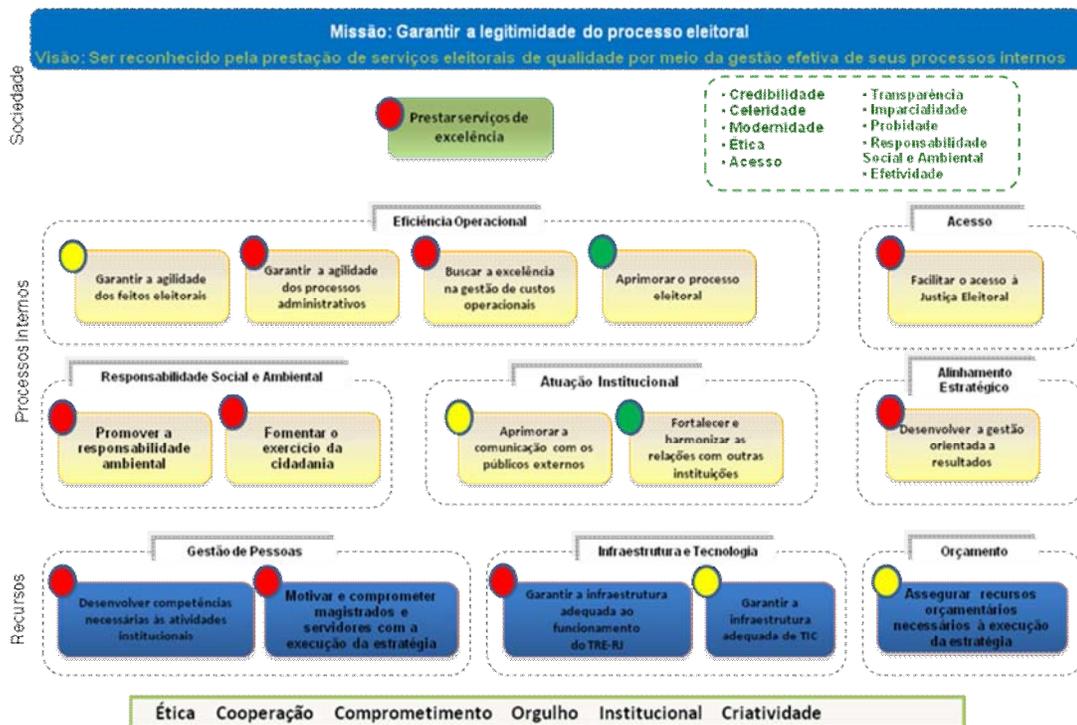
Objetivo	Indicadores	Periodicidade de medição
Prestar serviços de excelência	PSE 01 – Índice de satisfação do cliente externo	Trimestral
	PSE 02 – Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria	Trimestral
	PSE 03 – Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria	Trimestral
Garantir a agilidade dos feitos eleitorais	EO 01 – Taxa de congestionamento de feitos judiciais (1º grau)	Trimestral
	EO 02 – Taxa de congestionamento de feitos judiciais (2º grau)	Trimestral
	EO 03 – Taxa de congestionamento de feitos administrativos (1º grau)	Trimestral
	EO 04 – Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais (1º grau)	Trimestral
	EO 05 – Índice de agilidade no julgamento de feitos judiciais (2º grau)	Trimestral
	EO 06 – Índice de agilidade no julgamento de feitos administrativos (1º grau)	Trimestral
	EO 07 – Prestações de contas julgadas no prazo	Bienal, em agosto dos anos não eleitorais
Garantir a agilidade dos processos administrativos	EO 08 – Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	Semestral
Buscar a excelência na gestão de custos operacionais	EO 09 – Custo de manutenção da estrutura	Semestral
Aprimorar o processo eleitoral	EO 10 – Percentual de implementação de planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições	Bienal, em dezembro dos anos eleitorais
	EO 11 – Percentual de eleitores com cadastro biométrico	Anualmente, em janeiro
	EO 12 – Percentual de mesários voluntários	Bienal, em dezembro dos anos eleitorais

Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral	ACE 01 – Índice de acesso à Justiça	Trimestral
	ACE 02 – Índice de atendimento às demandas de ações de acesso	Trimestral
Promover a responsabilidade ambiental	RSA 01 – Índice de desempenho ambiental	Semestral
Fomentar o exercício da cidadania	RSA 02 – Número de pessoas alcançadas pelos projetos sociais	Semestral
Aprimorar a comunicação com os públicos externos	AI 01 – Índice de satisfação dos usuários da internet	Trimestral
	AI 02 – Índice de inserções positivas na mídia	Mensal
	AI 03 – Disponibilização das sentenças na internet pelas Zonas Eleitorais	Mensal
Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições	AI 04 – Número de parcerias estratégicas	Semestral
Desenvolver a gestão orientada a resultados	AE 01 – Índice de alcance das metas estratégicas	Anual, em janeiro
	AE 02 – Índice de desdobramento da estratégia	Semestral
	AE 03 – Número de reuniões de análise da estratégia	Trimestral
Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais	GP 01 – Índice de aderência ao PAC	Quadrimestral
	GP 02 – Índice de execução do PAC	Quadrimestral
	GP 03 – Índice de adequação às competências organizacionais	Semestral
Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia	GP 04 – Clima organizacional	Bienal, em anos não eleitorais
	GP 05 – Índice de Cartórios Eleitorais participantes no Espaço Colaborativo	Mensal
	GP 06 – Índice de participação de magistrados	Semestral
Garantir a infraestrutura adequada ao	IT 01 – Índice de adequação das instalações físicas	Anual, em dezembro
	IT 02 – Índice de adequação dos materiais permanentes	Anual, em janeiro

funcionamento do TRE-RJ	IT 03 – Índice de instalações acessíveis	Anual, em dezembro
Garantir a infraestrutura de TIC	IT 04 – Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC	Mensal
	IT 05 – Índice de porte em TIC conforme requisitos definidos na Resolução 90/CNJ	Anualmente, quando da avaliação de porte dos tribunais realizada pelo CNJ
Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia	ORÇ 01 – Execução orçamentária	Anual, em janeiro
	ORÇ 02 – Índice de execução financeira	Trimestral
	ORÇ 03 – Índice de execução do orçamento estratégico	Anual, em janeiro

2.1. Visão geral do desempenho estratégico

O mapa estratégico do TRE-RJ apresentou a seguinte configuração ao final do terceiro trimestre de 2014:



Considerando o quadro abaixo, que indica o número de objetivos, por período, de acordo com as respectivas “sinalizações”, depreende-se a significativa e gradual piora do desempenho estratégico do TRE-RJ.

Tabela 1: Desempenho dos objetivos

1º sem/2013	4	3	9
3º trim/2013	2	5	9
4º trim/2013	4	5	7
1º trim/2014	4	5	7
2º trim/2014	3	3	10
3ºtrim/2014	2	4	10

Gráfico 1: Desempenho dos objetivos



2.2. Visão geral do desempenho dos indicadores

No que se refere à operacionalização dos indicadores estratégicos, observa-se que 8 (oito) não foram mensurados, recebendo a sinalização preta ou cinza, demonstrando piora em relação ao trimestre anterior, em que apenas 6 restaram sem medição.

Diversos são os fatores que impactaram na não operacionalização dos indicadores neste trimestre.

Os indicadores *"Percentual de implementação de planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições"* e *"Percentual de mesários voluntários"* não foram mensurados em razão de suas próprias periodicidades, recebendo, portanto, a sinalização "cinza", que não computa numericamente no cálculo de desempenho dos indicadores. Tal situação é, portanto, idêntica à do último trimestre, já que tais indicadores somente serão mensurados, no próximo relatório, ao final de 2014.

Os indicadores *"Índice de adequação às competências organizacionais"*, *"Índice de cartórios eleitorais participantes do Espaço Colaborativo"* e *"Índice de adequação das instalações físicas"*, não foram mensurados, pois dependem da implementação de projetos que viabilizem as respectivas operacionalizações, recebendo, portanto, a sinalização "preta". Tal situação também se manteve estável em relação ao último período.

Os indicadores *"Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria"* e *"Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria"*, cujas periodicidades são trimestrais, não foram mensurados, nem as respectivas análises foram apresentadas.

O indicador *"Custo de manutenção da estrutura"*, cuja periodicidade de medição é semestral, não foi mensurado e a respectiva análise não foi realizada no segundo trimestre de 2014, não sendo disponibilizadas as informações a ele relativas até a data de elaboração do presente relatório, recebendo, portanto, a sinalização de cor "preta".

Gráfico 2: Disponibilidade dos indicadores

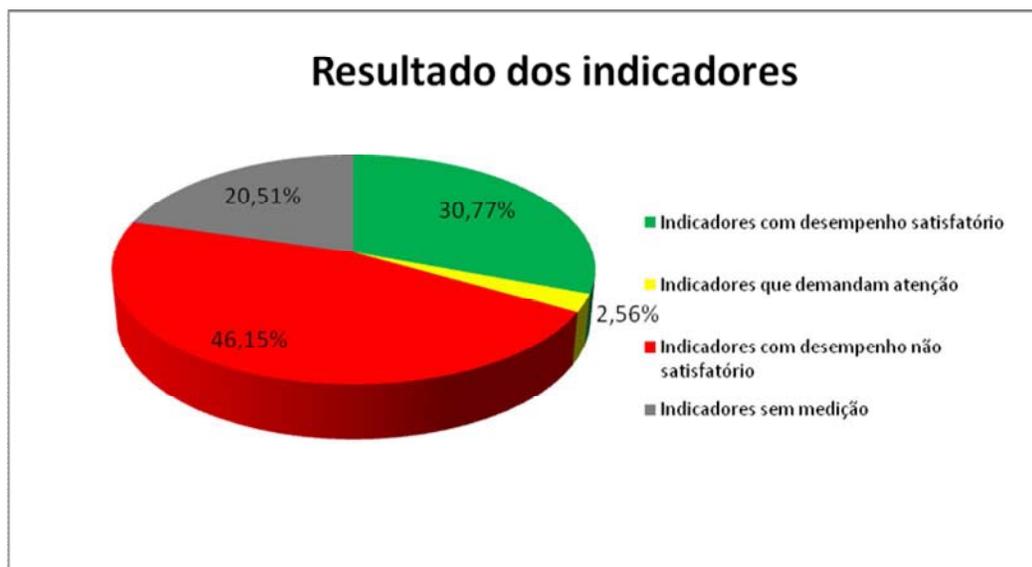


Dos 40 indicadores que integram o plano estratégico, apenas 39 são computados, uma vez que o indicador "Índice de alcance de metas estratégicas" não é incluído no cálculo de percentual de metas alcançadas. Observa-se que 12 indicadores tiveram desempenho dentro do limite desejável no terceiro trimestre de 2014 (sinalização "verde"), isto é, suas metas foram atingidas ou apresentaram desempenho dentro do limite de comportamento desejável, o que corresponde a 30,77% do total de indicadores mensurados; 18 apresentaram desempenho insatisfatório (sinalização "vermelha"), o que corresponde a 46,15%; e, 1 (um) indicador demanda atenção (sinalização "amarela"), o que corresponde a 2,56%. Os outros 8 indicadores, conforme apontado anteriormente, não foram mensurados. Assim, em linhas gerais, demonstra-se que não houve evolução no desempenho estratégico do TRE-RJ, haja vista o quadro comparativo abaixo:

Tabela 2: Desempenho dos indicadores

INDICADORES					
4º trimestre/2013	17	1	16	2	3
1º trimestre/2014	16	2	17	2	2
2º trimestre/2014	12	2	19	2	4
3º trimestre/2014	12	1	18	2	6

Gráfico 3: Resultados dos indicadores



2.3. Visão geral do desempenho das iniciativas estratégicas

O TRE-RJ tem atualmente 33 (trinta e três) projetos em monitoramento em seu portfólio estratégico, considerando a conclusão do projeto “EAD – Ensino a distância” no terceiro trimestre de 2014. Somam-se a este projeto, os concluídos em 2013 – “Ampliação da Carta de Serviços do TRE-RJ” e “Programa Qualidade de Vida no Trabalho – QVT” –, e os já entregues no primeiro semestre de 2014, a saber: 1) “Gestão do Clima Organizacional”; 2) “Normatização sobre prática de atos ordinatórios de ofício”; 3) “Otimização do Sistema PIE - Plano Integrado das Eleições”; 4) “Planejamento das Eleições 2014”; 5) “Revisão da Agenda Ambiental”.

Destaca-se que, conforme informado no relatório do trimestre passado, resta pendente a entrega dos Termos de Encerramento (TEP) dos projetos Otimização do Sistema PIE e Planejamento das Eleições 2014, embora os mesmos já estejam concluídos e com seus produtos entregues.

Não houve evolução no andamento dos projetos com problemas e pontos de atenção, demonstrando ainda a necessidade de maior foco na solução de suas pendências, a fim de garantir maior eficiência em sua execução, evitar atrasos e desperdícios, além de assegurar a efetividade dos objetivos estratégicos aos quais estão relacionados.

Salienta-se que, conforme deliberado na Reunião de Apresentação do Relatório de Desempenho do Planejamento do TRE-RJ referente ao 2º trimestre de 2014 (2º semestre consolidado), realizada em 5 de setembro de 2014, deliberou-se pela realização de reunião específica para tratar do realinhamento do portfólio de projetos estratégicos do TRE-RJ, após a realização da RAE relativa ao primeiro semestre de 2014. A referida RAE foi agendada naquela reunião para a primeira semana de novembro, no entanto, até a data de conclusão deste relatório, não havia sido realizada.

Estima-se que a realização a sistematização de reuniões do Comitê Gestor da Estratégia, com pauta específica sobre os projetos estratégicos, favorecerá o processo de execução e planejamento orçamentário das ações estratégicas.

Tabela 3: Status dos Projetos

Status	Situação em março de 2014	Situação em junho de 2014	Situação em outubro de 2014
Iniciativas concluídas	2	7	8
Iniciativas não iniciadas	4	7	7
Iniciativas em andamento sem pontos de atenção	10	6	5
Iniciativas iniciadas, com ponto de atenção ou pendência	14	7	8
Iniciativas iniciadas com problemas	12	14	13
Iniciativas descontinuadas	0	1	1

É importante também reiterar a necessidade de capacitar os servidores da equipe da Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão em Gerenciamento de Portfólio de Projetos e em noções de gestão orçamentária, visando otimizar os procedimentos relacionados à gestão da carteira de projetos do Tribunal.

Gráfico 4: Situação dos Projetos

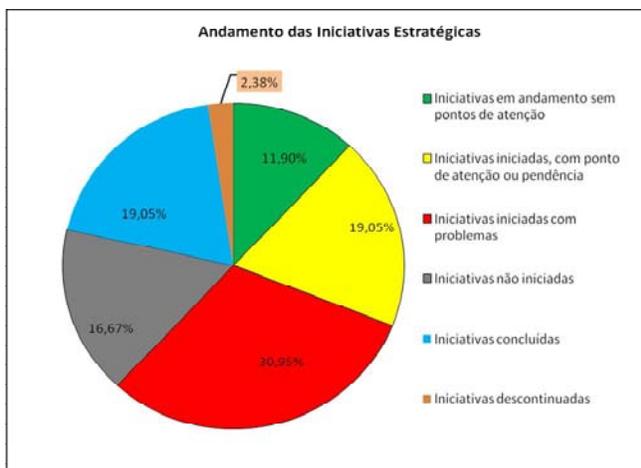


Tabela 4: Status dos Projetos

Atualizado 14/10/2014		
Nome do projeto	Gerente	P
Ampliação da Carta de Serviços do TRE-RJ	Cláudia Foffano de Souza	
Banco de Boas Práticas	Diego Guedes	
Cadastramento Biométrico de Eleitores	Cláudia Foffano de Souza	
Central de Serviços de TI	Fabiano Barbosa	
Comitê Gestor do Portal	Alberto Carmo de Araújo	
Desdobramento da Estratégia nas Unidades do TRE/RJ	Soraya Previtali	
Desenvolvimento e implementação da Política de comunicação do TRE-RJ	Maurício da Silva Duarte	
Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais	José Álvaro Manhães Wagner	
EAD - Ensino a Distância	Jason Marcelino	
Espaço Colaborativo	Tatiana Kagohara	
Exposição "Dez Mitos sobre o Sistema Eleitoral Brasileiro"	Mauricio Renault de Barros Correia	
Gestão Documental	Luciana Siqueira de Carvalho	
Georreferenciamento	Flávia Daniel	
Gestão do Clima Organizacional	Daniela Martins	
Gestão por Competência	Marcos Guerrero	
Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis Para Contratações	Moema Munk	
Guia de Pedidos de contratação de serviços e aquisição de materiais	Luciana de B. Magalhães Gomes Abduche	
Justiça Eleitoral Itinerante	Gisele Goneli	
Memória Oral	Maurício da Silva Duarte	
Mesário Voluntário 2014	Fernanda Lauria	
Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ	Tatiana de Freitas Kagohara	
Modernização do Data Center	Janeth Soares	
Normatização sobre prática de atos ordinatórios de ofício	Danielle Cunha	
Otimização do Sistema PIE - Plano Integrado das Eleições	Janete Rodrigues	
Padronização de registro de feitos eleitorais no SADP	Elizabete de Albuquerque Oliveira Cirufo	
Planejamento das Eleições 2014	Ligia Monteiro	
Plano Diretor de Comunicação do TRE-RJ	Luciana Souza Batista	
Programa Eleitor do Futuro 2013-2014	Elaine Rodrigues Machado da Silva	
Programa Qualidade de Vida no Trabalho - QVT	Ayda Elisa Bruce Calabria	
Programa Segurança da Informação	Luciana Siqueira de Carvalho	
Programa TRE Cidadão	Bruno Moreira Lima	XXXXXXXXXX
Programa TRE vai à Escola	Helena Maria Barbosa da Silva	
Racionalização dos Custos de Manutenção	Luiz Carlos Fernandes Freire	
Reconhecimento do Trabalho voluntário em ações de cidadania	Elaine Rodrigues Machado da Silva	
Revisão da Agenda Ambiental	Maria Imaculada Machado do Carmo	
Sistema de Acompanhamento da Execução		
Sistema de Gestão da Estratégia	Soraya Previtali	
Sistema de Gestão de Compras	Carla Monteiro	
Sistema de Pesquisa de Satisfação	Andrea Bessler	
Sistematização do Controle de Parcerias	Fúlvio da Fonseca Coelho	
Sistematização do Programa TRE vai à Escola	Elaine Rodrigues Machado da Silva	
TV Corporativa	Leandro Quarti Lamarão	

Iniciativas em andamento sem pontos de atenção
Iniciativas iniciadas, com ponto de atenção ou pendência
Iniciativas iniciadas com problemas
Iniciativas não iniciadas
Iniciativas concluídas
Iniciativas descontinuadas

2.4. Análise detalhada do desempenho estratégico no segundo trimestre de 2014

As páginas que seguem apresentam as análises de desempenho dos objetivos estratégicos e respectivos indicadores, ordenados por perspectiva e tema, em relação ao terceiro trimestre de 2014.

Cumprir destacar que no período objeto de análise deste Relatório, algumas unidades responsáveis por análise de indicadores e objetivos deixaram de fazê-lo, conforme informado no item 2 deste Relatório. Reitera-se que as avaliações quantitativas apresentadas nos itens anteriores devem ser complementadas por análises qualitativas sobre os indicadores e objetivos, como forma de garantir uma análise mais consistente sobre o desempenho estratégico do Tribunal.

3. Conclusão

Conforme já informado no último Relatório de Análise da Estratégia, no dia 27 de maio de 2014 foi realizada a I Reunião de Análise da Estratégia de 2014, cuja pauta abordou o desempenho global do TRE-RJ no ano de 2013, conforme consta do Prot. nº 26.442/2014, tendo sido gerados planos de ação com foco na melhoria do desempenho de alguns objetivos estratégicos.

Visando garantir o monitoramento e o registro da execução dos referidos planos de ação, a Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão encaminhou às unidades responsáveis pelos planos aprovados naquela RAE o "Formulário de Avaliação de Plano de Ação". Os formulários respondidos encontram-se juntados àquele expediente visando subsidiar as próximas Reuniões de Análise da Estratégia.

A Reunião de Análise da Estratégia, prevista para agosto de 2014, não foi realizada.

No dia 5 de setembro de 2014, foi realizada a Reunião de Apresentação de Desempenho do Planejamento do TRE-RJ referente ao 2º trimestre (1º semestre consolidado) de 2014. Na ocasião, foram definidos planos de ação a serem elaborados e os respectivos responsáveis, com foco na melhoria de desempenho de diversos objetivos estratégicos, conforme consta do Prot. nº 123.679/2014.

Na mesma ocasião, definiu-se que a II Reunião de Análise da Estratégia de 2014 seria realizada em novembro de 2014, visando abordar o desempenho estratégico do TRE-RJ relativo ao primeiro semestre deste ano.

Considerando a importância de garantir o monitoramento sistemático do desempenho estratégico, o acompanhamento dos planos estabelecidos para seu alcance e a observância do cronograma de Reuniões de Análise da Estratégia em aderência aos prazos previstos no Ato nº 391/2012, sugere-se que a próxima reunião, prevista para este mês de novembro, aborde tão somente o desempenho de todo o primeiro semestre de 2014. Tal proposta deve-se à extensão da pauta, bem como porque não se mostra oportuno aduzir à pauta mais questões porventura identificadas neste terceiro trimestre, especialmente porque os planos de ação até então gerados e em execução, e aqueles identificados e em elaboração/elaborados, voltam-se à melhoria de desempenho de um grande número de objetivos estratégicos e pendem de avaliação por parte do Comitê Gestor da Estratégia.

Faz-se necessário avaliar a eficácia dos planos já em execução e as expectativas de impacto daqueles em construção, anteriormente à deliberação de novos planos de ação, como forma de assegurar um melhor direcionamento das atividades a eles relacionadas e evitar retrabalho e desperdício de recursos.

Na I RAE de 2014, foram aprovados planos de ação dirigidos à melhoria dos seguintes objetivos Estratégicos:

- Aprimorar o processo eleitoral (2 planos);
- Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais;
- Promover a responsabilidade ambiental (2 planos);
- Desenvolver a gestão orientada a resultados
- Garantir a agilidade dos feitos eleitorais (2 planos);
- Prestar serviços de excelência;
- Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral;

Na Reunião de Apresentação de Desempenho do Planejamento do TRE-RJ referente ao 2º trimestre (1º semestre consolidado) de 2014, foi identificada a necessidade de desenvolvimento de planos de ação relacionados aos seguintes objetivos estratégicos:

- Aprimorar o processo eleitoral
- Aprimorar a comunicação com os públicos externos;
- Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia;
- Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ;
- Garantir a infraestrutura adequada de TIC;
- Garantir a agilidade dos feitos eleitorais;

- Prestar serviços de excelência;
- Fomentar o exercício da cidadania.

Observa-se, ainda, que as sugestões de melhoria apresentadas neste trimestre referem-se a revisões das fichas de indicadores, principalmente no que se refere à periodicidade e responsáveis pelas medições. Assim, considerando a deliberação da reunião realizada em 5 de setembro de 2014, de prorrogação do prazo de vigência do Plano Estratégico do TRE-RJ para 2015, sugere-se que tais ajustes sejam realizados por ocasião do trabalho de revisão do referido Plano a ser realizado no ano vindouro.

Outros aspectos que sejam identificados a partir da associação dos resultados aferidos neste Relatório e da análise de desempenho dos planos de ação até então gerados, deverão compor a pauta da Reunião de Análise da Estratégia que avaliará o desempenho global do ano de 2014 que, consoante os prazos estabelecidos pelo Ato nº 391/2012 deverá ocorrer no mês de fevereiro de 2015.

Assim, sugere-se que a pauta da próxima RAE contemple os aspectos pendentes de avaliação concernentes ao primeiro semestre de 2014, como segue:

1. Feedback dos planos de ação gerados na I RAE de 2014, realizada no dia 27 de maio de 2014
2. Revisão da ficha do indicador *“Índice de participação de magistrados”*
3. Aprovação dos planos de ação que respondam aos seguintes questionamentos:

3.1 Objetivo *“Aprimorar o processo eleitoral”*

Q: Considerando que a mensuração do indicador *“Percentual de implementação de planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições”*, é bienal e prevista para dezembro de 2014, e que os projetos *“Planejamento das eleições de 2014”* e *“Otimização do Sistema PIE”* encontram-se concluídos, de que forma devem ser sistematizados a gestão do planejamento eleitoral e o processo de avaliação das eleições?

3.2 Objetivo *“Aprimorar a comunicação com os públicos externos”*

Q: Considerando o baixo desempenho do indicador *“Disponibilização de sentenças na Internet pelas Zonas Eleitorais”*, que medidas serão adotadas visando garantir a célere publicação das sentenças e, conseqüentemente, a transparência e facilidade de acesso às informações sobre os processos?

3.3 Objetivo “*Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia*”

Q: Considerando que o desempenho do objetivo estratégico está intrinsecamente relacionado ao bom clima organizacional e à própria credibilidade da pesquisa no que tange às ações dela decorrentes, que medidas concretas deverão ser implementadas para garantir a efetiva gestão do clima organizacional e a melhoria do desempenho das dimensões que apresentaram menor satisfação na pesquisa aplicada em 2013?

3.4 Objetivo “*Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ*”

Q: Considerando que a solicitação de orçamento para execução do projeto “Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais” foi excluída da proposta orçamentária de 2015, que medidas concretas devem ser adotadas para medir o indicador “Índice de adequação das instalações físicas”?

3.5 Objetivo “*Garantir a infraestrutura adequada de TIC*”

Q: Considerando os diversos fatores atribuídos ao desempenho não satisfatório do indicador “Índice de porte em TIC conforme requisitos definidos na Resolução 90/CNJ” (*), que medidas podem ser implementadas de forma prioritária para o atingimento das diretrizes estabelecidas na referida resolução do CNJ?

(*) impossibilidade de atualização dos microcomputadores da Sede e dos Cartórios; inexistência de normatização interna específica para a aquisição de soluções de TIC que determine a inclusão de cláusula de propriedade intelectual do código fonte ou depósito de código fonte no INPI; não realização de treinamentos para os novos servidores recebidos no último concurso em certificação digital; revisão das metas do indicador a fim de adequá-las ao novo entendimento do CNJ em relação à Justiça Eleitoral no que se refere à variável “Porte de Automação”; medidas para atender à variável “Força de Trabalho Mínima Recomendada para TIC”.

3.6 Objetivo “Garantir a agilidade dos feitos eleitorais”

Q: Considerando que a lacuna de formação específica dos servidores de primeiro grau para a análise dos processos de prestação de contas partidárias configura-se em risco ao bom desempenho do objetivo, que ação deve ser implementada para garantir a sedimentação desse e de outros conhecimentos relacionados ao processo eleitoral no âmbito da instituição, uma vez que imprescindíveis ao cumprimento da missão institucional?

3.7 Objetivo “Prestar serviços de excelência”

Q: Desde a aplicação da primeira pesquisa de satisfação do cliente externo, em 2012, observa-se que os resultados gerados não têm sido utilizados como insumos para a realização de ações de adequação da infraestrutura do Tribunal, dimensão da pesquisa que aponta piores resultados. Em consequência, não havendo *feedback* para os cartórios eleitorais alvo da pesquisa sobre as ações/intervenções dela decorrentes, têm-se observado considerável redução no número de formulários respondidos pelos eleitores, que lhes são oferecidos pelos servidores do cartório, resultando em uma amostra que não condiz fielmente com a população pesquisada, colocando em risco não apenas a fidedignidade dos resultados como a própria motivação e credibilidade dos servidores em relação à pesquisa. Assim, de que forma os resultados da pesquisa devem ser trabalhados para gerar ações de melhoria, com especial ênfase pela Secretaria de Administração no que tange à infraestrutura, e de que forma deve ser dado *feedback* aos cartórios eleitorais sobre o aproveitamento dos resultados apurados para a implementação de ações de melhoria?

3.8 Objetivos “Fomentar o exercício da cidadania”; “Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral” e “Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia”

Q: Considerando o baixíssimo índice e a queda crítica de desempenho dos indicadores relacionados às ações de cidadania promovidas por este Tribunal e, ainda, o apoio do TSE a este tipo de ação, o que se evidencia pelo histórico de disponibilização orçamentária por parte daquele Corte Superior para suportar ações dessa natureza, que iniciativas devem ser implementadas para motivar a participação voluntária de servidores e magistrados nas iniciativas voltadas ao

fomento do exercício da cidadania, assim como para incrementar a divulgação de tais ações para o público externo?

ANEXO I
ANÁLISE DOS OBJETIVOS
E
INDICADORES ESTRATÉGICOS

Missão

Garantir a legitimidade do processo eleitoral

Ser reconhecido pela prestação de serviços eleitorais de qualidade por meio da gestão efetiva de seus processos internos

Perspectiva: Sociedade

Objetivo Estratégico:

Prestar serviços de excelência

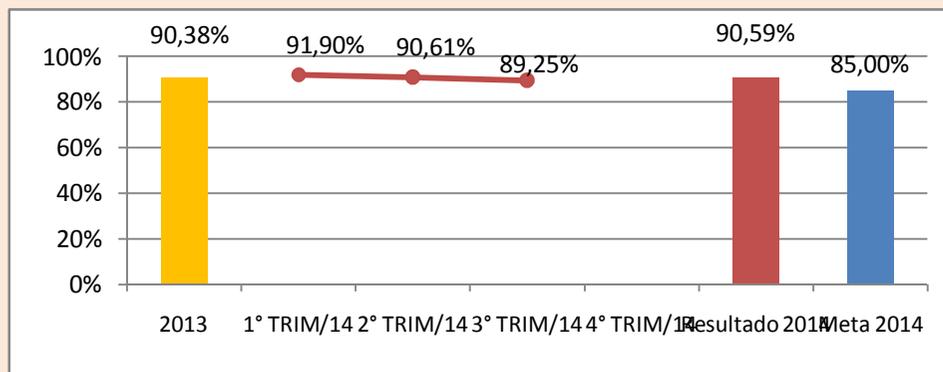
Monitoramento de Objetivo Estratégico



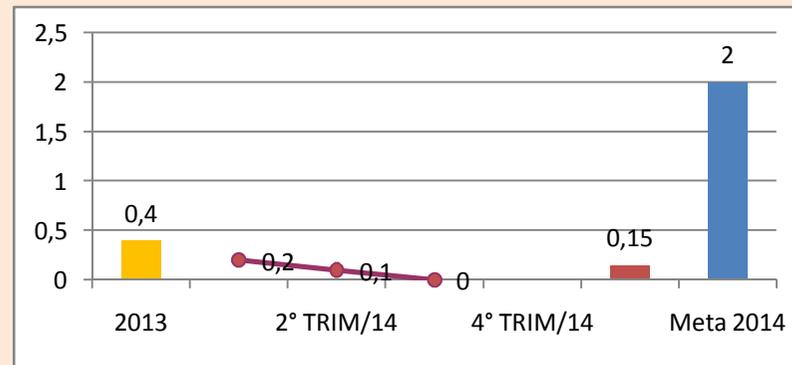
Objetivo: Prestar serviços de excelência



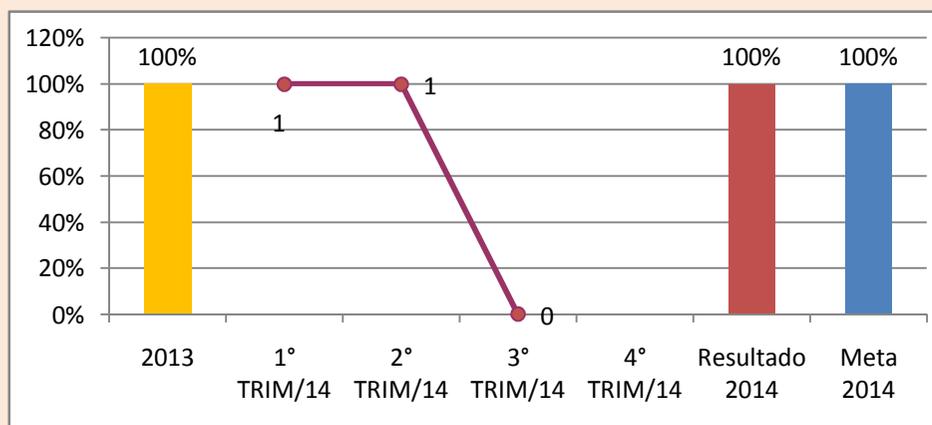
PSE 01 - Índice de satisfação do cliente externo



PSE 03 - Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria



PSE 02 - Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria



Projetos Estratégicos



Sistema de Pesquisa de Satisfação



Objetivo: Prestar serviços de excelência

Análise de Desempenho

Não foi possível realizar a análise do objetivo em função da não realização das análises dos indicadores PSE 02 e PSE 03.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	PSE 01 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO					
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Prestar serviços de excelência						
O QUE MEDE		A percepção dos clientes quanto aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro nos pontos de atendimento ao público (Secretaria Judiciária, cartórios eleitorais, Central de Atendimento ao Eleitor e postos descentralizados de atendimento) e na Internet.						
COMO MEDIR		Total de respostas que indicam satisfação do cliente (TRespCISat), dividido pelo número total de respostas à pesquisa (TCIResp), multiplicado por cem. SC = (TRespCISat / TCIResp) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente	
QUEM MEDE		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
QUEM ANALISA		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
META		Atingir 85% de usuários satisfeitos, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo	
Resultado no período							EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
Resultado 2014	90,59%						Realizado	Meta
Metas Anuais							1º TRIM/14	91,90% / 83,50%
Meta 2014	85,00%						2º TRIM/14	90,61% / 84,00%
Histórico							3º TRIM/14	89,25% / 84,50%
2011	NM	4º TRIM/14	85,00%					
2012	82,00%	Resultado 2014	90,59%					
2013	90,38%	Meta 2014	85,00%					

1) Os quesitos a serem medidos serão avaliados pelos clientes com base nos seguintes critérios: "péssimo", "ruim", "bom" e "ótimo".

2) Serão consideradas respostas que indicam satisfação do cliente as avaliadas com os critérios "bom" ou "ótimo".

3) Considerando que o indicador corresponde ao indicador "Grau de satisfação de clientes" do Plano Estratégico da Justiça Eleitoral, e que tal indicador não prevê a avaliação da satisfação dos clientes em relação aos serviços da Internet, o resultado a ser comunicado ao TSE deve se restringir às aferições realizadas nos pontos de atendimento ao público, isto é, Secretaria Judiciária, cartórios eleitorais, Central de Atendimento ao Eleitor e postos descentralizados de atendimento.

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral
do Rio de Janeiro

INDICADOR:

PSE 01 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO

Análise de desempenho (3º trimestre):

O resultado atual é ligeiramente inferior ao do trimestre passado. No entanto, cabe ressaltar que se trata de um período bastante conturbado em razão da proximidade com as eleições e o consequente aumento da demanda do público interno e externo, já que a pesquisa foi realizada no mês de setembro.

Embora o indicador venha se mantendo "verde" ao longo dos trimestres, assim como o objetivo, cabe observar que, reiteradamente, o público dos cartórios vem apontando para a necessidade da melhoria de infraestrutura, sendo necessária a implementação de ações de forma sistemática. A não realização dessas ações pode ter como consequência o total descrédito por parte das unidades que aplicam a pesquisa, como já se vem delineando recentemente: na pesquisa aplicada no segundo trimestre de 2014, 12 dos 54 cartórios enviaram quantidade inferior a 30% do quantitativo de formulários necessários à formação da amostra, e dois cartórios não enviaram nenhum formulário válido. Buscando evitar a repetição dessa situação, a Comissão de Pesquisa de Satisfação notificou tais cartórios e o resultado de tal ação foi bastante positivo, já que apenas um cartório não enviou nenhum formulário no terceiro trimestre deste ano.

Não se pode perder de vista, contudo, que com o passar do tempo os próprios usuários perceberão que suas considerações não têm sido levadas a efeito, afinal, este é o 3º ano de aplicação da pesquisa. A falta de atuação no que tange à melhoria da infraestrutura deixará pouca margem para a melhoria do desempenho do indicador, que já se encontra em um patamar bastante elevado nos outros quesitos avaliados. Além disso, a velocidade de tratamento tem que acompanhar a periodicidade da pesquisa, já que de nada adianta realizar nova medição se não forem implementadas medidas para melhorar a situação identificada como insatisfatória. Considerando tais aspectos, o Comitê Gestor da Estratégia deliberou na Reunião de Apresentação do Relatório de Desempenho do Planejamento Estratégico referente ao 2º trimestre de 2014, realizada no dia 5 de setembro de 2014, pela elaboração de plano de ação objetivando que os resultados da pesquisa sejam trabalhados de forma sistemática para gerar ações de melhoria, em especial no que tange à infraestrutura física, bem como para que seja dado feedback aos cartórios eleitorais sobre o aproveitamento dos resultados apurados pela pesquisa para a implementação das ações de melhoria. A elaboração do plano de ação ficou sob responsabilidade da Secretaria de Administração.

Considerando que não foi realizada nova RAE desde então, o plano de ação ainda não foi submetido à apreciação do Comitê Gestor da Estratégia para aprovação.

Tendo em vista que os resultados desses quase três anos de aplicação da pesquisa vêm se mostrando bastante uniformes tanto para o público dos cartórios, como para o público da SJD, e considerando a dificuldade em se implementar melhorias a tempo de ver os resultados retratados na pesquisa subsequente, sugere-se que a pesquisa passe a ser aplicada semestralmente, a partir do próximo ano, para os públicos da SJD e das Zonas. Para a pesquisa da Internet, sugere-se a manutenção da periodicidade, já que a natureza da internet é mais dinâmica e as mudanças usualmente exigem menor esforço de implementação. Considerando, ainda, os resultados alcançados nas últimas pesquisas e visando fazer com que o indicador represente um desafio para a Instituição, sugere-se que a meta seja aumentada para 90%.

O Sistema de Pesquisa de Satisfação, iniciativa ligada ao indicador, cujo desenvolvimento foi concluído em outubro, já se encontra em uso e vem possibilitando a emissão do relatório de forma mais célere. Alguns ajustes ainda estão sendo feitos no sistema, mas os ganhos de agilidade da apuração já foram garantidos.

Variável	1 trim/14	2 trim/14	3 trim/14	4 trim/14
TRespCISa	8.479	7.012	8.469	
TCIResp	9.226	7.740	9.489	

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	PSE 02 - ÍNDICE DE RESPOSTAS A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA					
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Prestar serviços de excelência						
O QUE MEDE		O percentual de contatos dirigidos à Ouvidoria que receberam resposta.						
COMO MEDIR		Total de contatos que receberam resposta no período base (TContResp) dividido pelo total de contatos recebidos no período base (TContRec) acrescido do total de respostas pendentes (TRespPen), multiplicado por cem. RO = [(TContResp / (TContRec + TRespPen)) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente	
QUEM MEDE		Unidade responsável pela operacionalização dos atendimentos da Ouvidoria						
QUEM ANALISA		Vice-Presidência (VP)						
META		Responder a 100% dos contatos recebidos pela Ouvidoria, anualmente.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Registros de comunicações recebidas e expedidas pela Ouvidoria		
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	100,00%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/14	100%	100%
Meta 2014	100%					2º TRIM/14	100%	100%
Histórico						3º TRIM/14	NM	100%
2011	NM					4º TRIM/14		100%
2012	100%	Resultado 2014						
2013	100,00%	Meta 2014						
<p>1) Para o cálculo do indicador devem ser consideradas apenas as respostas finais ou definitivas a cada contato, excluindo-se do cômputo, por exemplo, as confirmações de recebimento e as respostas intermediárias.</p> <p>2) Entende-se por "respostas pendentes" o saldo residual de contatos não respondidos até o final do período anterior ao período-base (trimestre).</p> <p>3) Devem ser excluídos do indicador os contatos definidos, em norma ou instrução aplicável às atividades da Ouvidoria, como inadmissíveis, isentos de necessidade de resposta ou redirecionados a outras Unidades ou Órgãos.</p>								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES			
	INDICADOR:		PSE 02 - ÍNDICE DE RESPOSTAS A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA	

Análise de Desempenho (3º trimestre):

A análise do indicador, para o período, não foi realizada.

Variável	1 TRIM	2 TRIM	3 TRIM	4 TRIM
TContResp	303	430		
TContRec	303	430		
TRespPen		0		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
INDICADOR: [REDACTED]		PSE 03 - TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Prestar serviços de excelência						
O QUE MEDE	O tempo médio, em dias úteis, entre o recebimento de cada solicitação dirigida à Ouvidoria e o envio de sua resposta.						
COMO MEDIR	Somatório de dias úteis decorridos entre o recebimento da demanda e o envio da resposta a cada contato ($\Sigma \text{DiasUteisResp}$), dividido pelo total de contatos respondidos no período base ($T\text{ContResp}$) $TMRO = (\Sigma \text{DiasUteisResp} / T\text{ContResp})$	UNIDADE DE MEDIDA:	Unidade (nº de dias)				
		QUANDO MEDIR:	Trimestralmente				
QUEM MEDE	Unidade responsável pela operacionalização dos atendimentos da Ouvidoria						
QUEM ANALISA	Vice-Presidência (VP)						
META	Responder aos contatos recebidos pela Ouvidoria em tempo médio inferior a 2 (dois) dias úteis.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto menor, melhor.	FONTE DE DADOS	Registros de comunicações recebidas e expedidas pela Ouvidoria		
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	0,15				Realizado	Meta	
Metas Anuais					1º TRIM/14	0,2	2,0
Meta 2014	2				2º TRIM/14	0,1	2,0
Histórico					3º TRIM/14	NM	2,0
2011	NM				4º TRIM/14		2,0
2012	0,9						
2013	0,4						
<p>1) Para o cálculo do indicador devem ser consideradas apenas as respostas finais ou definitivas a cada contato, excluindo-se do cômputo, por exemplo, as confirmações de recebimento e as respostas intermediárias.</p> <p>2) Devem ser excluídos do indicador os contatos definidos, em norma ou instrução aplicável às atividades da Ouvidoria, como inadmissíveis, isentos de necessidade de resposta ou redirecionados a outras Unidades ou Órgãos.</p>							

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro

INDICADOR:

PSE 03 - TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA

Análise de desempenho (3º trimestre):

A análise do indicador, para o período, não foi realizada.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
ΣDiasUteisResp	60,6	43		
TContResp	303	430		

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Eficiência Operacional

Objetivos Estratégicos:

Garantir agilidade dos feitos eleitorais

Garantir a agilidade dos processos administrativos

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

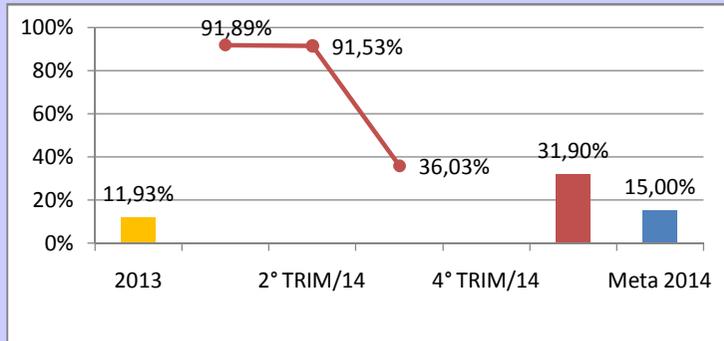
Aprimorar o processo eleitoral

Monitoramento de Objetivo Estratégico

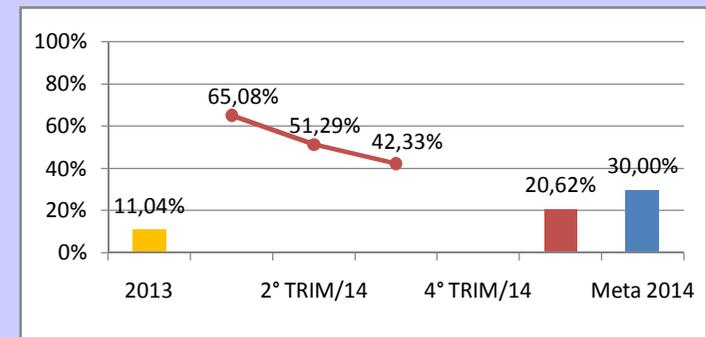
Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Garantir agilidade dos feitos eleitorais

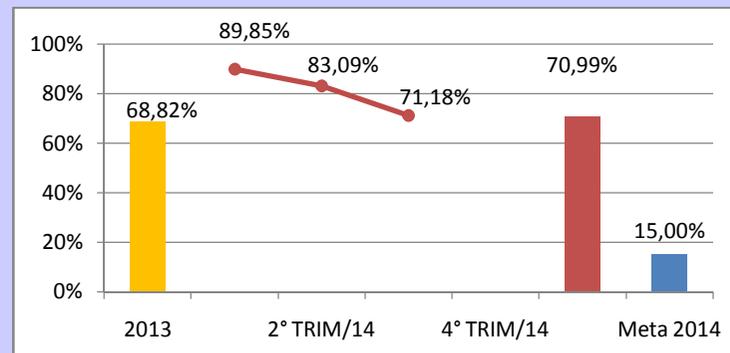
EO 01 - Taxa de congestionamento de feitos judiciais (1° grau)



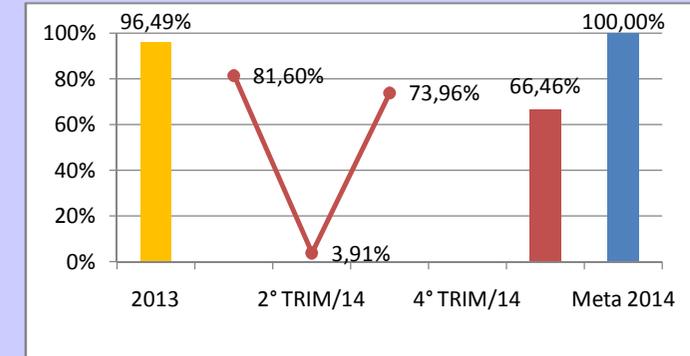
EO 03 - Taxa de congestionamento de feitos administrativos (1° grau)



EO 02 - Taxa de congestionamento de feitos judiciais (2° grau)



EO 04 - Índice de agilidade no julgamento de feitos judiciais (1° grau)

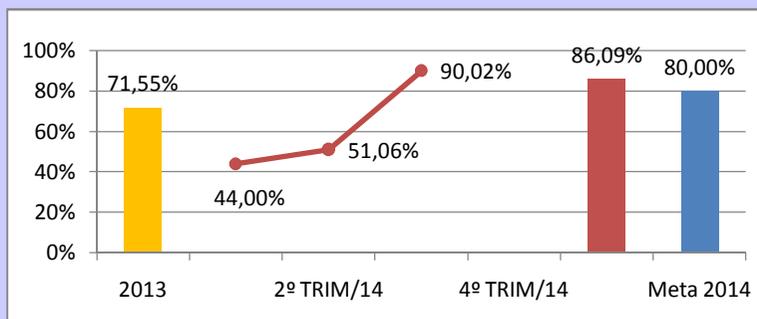


Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Garantir agilidade dos feitos eleitorais

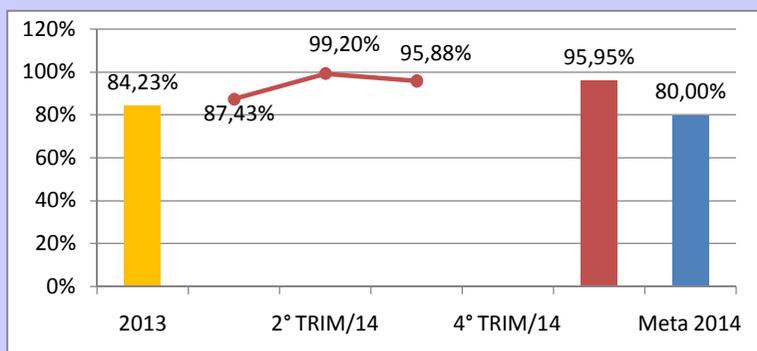
EO 05 - Índice de agilidade no julgamento de feitos judiciais (2º grau)



EO 07 - Prestações de contas julgadas no prazo



EO 06 - Índice de agilidade no julgamento de feitos administrativos (1º grau)



Projetos Estratégicos

- Normatização sobre prática de atos ordinatórios de ofício
- Padronização de registro de feitos eleitorais no SADP

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Garantir agilidade dos feitos eleitorais

Análise de Desempenho

A partir da análise dos indicadores relacionados à tramitação dos processos judiciais de primeiro e segundo grau, observou-se que os resultados atuais superaram aqueles obtidos no 2º trimestre. Apesar de o terceiro trimestre coincidir com a fase mais crítica do ano eleitoral, o desempenho aumentou, indo ao encontro do objetivo estratégico “Garantir agilidade dos feitos eleitorais”.

No âmbito da Secretaria Judiciária, este desempenho decorre em grande parte do processamento de feitos típicos das eleições gerais, tais como os Registros de Candidaturas e as Representações, que possuem ritos céleres e prazos muito curtos.

No que tange ao primeiro grau, o resultado está relacionado à presteza no julgamento das Prestações de Contas autuadas no primeiro semestre, que, por sua vez, se deve à capacitação dos servidores em “Análise das Prestações de Contas”. Em relação aos feitos administrativos, o resultado apresentado no atual trimestre ratifica a análise do período anterior. Os processos de Filiação Partidária autuados nos primeiros trimestres continuam sendo processados rapidamente, e, aqueles que demandavam maiores providências foram finalizadas neste trimestre.

A melhora dos resultados também é consequência de ações implementadas tanto em primeiro quanto em segundo grau, quais sejam, o controle de processos paralisados e a padronização de registro de feitos eleitorais no SADP, lembrando que este último projeto teve seu andamento prejudicado devido ao aumento no volume dos trabalhos demandados pelas eleições (relatórios estatísticos da SJD).

Os principais riscos para a melhora dos indicadores estão na natureza sazonal, própria da justiça eleitoral, que, ora tem seus esforços voltados para o processamento de feitos de ritos céleres e prazos muito curtos (registros de candidaturas, representações e prestações de contas dos eleitos), ora se volta para os feitos com ritos médios e prazos médios (prestação de contas de campanha) ou, ainda, se detém aos processos ordinários, de ritos e prazos diversos – alguns menos céleres, como as Ações de Investigação Judicial Eleitoral –, com conseqüente oscilação dos indicadores.

A recomendação da Secretaria Judiciária é que se dê continuidade à elaboração dos relatórios extraídos do SADP bem como ao monitoramento da tramitação processual. A Corregedoria vai envidar maiores esforços junto aos cartórios para que aproveitem o período pós eleição para finalizar um maior número de processos.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	EO 01 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade dos feitos eleitorais							
O QUE MEDE	A relação entre os feitos judiciais baixados, novos e pendentes de julgamento, no âmbito do 1º grau de jurisdição.							
COMO MEDIR	Total de feitos judiciais baixados no 1º grau no período base (TJud1º), dividido pelo total de feitos judiciais novos (FNJud1º) acrescido ao total de feitos judiciais pendentes de julgamento (FPJud1º), subtraído de 1. TCJud1º = {1 - [(TJud1º / (FNJud1º + FPJud1º))]} x 100	UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual					
		QUANDO MEDIR:	Trimestralmente					
QUEM MEDE	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)							
QUEM ANALISA	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)							
META	Reduzir a taxa de congestionamento de feitos judiciais no 1º grau para 15%, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto menor, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP			
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	31,90%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/14	91,89%	16,50%
Meta 2014	15,00%					2º TRIM/14	91,53%	16,00%
Histórico						3º TRIM/14	36,03%	15,50%
2011	51,69%					4º TRIM/14		15,00%
2012	50,21%							
2013	11,93%							

1) Consideram-se baixados:

- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- Processos remetidos para instância superior;
- Processos arquivados definitivamente;
- Processos suspensos/sobrestados; e
- Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

2) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.

3) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.

4) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

5) Havendo a remessa de um processo de um Juízo Eleitoral de 1º grau para outro, tal processo não será considerado baixado para o Juízo que o remeter, nem como caso novo para o Juízo que o receber. Nessa circunstância, ele só será considerado como baixado no Juízo que o recebeu quando se enquadrar numa das hipóteses da observação acima.

6) Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais.

7) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração e pedidos de reconsideração) e os recursos externos (recurso eleitoral).

8) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Ação Cautelar; Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; Ação de Investigação Judicial Eleitoral; Ação Penal;
- Apuração de Eleição; Embargos à Execução; Exceção; Habeas Corpus; Habeas Data; Mandado de Segurança;
- Petição de Natureza Judicial; Prestação de Contas; Registro de Candidaturas; e Representação.

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral
do Rio de Janeiro

INDICADOR:

EO 01 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)

Análise de Desempenho (3º trimestre):

O resultado do trimestre mostrou uma grande melhora em relação aos períodos anteriores. A taxa de congestionamento, embora ainda fora da meta, já está próxima do objetivo pretendido. Identifica-se que o maior percentual de baixas no período foi de processos de prestação de contas; isto pode ser um indicativo que o curso ministrado pela SCI sobre análise de prestação de contas surtiu efeito. Isto porque o grande volume de processos de prestações de contas que ingressaram no período foram mais rapidamente analisados e já julgados. O principal risco identificado para o período seguinte é a realização das eleições no período de outubro. Logo, deve-se monitorar o andamento dos trabalhos para verificar a regular tramitação dos feitos.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixJud1	125	256	1.882	
FNJud1º	77	1.604	177	
FPJud1º	1.465	1.417	2.765	

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES																				
		INDICADOR:	EO 02 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU)																			
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a agilidade dos feitos eleitorais																				
O QUE MEDE		A relação entre os feitos judiciais baixados, novos e pendentes de julgamento, no âmbito do 2º grau de jurisdição.																				
COMO MEDIR		Total de feitos judiciais baixados no 2º grau no período base (T BaixJud2º), dividido pelo total de feitos judiciais novos (FNJud2º) acrescido ao total de feitos judiciais pendentes de julgamento (FPJud2º), subtraído de 1. $TCJud2º = \{1 - [(T\text{BaixJud}2º / (FN\text{Jud}2º + FP\text{Jud}2º))]\} \times 100$				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual															
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente															
QUEM MEDE		Secretaria Judiciária (SJD)																				
QUEM ANALISA		Secretaria Judiciária (SJD)																				
META		Reduzir a taxa de congestionamento de feitos judiciais no 2º grau para 15%, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto menor, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP																
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º TRIM/14</td> <td>89,85%</td> <td>19,50%</td> </tr> <tr> <td>2º TRIM/14</td> <td>83,09%</td> <td>18,00%</td> </tr> <tr> <td>3º TRIM/14</td> <td>71,18%</td> <td>16,50%</td> </tr> <tr> <td>4º TRIM/14</td> <td></td> <td>15,00%</td> </tr> </tbody> </table>					Realizado	Meta	1º TRIM/14	89,85%	19,50%	2º TRIM/14	83,09%	18,00%	3º TRIM/14	71,18%	16,50%	4º TRIM/14		15,00%	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
	Realizado					Meta																
1º TRIM/14	89,85%					19,50%																
2º TRIM/14	83,09%					18,00%																
3º TRIM/14	71,18%					16,50%																
4º TRIM/14						15,00%																
Resultado 2014	70,99%																					
Metas Anuais																						
Meta 2014	15,00%																					
Histórico																						
2011	11,12%																					
2012	38,02%																					
2013	68,82%																					

1) Consideram-se baixados:

- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- Processos remetidos para instância superior; • Processos arquivados definitivamente; • Processos suspensos/sobrestados; e • Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

2) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.

3) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.

4) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais.

5) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).

6) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Ação Cautelar; • Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; • Ação de Investigação Judicial Eleitoral;
- Ação Penal Eleitoral; • Ação Rescisória; • Apuração de Eleição; • Conflito de Competência;
- Embargos à Execução; • Exceções; • Habeas Corpus; • Habeas Data; • Mandado de Injunção;
- Mandado de Segurança; • Pedido de Desaforamento; • Petição; • Prestação de Contas;
- Reclamação; • Recurso contra Expedição de Diploma; • Recurso Eleitoral; • Recurso Criminal;
- Recurso em Habeas Corpus; • Recurso em Habeas Data; • Recurso em Mandado de Injunção;
- Recurso em Mandado de Segurança; • Registro de Candidatura; • Representação; • Revisão Criminal; e
- Suspensão de Segurança/Liminar.

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro

INDICADOR:

EO 02 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU)

Análise de desempenho (3º trimestre):

A Taxa de Congestionamento de Feitos Judiciais (2.º grau) ficou em 71,18% no terceiro trimestre de 2014, bem abaixo da taxa obtida no trimestre anterior, de 83,09%. Os números mostram uma significativa melhora no desempenho do indicador, resultado atribuído em sua maior parte ao processamento dos feitos afetos à eleição, que, em regra, possuem ritos céleres e prazos muito exíguos. Neste trimestre, houve acréscimo de 7.490 processos autuados e de 2.184 processos baixados. Do total de processos autuados, 43% são Registros de Candidatura, 11% Representações e 42% Prestações de Contas. Estas últimas ainda não começaram a ser julgadas e, de acordo com o calendário eleitoral, deverão sê-lo até meados de 2015, o que provocará uma redução no número de processos baixados nos próximos trimestres. Iniciativas como o controle permanente de autos paralisados e a delegação da prática de atos processuais ordinatórios para a Secretaria Judiciária tem contribuído para a redução do tempo de tramitação dos processos e a consequente melhora da Taxa de Congestionamento.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixJud2º	100	141	2.325	
FNJud2º	372	185	7.675	
FPJud2º	613	649	391	

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES																					
		INDICADOR: [REDACTED] EO 03 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)																					
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a agilidade dos feitos eleitorais																					
O QUE MEDE		A relação entre os feitos administrativos baixados, novos e pendentes de julgamento, no âmbito do 1º grau de jurisdição.																					
COMO MEDIR		Total de feitos administrativos baixados no 1º grau no período base (T BaixAdm1º), dividido pelo total de feitos administrativos novos (FNAdm1º) acrescido ao total de feitos administrativos pendentes de julgamento (FPAdm1º), subtraído de 1. TCAdm1º = { 1 - [(T BaixAdm1º / (FNAdm1º + FPAdm1º))] } x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual																
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente																
QUEM MEDE		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)																					
QUEM ANALISA		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)																					
META		Reduzir a taxa de congestionamento de feitos administrativos no 1º grau para 30%, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto menor, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP																
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º TRIM/14</td> <td>65,08%</td> <td>30,00%</td> </tr> <tr> <td>2º TRIM/14</td> <td>51,29%</td> <td>30,00%</td> </tr> <tr> <td>3º TRIM/14</td> <td>42,33%</td> <td>30,00%</td> </tr> <tr> <td>4º TRIM/14</td> <td></td> <td>30,00%</td> </tr> </tbody> </table>						Realizado	Meta	1º TRIM/14	65,08%	30,00%	2º TRIM/14	51,29%	30,00%	3º TRIM/14	42,33%	30,00%	4º TRIM/14		30,00%		
	Realizado						Meta																
1º TRIM/14	65,08%						30,00%																
2º TRIM/14	51,29%						30,00%																
3º TRIM/14	42,33%						30,00%																
4º TRIM/14							30,00%																
Resultado 2014	20,62%																						
Metas Anuais																							
Meta 2014	30,00%																						
Histórico																							
2011	NM																						
2012	NM																						
2013	11,04%																						

1) Consideram-se baixados:

- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- Processos remetidos para instância superior;
- Processos arquivados definitivamente;
- Processos suspensos/sobrestados; e
- Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

2) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.

3) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.

4) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

5) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).

6) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Cancelamento de Inscrição Eleitoral - CIE
- Composição de Mesa Receptora - CMR
- Direitos Políticos - DP
- Duplicidade/Pluralidade de Inscrições (coincidências) - DPI
- Filiação Partidária - FP
- Impugnação à Composição da Junta Eleitoral - ICJE
- Impugnação perante as Juntas Eleitorais - IpJE
- Recurso/Impugnação de Alistamento Eleitoral - RIAE
- Registro de Comitê Financeiro - RCF
- Registro de Debates - RD
- Registro de Pesquisas Eleitorais - RPE
- Regularização de Situação do Eleitor – RSE

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		EO 03 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)

Análise de desempenho (3º trimestre):

A taxa de congestionamento dos feitos administrativos continua em queda neste trimestre. Os processos de filiação partidária ainda são os de maior quantidade no primeiro grau, porém a tendência é a de que o volume de processos desta natureza seja reduzido com a recente alteração da legislação eleitoral que praticamente acabou com as duplicidades de filiação partidária. Com isso, os processos de filiação terão redução no quantitativo e possibilitará a finalização dos processos ainda em tramitação. Estamos monitorando o próximo cronograma de processamento das filiações partidárias que ocorrerá em outubro para verificar o quantitativo de duplicidades.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixAdm	374	999	752	
FNAdm1º	216	1354	252	
FPAdm1º	855	697	1052	

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES																					
		INDICADOR: EO 04 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)																					
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a agilidade dos feitos eleitorais																					
O QUE MEDE		O percentual de feitos judiciais baixados com prazo de tramitação de até um ano, em relação ao total de feitos judiciais baixados no período base, no âmbito do 1º grau de jurisdição.																					
COMO MEDIR		Total de feitos judiciais baixados no 1º grau com prazo de tramitação de até um ano (T _{BaixJud<1ano1º}), dividido pelo total de feitos judiciais baixados no 1º grau no período base (T _{BaixJud1º}). IndAgJud1º = (T _{BaixJud<1ano1º} / T _{BaixJud1º}) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual																
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente																
QUEM MEDE		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)																					
QUEM ANALISA		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)																					
META		Alcançar 100% de feitos judiciais baixados com prazo de tramitação de até um ano, em 1º grau, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP																
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º TRIM/14</td> <td>81,60%</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>2º TRIM/14</td> <td>3,91%</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>3º TRIM/14</td> <td>73,96%</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>4º TRIM/14</td> <td></td> <td>100,00%</td> </tr> </tbody> </table>						Realizado	Meta	1º TRIM/14	81,60%	100,00%	2º TRIM/14	3,91%	100,00%	3º TRIM/14	73,96%	100,00%	4º TRIM/14		100,00%	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
	Realizado						Meta																
1º TRIM/14	81,60%						100,00%																
2º TRIM/14	3,91%						100,00%																
3º TRIM/14	73,96%						100,00%																
4º TRIM/14							100,00%																
Resultado 2014	66,46%																						
Metas Anuais																							
Meta 2014	100,00%																						
Histórico																							
2011	29,69%																						
2012	96,18%																						
2013	96,49%																						

- 1) O prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de autuação do processo até o momento da baixa.
- 2) Consideram-se baixados:
 - Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
 - Processos remetidos para instância superior;
 - Processos arquivados definitivamente;
 - Processos suspensos/sobrestados; e
 - Processos apensados, desde que não continuem tramitando.
- 3) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.
- 4) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.
- 5) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.
- 6) Havendo a remessa de um processo de um Juízo Eleitoral de 1º grau para outro, tal processo não será considerado baixado para o Juízo que o remeter, nem como caso novo para o Juízo que o receber. Nessa circunstância, ele só será considerado como baixado no Juízo que o recebeu quando se enquadrar numa das hipóteses da observação acima.
- 7) Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais.
- 8) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração e pedidos de reconsideração) e os recursos externos (recurso eleitoral).
- 9) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:
 - Ação cautelar; • Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; • Ação de Investigação Judicial Eleitoral;
 - Ação Penal; • Apuração de Eleição; • Embargos à Execução; • Exceção; • Habeas Corpus;
 - Habeas Data; • Mandado de Segurança; • Petição de natureza judicial; • Prestação de Contas;
 - Registro de Candidaturas; e • Representação.

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral
do Rio de Janeiro

INDICADOR:

EO 04 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)

Análise de Desempenho (3º trimestre):

A melhora no desempenho deste indicador foi grande e está diretamente relacionada a rapidez no julgamento de prestações de contas que entraram nos dois primeiros trimestres. Com os servidores já tendo passado por curso de capacitação específico de análise de prestação de contas foi possível agilidade no julgamento destes processos. Ainda há um estoque de processos de prestação de contas anuais de partidos políticos que deve ser monitorado para verificar a baixa. A tendência é que no próximo trimestre o índice mantenha ou piore um pouco o desempenho por conta do processo eleitoral. Contudo, como não se trata de eleição municipal, é necessário empreender ações junto aos cartórios para que aproveitem o período pós eleição para finalizar um maior quantitativo de processos.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixJud<1and	102	10	1.392	
TBaixJud1º	125	256	1.882	

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	EO 05 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU)					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade dos feitos eleitorais							
O QUE MEDE	O percentual de feitos judiciais baixados com prazo de tramitação de até um ano, em relação ao total de feitos judiciais baixados no período base, no âmbito do 2º grau de jurisdição.							
COMO MEDIR	Total de feitos judiciais baixados no 2º grau com prazo de tramitação de até um ano (T _{BaixJud<1ano2º}), dividido pelo total de feitos judiciais baixados no 2º grau no período base (T _{BaixJud2º}). IndAgJud2º = (T _{BaixJud<1ano2º} / T _{BaixJud2º}) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
					QUANDO MEDIR:	Trimestralmente		
QUEM MEDE	Secretaria Judiciária (SJD)							
QUEM ANALISA	Secretaria Judiciária (SJD)							
META	Alcançar 80% de feitos judiciais baixados com prazo de tramitação de até um ano, em 2º grau, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP			
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	86,09%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/14	44%	80,00%
Meta 2014	80,00%					2º TRIM/14	51,06%	80,00%
Histórico						3º TRIM/14	90,02%	80,00%
2011	87,59%					4º TRIM/14		80,00%
2012	73,50%					Resultado 2014	86,09%	
2013	71,55%	Meta 2014	80,00%					

-
- 1) Apesar da situação inicial ser maior do que a meta prevista, nos anos de 2010 e 2011 a Secretaria Judiciária tinha processos julgados no estoque, o que acarretou a distorção dos dados medidos.
- 2) O prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de autuação do processo até o momento da baixa.
- 3) Consideram-se baixados:
- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
 - Processos remetidos para instância superior;
 - Processos arquivados definitivamente;
 - Processos suspensos/sobrestados; e
 - Processos apensados, desde que não continuem tramitando.
- 4) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.
- 5) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.
- 6) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.
- 7) Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais.
- 8) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).
- 9) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:
- Ação cautelar; • Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; • Ação de Investigação Judicial Eleitoral;
 - Ação Penal Eleitoral; • Ação Rescisória; • Apuração de Eleição; • Conflito de Competência;
 - Exceções; • Embargos à Execução; • Habeas Corpus; • Habeas Data; • Mandado de Injunção;
 - Mandado de Segurança; • Pedido de Desaforamento; • Petição; • Prestação de Contas;
 - Reclamação; • Recurso contra Expedição de Diploma; • Recurso Eleitoral; • Recurso Criminal;
 - Recurso em Habeas Corpus; • Recurso em Habeas Data; • Recurso em Mandado de Injunção;
 - Recurso em Mandado de Segurança; • Registro de Candidatura; • Representação; • Revisão Criminal; e
 - Suspensão de Segurança/Liminar

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		EO 05 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU)

Análise de desempenho (3º trimestre):

O índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais (2.º grau) ficou em 90,02% no terceiro trimestre, demonstrando um grande salto em relação ao segundo trimestre, que foi de 51,06%. Houve um crescimento expressivo no número de processos baixados, que passou de 141 para 2325, revelando um incremento de 1.549%. O número de processos baixados há menos de 1 ano saltou de 72 para 2093, com crescimento de 2.807%. A maior parte desse aumento se deve ao processamento dos Registros de Candidaturas e de Representações, referentes ao ano eleitoral e que possuem ritos céleres e prazos muito curtos. Iniciativas como o controle permanente de autos paralisados e a delegação da prática de atos processuais ordinatórios para a Secretaria Judiciária têm contribuído para a redução do tempo de processamento e a consequente melhora do Índice de Agilidade, que neste trimestre ultrapassou em 12.5% a meta estipulada em 80%.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixJud<1ano2º	44	72	2093	
TBaixJud2º	100	141	2325	

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES																					
		INDICADOR:	EO 06 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)																				
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a agilidade dos feitos eleitorais																					
O QUE MEDE		O percentual de feitos administrativos baixados com prazo de tramitação de até um ano, em relação ao total de feitos administrativos baixados no período base, no âmbito do 1º grau de jurisdição.																					
COMO MEDIR		Total de feitos administrativos baixados no 1º grau com prazo de tramitação de até um ano (T _{BaixAdm<1ano1º}), dividido pelo total de feitos administrativos baixados no 1º grau no período base (T _{BaixAdm1º}). IndAgAdm1º = (T _{BaixAdm<1ano1º} / T _{BaixAdm1º}) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual																
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente																
QUEM MEDE		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)																					
QUEM ANALISA		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)																					
META		Alcançar 80% de feitos administrativos baixados em até um ano, em 1º grau, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP																
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º TRIM/14</td> <td>87,43%</td> <td>80%</td> </tr> <tr> <td>2º TRIM/14</td> <td>99,20%</td> <td>80%</td> </tr> <tr> <td>3º TRIM/14</td> <td>95,88%</td> <td>80%</td> </tr> <tr> <td>4º TRIM/14</td> <td></td> <td>80%</td> </tr> </tbody> </table>						Realizado	Meta	1º TRIM/14	87,43%	80%	2º TRIM/14	99,20%	80%	3º TRIM/14	95,88%	80%	4º TRIM/14		80%		
	Realizado						Meta																
1º TRIM/14	87,43%						80%																
2º TRIM/14	99,20%						80%																
3º TRIM/14	95,88%						80%																
4º TRIM/14							80%																
Resultado 2014	95,95%																						
Metas Anuais																							
Meta 2014	80,00%																						
Histórico																							
2011	NM																						
2012	NM																						
2013	84,23%																						

-
- 1) O prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de autuação do processo até o momento da baixa.
- 2) Consideram-se baixados:
- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
 - Processos remetidos para instância superior;
 - Processos arquivados definitivamente;
 - Processos suspensos/sobrestados; e
 - Processos apensados, desde que não continuem tramitando.
- 3) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.
- 4) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.
- 5) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.
- 6) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).
- 7) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:
- Cancelamento de Inscrição Eleitoral - CIE; • Composição de Mesa Receptora - CMR; • Direitos Políticos - DP
 - Duplicidade/Pluralidade de Inscrições (coincidências) - DPI; • Filiação Partidária - FP; • Impugnação à Composição da Junta Eleitoral - ICJE; • Impugnação perante as Juntas Eleitorais - IpJE; • Recurso/Impugnação de Alistamento Eleitoral - RIAE; • Registro de Comitê Financeiro - RCF; • Registro de Debates - RD; • Registro de Pesquisas Eleitorais - RPE
 - Regularização de Situação do Eleitor – RSE

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral do
Rio de Janeiro

INDICADOR:

EO 06 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)

Análise de Desempenho (3º trimestre):

O presente trimestre fortalece a análise do período anterior. O volume de processos de filiação partidária que foram autuados nos dois primeiros períodos de medição continuam sendo finalizados rapidamente. Neste período, acabou uma leva que processos que tiveram maiores providências a serem tomadas, mas já foram finalizadas. Dos processos ainda em tramitação podemos perceber que ainda predominam os de filiação partidária, mas todos autuados no final do 1º semestre. Os demais processos em tramitação também não têm prazo tão alargado de autuação, com pontuais exceções que estão sendo monitoradas pela Corregedoria junto aos cartórios envolvidos para agilizar a finalização destes processos.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixAdm<1ano1º	327	991	721	
TBaixAdm1º	374	999	752	

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES														
		INDICADOR:		EO 07 - PRESTAÇÕES DE CONTAS JULGADAS NO PRAZO												
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a agilidade dos feitos eleitorais														
O QUE MEDE		O percentual das prestações de contas eleitorais julgadas dentro dos prazos determinados no Calendário Eleitoral.														
COMO MEDIR		Total de prestações de contas julgadas nos prazos determinados no calendário eleitoral (PCprazo), dividido pelo total de prestações de contas (TPC). PCjulg = (PCprazo / TPC) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual									
						QUANDO MEDIR:	Bianualmente, em agosto dos anos não eleitorais									
QUEM MEDE		Secretaria Judiciária (SJD) – eleições gerais Corregedoria Regional Eleitoral (CRE) – eleições municipais														
QUEM ANALISA		Secretaria Judiciária (SJD) – eleições gerais Corregedoria Regional Eleitoral (CRE) – eleições municipais														
META		Julgar 100% das contas eleitorais relativas às eleições de 2012, dentro do prazo estabelecido no Calendário Eleitoral.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP ou outros controles de									
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2011</td> <td>100,00%</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>2013</td> <td>93,40%</td> <td>100,00%</td> </tr> </tbody> </table>					Realizado	Meta	2011	100,00%	100,00%	2013	93,40%	100,00%	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
	Realizado					Meta										
2011	100,00%					100,00%										
2013	93,40%					100,00%										
Resultado 2013	93,40%															
Metas Anuais																
Meta 2013	100,00%															
Histórico																
2011	100,00%															

Entram na contagem do indicador somente os processos referentes às contas eleitorais.

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral
do Rio de Janeiro

INDICADOR:

EO 07 - PRESTAÇÕES DE CONTAS JULGADAS NO PRAZO

Análise de Desempenho:

Na medição do julgamento de prestações de contas de campanha dentro do prazo, ou seja, até o dia 31 de julho de 2013, pode-se perceber que a meta não foi cumprida. Foi atingido índice de aproximadamente 93% de julgamento. Isto mostra que em 7% dos processos ocorreu algum tipo de atraso que impediu o cumprimento do prazo. Este descumprimento da meta impacta na celeridade dos feitos eleitorais e prejudica o alcance dos objetivos estratégicos do TRE-RJ. Já foram realizadas uma série de medidas por meio de planos de ação para minimizar o atraso de determinados cartórios que estavam em pior situação. A principal fonte de problema detectada é em relação a falta de pessoal para processamento dos feitos e capacitação dos mesmos em análise das prestações. Isto porque muitos cartórios tiveram dificuldade em requisitar pessoal específico para tal análise. É recomendável que sejam estabelecidos convênios com órgãos ou entidades de classe contábeis para que estes profissionais colaborem nos pareceres que, por vezes demoram a ser feitos por servidores da própria Justiça Eleitoral que não tem o devido preparo para analisar as situações. Outra fonte de problema é o grande número de intimações que foram necessárias para chamar ao processo aqueles candidatos que não apresentaram suas contas espontaneamente à Justiça Eleitoral. Nestes casos, o próprio Juiz Eleitoral teria que impulsionar o início do processo e zelar por sua tramitação. A meta, por ser estabelecida pelo Calendário Eleitoral, não pode ser reduzida, contudo, em muitas situações torna-se impraticável atingir a totalidade de julgamentos destes feitos até o dia 31 de julho em decorrência dos problemas anteriormente apresentados.

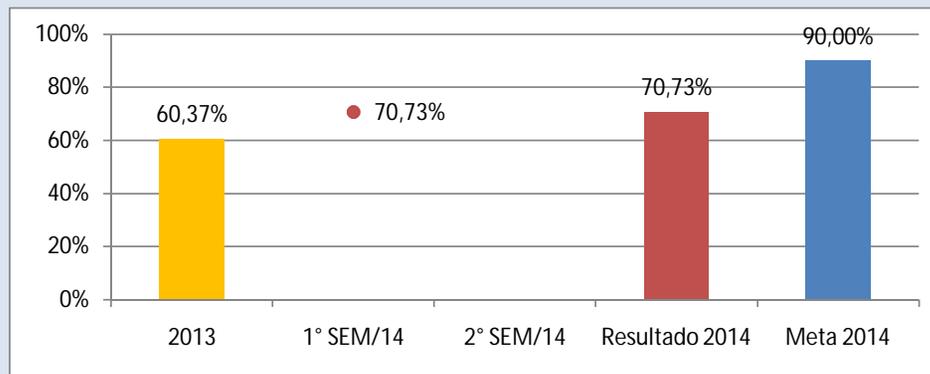
Variável	2013
PCprazo	21.711
TPC	23.244

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Garantir a agilidade dos processos administrativos

EO 08 - Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços



Projetos Estratégicos

	Guia para pedidos de contratação de serviços e aquisições de materiais
	Sistema de Gestão de Compras
	Gestão Documental
	Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Garantir a agilidade dos processos administrativos

Análise de Desempenho

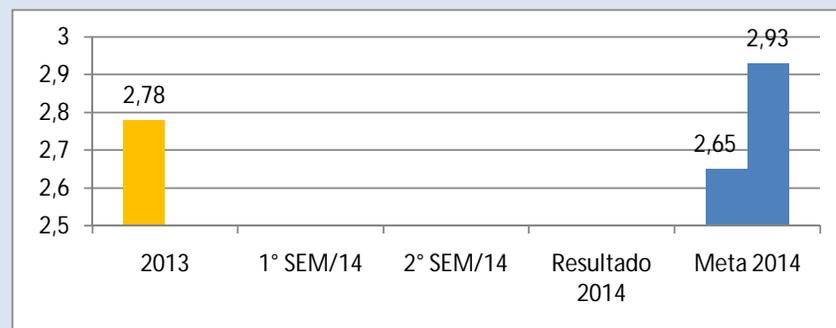
A análise do objetivo não foi realizada.

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

EO 09 - Custo de manutenção da estrutura



Projetos Estratégicos

- Racionalização dos custos de manutenção - 2ª fase
- Revisão da Agenda Ambiental

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

Análise de Desempenho

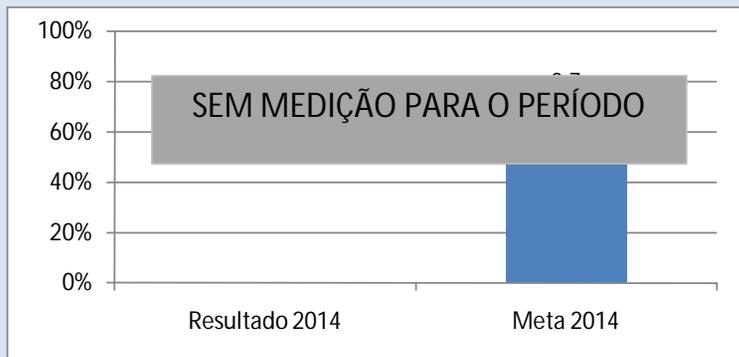
A análise do objetivo não foi realizada.

Monitoramento de Objetivo Estratégico

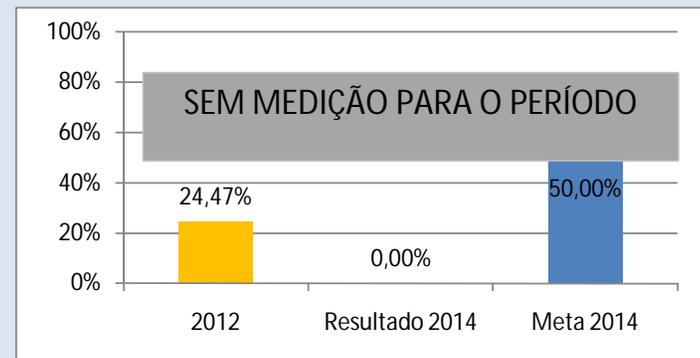
Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Aprimorar o processo eleitoral

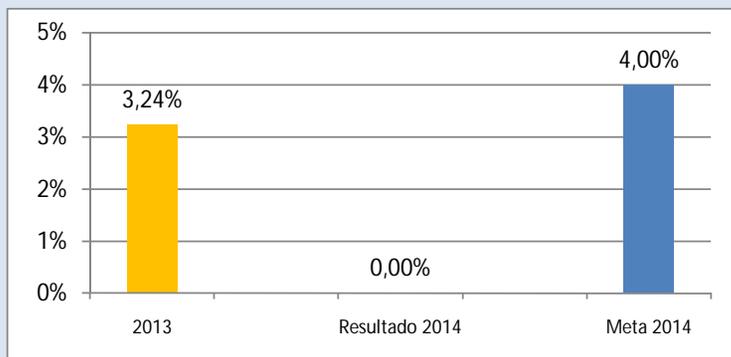
EO 10 - Percentual de implementação de planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições



EO 12 - Percentual de mesários voluntários



EO 11 - Percentual de eleitores com cadastro biométrico



Projetos Estratégicos

Planejamento das eleições 2014
Otimização do Sistema PIE - Plano Integrado das Eleições
Cadastramento Biométrico de Eleitores
Mesário Voluntário 2014

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Aprimorar o processo eleitoral

Análise de Desempenho

Cumpra esclarecer, primeiramente, que em relação ao Relatório de Análise da Estratégia referente ao terceiro trimestre de 2013 e anteriores (após a revisão do plano estratégico em dezembro de 2012), houve modificação em relação aos critérios de sinalização dos indicadores E010 e E012, acrescentando-se a cor "cinza", que demonstra a impossibilidade de medição em razão da própria periodicidade do indicador. Tal modificação visa não prejudicar a interpretação do desempenho do objetivo, uma vez que aqueles indicadores somente serão medidos em 2014, não havendo previsão de medição no ano de 2013.

Nesse sentido, embora o objetivo estratégico esteja sinalizando para seu bom desempenho, faz-se necessária especial atenção na execução dos projetos Cadastramento Biométrico de Eleitores, Planejamento das eleições 2014 e Mesário Voluntário, já que os mesmos têm impacto direto nos indicadores do objetivo, sendo que os dois últimos estão ligados a indicadores que ainda não passaram pelo processo de medição, conforme já expresso.

Visando possibilitar a medição precisa do indicador "Percentual de implementação de planos de ação e projetos resultantes das avaliações da eleições", sugere-se o estabelecimento de sistemática de acompanhamento dos planos de ação e/ou projetos decorrentes das eleições de 2012.

Reitera-se a necessidade de revisão do escopo do projeto "Cadastramento Biométrico de Eleitores", a fim de que sejam estabelecidos critérios de priorização para realização do cadastramento biométrico de eleitores e atendida a recomendação da STI para a adequação da infraestrutura e do espaço nos cartórios para instalação de kits na mesma quantidade de computadores de atendimento ao público, o que demanda a prévia preparação das unidades do TRE. Nesse sentido, o planejamento das revisões de eleitorado com cadastramento biométrico mostra-se absolutamente relevante para a otimização de recursos e maior celeridade do cadastramento biométrico dos eleitores do Estado do Rio de Janeiro.

No que tange ao andamento dos projetos estratégicos vinculados ao objetivo em questão, resta salientar que: 1) não foi formalizada a documentação do projeto "Cadastramento Biométrico de Eleitores"; 2) o projeto "Planejamento das eleições 2014" está atrasado, uma vez que a versão final ainda não foi disponibilizada na intranet deste Tribunal para acompanhamento e atualização de tarefas pelas unidades; 3) o projeto "Otimização do PIE" está em fase de conclusão, restando pendente a elaboração e a divulgação do manual de uso da ferramenta PIE; 4) o projeto "Mesário Voluntário" está em andamento, destacando-se que resta pendente a apresentação do Plano Geral do Projeto, o que prejudica a precisão de análise de andamento do projeto.

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Acesso

Objetivos Estratégicos:

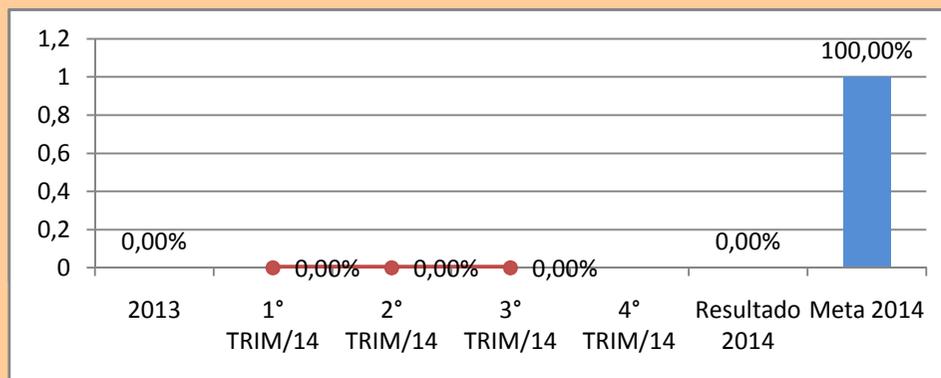
Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral

Monitoramento de Objetivo Estratégico

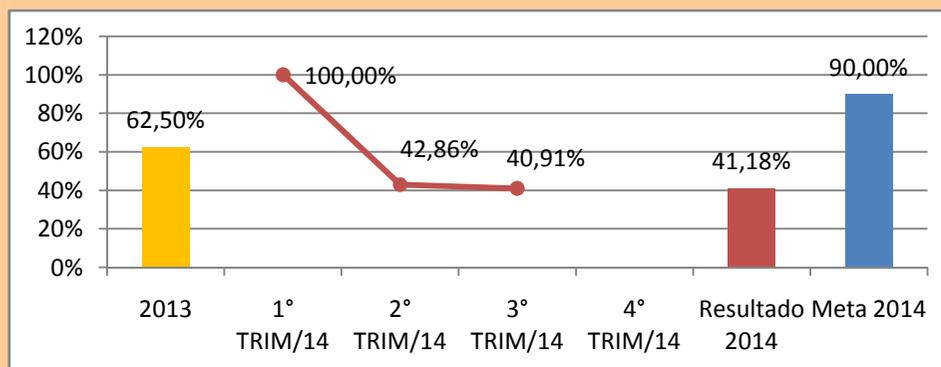
Tema: Acesso

Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral

ACE 01 - Índice de acesso à Justiça



ACE 02 - Índice de atendimento às demandas de ações de acesso



Projetos Estratégicos

- Ampliação da Carta de Serviços do TRE-RJ
- Justiça Eleitoral Itinerante
- Sistematização do Programa TRE vai à Escola
- Programa TRE vai à Escola

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Acesso



Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral

Análise de Desempenho

Análise de desempenho 3º trimestre:

O desempenho do objetivo permanece insatisfatório, em razão do baixo desempenho dos dois indicadores a ele associados. Tal fato já foi apreciado pelo Comitê Gestor da Estratégia em duas ocasiões: 1) na Reunião de Análise da Estratégia realizada no dia 27 de maio de 2014, que teve por pauta o desempenho observado no ano de 2013 (Prot. nº 26.442/2014); e, 2) na Reunião de Apresentação do Relatório de Desempenho do Planejamento do TRE-RJ, referente ao 2º trimestre de 2014 - 1º semestre de 2014 consolidado (Prot. nº 123.679/2014).

Na primeira ocasião, o Comitê Gestor da Estratégia aprovou plano de ação apresentado pela Assessoria da Presidência, cujo escopo visa à realização de estudo para apresentação de proposta de ações de acesso em um ou mais municípios que não sejam sede de Zona Eleitoral, como forma de melhorar o desempenho do indicador "Índice de acesso à Justiça". Nos meses de agosto e novembro de 2014, a ASAPRE encaminhou, por solicitação da ASPLAN e visando subsidiar as futuras Reuniões de Análise da Estratégia, o "Formulário de Avaliação de Plano de Ação", relatando as atividades implementadas e/ou dificuldades enfrentadas para execução do referido plano. Conforme se extrai do mencionado formulário, assim como da análise do indicador "Índice de acesso à Justiça", propõe-se a revisão do indicador, bem como o retorno do projeto "Sistematização da Justiça Eleitoral Itinerante" à respectiva gerente, para ajustes a partir de novas premissas surgidas com a execução do plano de ação. Considerando que até o momento de elaboração desta análise não fora realizada RAE, as proposições decorrentes da execução do referido plano de ação restam pendentes de deliberação por parte daquele Comitê.

Na segunda ocasião, o Comitê Gestor da Estratégia aprovou a elaboração de plano de ação, sob responsabilidade da EJE, visando motivar a participação voluntária de servidores e magistrados nas iniciativas voltadas ao fomento do exercício da cidadania, assim como para incrementar a divulgação de tais ações para o público externo. Tal plano de ação guarda grande potencial de impacto sobre o desempenho do indicador "Índice de atendimento às demandas de ações de acesso". Considerando que até o momento de elaboração desta análise não fora realizada RAE, a proposta de plano de ação ainda não foi apreciada por aquele Comitê.

Deve-se observar, ainda, a intrínseca relação entre os planos de ação mencionados e o desempenho dos projetos vinculados ao objetivo, a saber "Sistematização da Justiça Eleitoral Itinerante", "Programa TRE vai à Escola" e "Sistematização do Programa TRE vai à Escola". Assim, sugere-se a avaliação dos planos de ação na próxima Reunião de Análise da Estratégia, a fim de que seja dado o devido prosseguimento às ações que visam à melhoria do objetivo em comento.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	ACE 01 - ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral							
O QUE MEDE	O percentual de municípios que não são sede de zona eleitoral, atendidos por meio da justiça itinerante ou de estrutura física temporária.							
COMO MEDIR	Quantitativo de municípios sem sede de zona eleitoral atendidos (por meio da justiça itinerante ou de estrutura física temporária) (QMunAt), dividido pelo total de municípios que não são sede de zona eleitoral (TotMunSemSede), multiplicado por cem. AJ = (QMunAt/TotMunSemSede) x 100	UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual					
		QUANDO MEDIR:	Trimestralmente					
QUEM MEDE	Assessoria Administrativa da Presidência (ASAPPRE)							
QUEM ANALISA	Assessoria Administrativa da Presidência (ASAPPRE)							
META	Aumentar para 100% os municípios atendidos, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relação de municípios que não sejam sede de zona eleitoral e controle de postos de atendimento e cronograma de atividades da Justiça Eleitoral Itinerante (levantamento de ações realizadas).		
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	0%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/14	0%	40%
Meta 2014	100%					2º TRIM/14	0%	60%
Histórico						3º TRIM/14	0%	80%
2011	0%					4º TRIM/14		100%
2012	0%					Resultado 2014	0%	
2013	0%	Meta 2014						
<p>1) A situação inicial corresponde a 92 municípios no Estado do RJ e 13 municípios que não dispõem de sede de ZE ou posto de atendimento (Pinheiral, Aperibé, Comendador Levy Gasparian, Varre-Sai, Paty do Alferes, Macuco, São José de Ubá, Cardoso Moreira, Tanguá, Areal, Quatis, Itatiaia, Carapebus).</p> <p>2) A meta de 2014 corresponde à cumulatividade de atendimentos no biênio 2013/2014.</p> <p>3) Considerando que a forma de medição do indicador difere da estabelecida no Plano Estratégico da Justiça Eleitoral, o resultado a ser comunicado deve corresponder ao quantitativo de municípios atendidos (aonde a Justiça Eleitoral chega de alguma forma, seja por justiça itinerante ou estrutura física) em relação ao total de municípios do Estado.</p>								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		ACE 01 - ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA

Análise de Desempenho (3º trimestre):

1 - Para melhor analisar as demandas de Justiça Itinerante a este Tribunal, foi expedido pela Presidência desta Corte Memorando à SAD solicitando que a efetiva realização dessas ações fosse comunicada a esta unidade. Não tendo recebido nenhuma informação daquela Secretaria nesse sentido, concluímos que não realizamos nenhum atendimento fora das instalações fixas desta Justiça Eleitoral. Em busca realizada no SADP, utilizando o filtro "Justiça Itinerante" ou "ação social", de igual forma, não encontramos nenhuma demanda, nos últimos três meses. Cabe, ressaltar, no entanto, que ainda que tivéssemos recebido pedidos de Justiça Itinerante ou Ação Social, não teria sido possível realizar esses atendimentos, por conta do período eleitoral. Razão pela qual, até, foi sugerido o sobrestamento das ações de facilitação de acesso à Justiça Eleitoral. Além disso, no desenvolvimento do Projeto de Sistematização da Justiça Eleitoral Itinerante foi detectada a impossibilidade de atendimento das metas em relação aos Municípios não-sede de zona eleitoral. No preenchimento ainda do Formulário de Avaliação do Plano de Ação, no último mês de agosto, foi apontada a fragilidade da meta em relação aos objetivos das ações, uma vez que "não ser sede de zona eleitoral" não faz o município necessariamente carente de acesso à Justiça Eleitoral. 2 – Embora não tenham sido realizadas ações de acesso, verificou-se, pela análise dos estudos feitos, que o índice de atendimento a essas demandas não facilitariam o acesso à Justiça, tendo em vista que as metas prioritizadas (municípios não-sede de zona eleitoral) não atingem, efetivamente, o resultado esperado; 3 – Foram realizados estudos para alteração das prioridades, conforme discriminado no Formulário de Avaliação do Plano de Ação, em que se propõe a reavaliação das metas; 4 – O período eleitoral foi a principal barreira à apreciação de demandas de acesso à Justiça, e a sua efetiva implementação; 5 – Em que pese ser necessária a reavaliação do indicador índice de acesso à Justiça para assegurar o alcance do objetivo, outro fato de extrema importância que impõe riscos a efetiva realização de ações de acesso é infraestrutura hoje utilizada neste Tribunal. A instalação de conexão de dados em alguns Municípios do Estado, sobretudo, no interior, não são possíveis em virtude da tecnologia utilizada. Importante destacar o parecer técnico da STI deste Tribunal a respeito da conexão de dados disponível: "nas atividades a serem desenvolvidas em localidade que não exceda 90m da Sede do Cartório Eleitoral, a conexão de dados utilizada é o circuito MPLS. Em se tratando de localidades que não se aproximem da Sede do Cartório Eleitoral, deve ser observada, em cada caso, juntamente com a prestadora de serviços, a disponibilidade desse circuito de dados. Cabe destacar que, grande parte das localidades indicadas como partícipes do projeto JEI, apresenta dificuldade para instalação desse circuito e, em alguns casos, até para dados via rede telefônica. Portanto, a viabilidade do evento deve ser atestada pela prestadora de serviços e Seção correspondente deste Tribunal, por meio de vistorias técnicas com antecedência necessária". Há, todavia, intenção de modificação do uso da tecnologia ao fim do contrato vigente, em 06 de janeiro de 2015; 6 – Acompanhamento das tratativas de contrato com a nova empresa de comunicação de dados a ser contratada. Apresentação na próxima RAE de proposta de alteração do indicador índice de acesso à justiça, que tem como meta aumentar para 100% os municípios atendidos até 2014.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
QMunAt	0	0	0	
TotMunSemSede	13	13	13	

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES																			
		INDICADOR:	ACE 02 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE AÇÕES DE ACESSO																		
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral																				
O QUE MEDE	O percentual de solicitações de ações de acesso atendidas.																				
COMO MEDIR	Total de solicitações de ações de acesso atendidas no período base (TSolAcAt), dividido pelo total de ações de acesso demandadas para realização no período base (TSolAc), multiplicado por cem. ADAA = (TSolAcAt / TSolAc) x 100 (Indicador cumulativo)	UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual																		
		QUANDO MEDIR:	Trimestralmente																		
QUEM MEDE	Assessoria Administrativa da Presidência (ASAPRE) e Escola Judiciária Eleitoral (EJE)																				
QUEM ANALISA	Assessoria Administrativa da Presidência (ASAPRE) e Escola Judiciária Eleitoral (EJE)																				
META	Atender 90% das demandas de ações de acesso, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Controles sobre as solicitações de ações de acesso.																
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º TRIM/14</td> <td>100,00%</td> <td>90%</td> </tr> <tr> <td>2º TRIM/14</td> <td>42,86%</td> <td>90%</td> </tr> <tr> <td>3º TRIM/14</td> <td>40,91%</td> <td>90%</td> </tr> <tr> <td>4º TRIM/14</td> <td></td> <td>90%</td> </tr> </tbody> </table>				Realizado	Meta	1º TRIM/14	100,00%	90%	2º TRIM/14	42,86%	90%	3º TRIM/14	40,91%	90%	4º TRIM/14		90%		
	Realizado				Meta																
1º TRIM/14	100,00%				90%																
2º TRIM/14	42,86%				90%																
3º TRIM/14	40,91%				90%																
4º TRIM/14					90%																
Resultado 2014	41,18%																				
Metas Anuais																					
Meta 2014	90,00%																				
Histórico																					
2011	NM																				
2012	NM																				
2013	62,50%																				
<p>1) São consideradas “ações de acesso” as ações da Justiça Eleitoral Itinerante, dos Programas TRE Cidadão e TRE vai à Escola e do Programa Eleitor do Futuro e outras ações que tenham por objetivo orientar e facilitar o acesso aos serviços prestados pelo TRE-RJ.</p> <p>2) As solicitações de ações de acesso para atendimento em período base (trimestre) diferente daquele em que foram recebidas pelo TRE deverão ser computadas apenas na medição do período base referente à data para a qual o atendimento está sendo requerido e/ou programado.</p> <p>3) Devem ser excluídas do indicador as solicitações de acesso não legitimadas em norma ou instrução aplicável às ações de acesso da Justiça Eleitoral fluminense.</p>																					

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro

INDICADOR:

ACE 02 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE AÇÕES DE ACESSO

Análise de Desempenho (3º trimestre):

Justiça Eleitoral Itinerante: não houve solicitação
Programa TRE vai à Escola: nenhum atendimento de 2 solicitações
Programa Eleitor do Futuro: 12 atendimentos de 32 solicitações
Programa TRE Cidadão: não houve solicitação
Outras ações: 6 atendimentos de 10 solicitações
TOTAL: 18 atendimentos de 44 solicitações

Com relação à Justiça Eleitoral Itinerante foi expedido Memorando para SAD solicitando que efetivos pedidos de atuação da Justiça Eleitoral Itinerante fossem comunicados à Presidência, com vistas à coleta de dados para análise dos indicadores de acesso à Justiça. No trimestre, não houve nenhuma informação da SAD nesse sentido. Procedeu-se, ainda, à pesquisa junto ao SADP e, de igual forma, não foi encontrada nenhuma demanda. Em relação ao Programa TRE vai à Escola, foram solicitadas 2 (duas) ações no trimestre, sendo que uma não foi atendida por impossibilidade e a outra foi cancelada a pedido da instituição de ensino. Quanto ao Programa Eleitor do Futuro, foram solicitadas, entre palestras e oficinas, 32 ações, no trimestre em análise, sendo uma delas cancelada pela instituição de ensino. 19 (dezenove) ações não puderam ser realizadas em razão de determinação de suspensão do projeto por ocasião do período eleitoral, conforme despacho do Exmº Sr. Presidente, nos autos do Protocolo nº 89.686/2013, em 05/08/2014. Com relação a outras ações de acesso, informo que foram solicitados 08 (oito) pedidos de demonstração de urna eletrônica e 02 (dois) pedidos de cartilha educativa. Esses dois juntos, somaram a entrega de 700 cartilhas com informações relevantes de acesso aos serviços da Justiça Eleitoral. No atendimento aos 04 (quatro) pedidos de demonstração de urna eletrônica, foram esclarecidas dúvidas dos eleitores, não só quanto ao uso da urna eletrônica, mas, principalmente, sobre os temas que são geralmente tratados no Programa TRE vai à Escola, além de informações sobre os serviços eleitorais. Houve demonstração de urna eletrônica no CIEP Graciliano Ramos, em Duque de Caxias e, na capital, ocorreram três encontros: 02 (dois) no Centro de Referência para Jovens e Adultos e 01 (um) no Instituto Oscar Clark de atendimento a deficientes visuais. Os pedidos de demonstração de urna indeferidos se referiram a um evento realizado em dia de sábado e 03 (três) por se tratar de público do Programa Eleitor do Futuro, formado por crianças e adolescentes.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TSolAcAt	0	3	18	
TSolAc	0	7	44	

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Responsabilidade Social e Ambiental

Objetivos Estratégicos:

Promover a responsabilidade ambiental

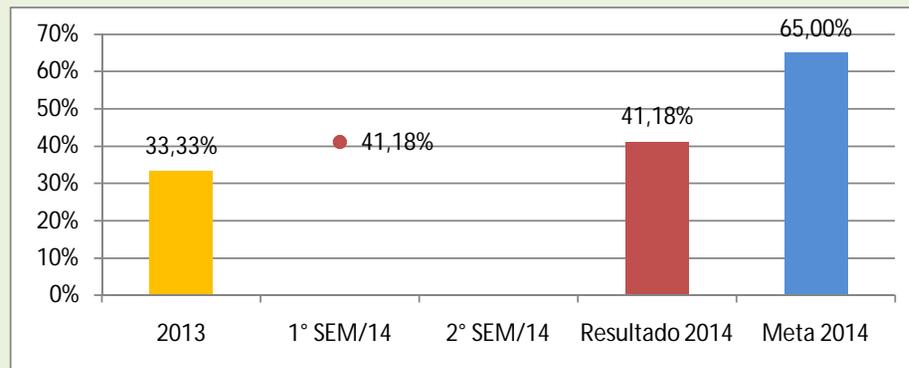
Fomentar o exercício da cidadania

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Responsabilidade Social e Ambiental

Objetivo: Promover a responsabilidade ambiental

RSA 01 - Índice de desempenho ambiental



Projetos Estratégicos

Revisão da Agenda Ambiental

Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis Para Contratações

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Responsabilidade Social e Ambiental



Objetivo: Promover a responsabilidade ambiental

Análise de Desempenho

o resultado alcançado pelo único indicador deste objetivo ficou abaixo da meta estabelecida para o primeiro semestre, entretanto é possível perceber uma sensível melhora em relação ao ano anterior (2013 - 33,33%). Considerando que este resultado reflete o desempenho dos objetivos e metas da Agenda Ambiental e que esta passou por um processo de revisão, tendo sua nova versão aprovada no início deste ano, o índice alcançado precisa ser relativizado, pois temos agora 17 indicadores e não mais 15, e 2 indicadores novos que ainda não estão sendo medidos. Destaca-se ainda que o percentual atingido, 41,18%, ainda não expressa o resultado de algumas ações estruturadas ao longo do primeiro semestre, mas que só poderão ter seus resultados mensuráveis a partir do segundo semestre, como por exemplo a implementação de sistemáticas de controle e monitoramento, por parte das unidades responsáveis, do consumo de copos descartáveis, papel, água e energia (implementadas em razão de planos de ação aprovados na RAE realizada em maio do corrente ano). A sinalização na cor vermelha não nos permite perder de vista a necessidade de ter atenção aos indicadores monitorados na Agenda Ambiental, pois embora tenha ocorrido uma sensível melhora, neste segundo semestre o período eleitoral nos coloca frente a uma tendência de aumento do consumo de diversos recursos. Destaca-se também a necessidade do direcionamento de esforços que auxiliem a conclusão do projeto estratégico de criação do "Guia de Compras e Contratações sustentáveis", uma vez que dependemos da implantação do referido guia para que tornemos operacionais dois novos indicadores inseridos na revisão da Agenda Ambiental, que incluiu um objetivo para promover as contratações de serviços e aquisições de bens com critérios sustentáveis, conforme recomendou o relatório de auditoria realizada pela Secretaria de Controle Interno e Auditoria deste Tribunal, em setembro de 2012.

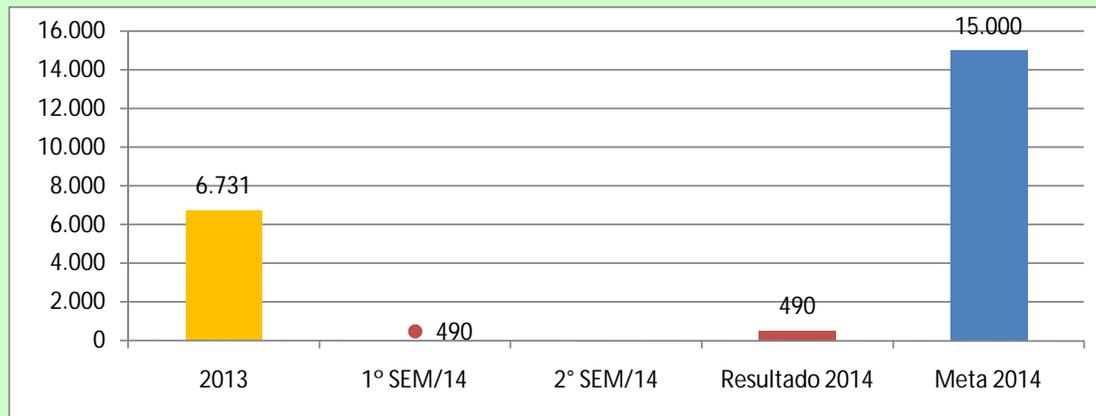
Outro indicador que merece destaque é o de descarte ecologicamente correto de lâmpadas usadas, que provavelmente demandará contratação de empresa especializada, considerando a necessidade de descontaminação das lâmpadas para posterior descarte. É necessário ressaltar também que o indicador "índice de separação de resíduos sólidos" ainda se encontra sem medição, o que demonstra a necessidade premente de se buscar alternativas para torná-lo operacional, principalmente considerando que o mesmo existe desde 2011.

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Responsabilidade Social e Ambiental

Objetivo: Fomentar o exercício da cidadania

RSA 02 - Número de pessoas alcançadas pelos projetos sociais



Projetos Estratégicos

Programa Eleitor do Futuro 2013-2014
Programa TRE Vai à Escola
Sistematização do Programa TRE vai à Escola
Exposição "Dez Mitos sobre o Sistema Eleitoral Brasileiro"
Memória Oral

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Responsabilidade Social e Ambiental

 Objetivo: Fomentar o exercício da cidadania

Análise de Desempenho

As ações voltadas para o fortalecimento da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão, como forma de contribuir para o desenvolvimento e a inclusão social, são realizadas pela Escola Judiciária Eleitoral, em razão do art. 1º da Resolução TRE nº 665/2007, que dispõe que uma das suas finalidades é a adoção de programas voltados para o caráter social da Justiça Eleitoral. Dessa forma, tem-se a descrição do objetivo estratégico "Fomentar o exercício da cidadania".

Desde a revisão do Plano Estratégico, que se deu através da Resolução TRE nº 832/2012, ficou estabelecida a meta de 13.000 pessoas beneficiadas pelos projetos sociais, até 2014. Ocorre que, na análise do indicador RSA, no 1º semestre de 2013, foi sugerida que a descrição da meta passasse a ser "atingir, no mínimo, 15.000 pessoas beneficiadas pelos projetos sociais até 2014" e que fosse considerada a meta mínima semestral de 3.750 pessoas, para evolução do indicador, e alteradas as metas anuais para 7.500 pessoas, em 2013 e 2014. Nesse sentido, o histórico do objetivo registra, em 2013, 6.731 pessoas alcançadas.

Atualmente, constata-se uma drástica redução do indicador, vez que no 1º semestre de 2014, só foram atingidas 405 das 3.750 pessoas constantes da meta semestral. As iniciativas relacionadas ao único indicador de desempenho do objetivo em análise tiveram péssimo desempenho, chegando uma delas, o Programa TRE vai à Escola 2013-2014, a ficar totalmente estagnada no semestre passado.

Conforme análises anteriores do indicador RSA, consideram-se relevantes fatores de impacto no alcance do objetivo: o Programa TRE vai à Escola deixou de atender às solicitações por falta de disponibilidade de magistrados; a ausência de divulgação dos projetos sociais em razão da priorização dos projetos acadêmicos da Escola Judiciária Eleitoral. Como forma de se buscar amenizar o péssimo resultado, foi encaminhado e-mail pelo Diretor da EJE a todos os juizes e promotores eleitorais, com o objetivo de apresentar a Escola e realizar convite para que interessados em contribuir com os projetos se manifestassem, a fim de compor banco de voluntários. O envio ocorreu em 19/05/2014 e até a presente data, não houve resposta positiva para o e-mail aje@tre-rj.jus.br. Apenas uma juíza entrou em contato por telefone para se colocar à disposição.

Na elaboração do Plano Geral do Projeto Eleitor do Futuro, foi identificado o risco "pouca demanda do público-alvo" para o qual foi registrada a resposta de mitigá-lo, com a ação de incrementar a divulgação, enfatizando que o programa é gratuito. A matriz probabilidade x impacto pontuou o risco em 12, com severidade muito alta. Concretamente, não foi possível realizar essa mitigação e a ocorrência de tal risco é responsável pelo atual resultado. É premente o tratamento rigoroso deste risco, o que demandará um plano de ação conjugando submissão de informação desta análise à autoridade superior e antecipação da entrega e consequente aprovação e implementação de outro projeto alinhado à estratégia, que trata da motivação necessária para a ampliação da equipe de voluntários (zonas, sede e magistrados).

Diz-se respeito ao projeto "Reconhecimento do Trabalho Voluntário em Ações de Cidadania", cuja entrega encontra-se prevista para dezembro/2014. Registra-se a ausência de andamento desse projeto, cujo risco "ocorrência de fato impeditivo à atuação dos integrantes das equipes", de severidade muito alta e que foi aceito, ocorreu, a despeito de o projeto encontrar-se dentro do prazo de entrega.

Em se tratando de ano eleitoral, não há como realizar o sugerido plano de ação, entretanto, se ficar garantida a implementação do produto do projeto do reconhecimento, vislumbra-se a possibilidade de recuperação do desempenho do indicador e alcance do presente objetivo, ainda que na vigência do próximo Plano Estratégico. Outro expediente que poderá ser adiantado, caso seja autorizado, é a remessa de material publicitário para as escolas, em especial, as particulares, e a propositura de termos de cooperação institucional com as Secretarias de Educação da cidade do Rio de Janeiro, das cidades nas quais há Zonas Eleitorais participantes e com a Secretaria Estadual de Educação, com o fim de indicação de escolas pelos respectivos órgãos e elaboração de calendário de ações visando os anos de 2015 e 2016.

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Atuação Institucional

Objetivos Estratégicos:

Aprimorar a comunicação com os públicos externos

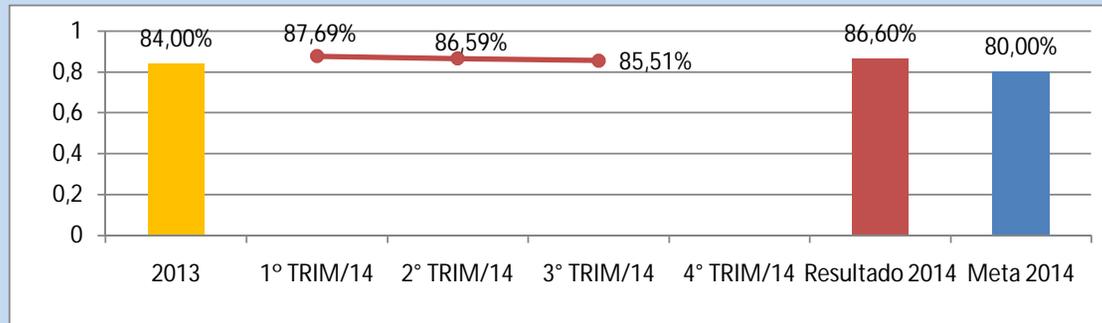
Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Atuação Institucional

Objetivo Aprimorar a comunicação com os públicos externos

AI 01 - Índice de satisfação dos usuários da internet



AI 02 - Índice de inserções positivas na mídia



Projetos Estratégicos

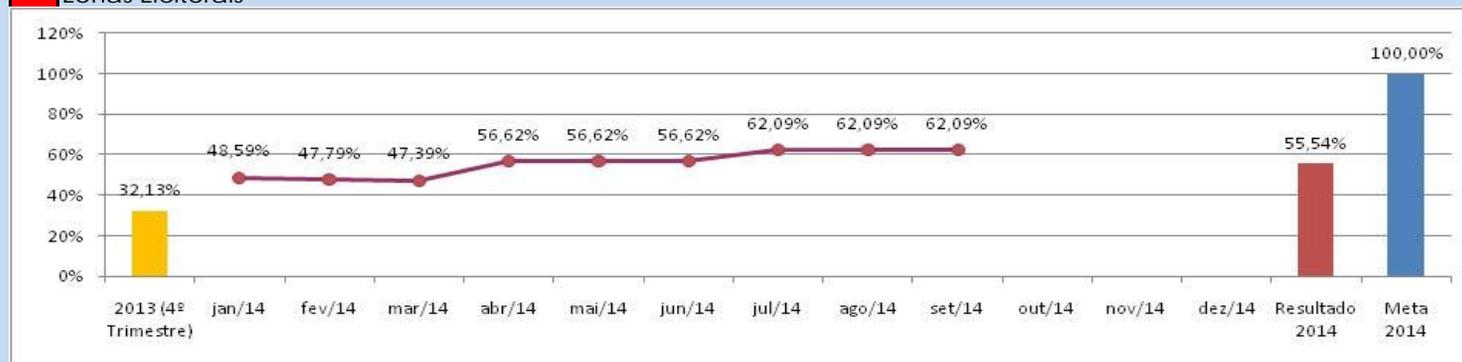
	Desenvolvimento e implementação da Política de Comunicação do TRE-RJ
	Plano Diretor de Comunicação do TRE-RJ
	Comitê Gestor do Portal
	TV Corporativa

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Atuação Institucional

Objetivo Aprimorar a comunicação com os públicos externos

AI 03 - Disponibilização de sentenças na Internet pelas Zonas Eleitorais



Projetos Estratégicos

	Desenvolvimento e implementação da Política de Comunicação do TRE-RJ
	Plano Diretor de Comunicação do TRE-RJ
	Comitê Gestor do Portal
	TV Corporativa

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Atuação Institucional



Objetivo Aprimorar a comunicação com os públicos externos

Análise de Desempenho

Análise Objetivo 3º Trimestre:

Os indicadores são positivos em relação ao objetivo estratégico, em especial se a avaliação for pensada em relação ao contexto em que ocorreram as medições. O índice de inserções positivas na mídia manteve-se acima da meta justamente nos três meses que antecedem o primeiro turno da eleição, o que aponta para uma construção positiva da imagem do TRE-RJ e da Justiça Eleitoral nos meios de comunicação. No trimestre anterior, a média havia oscilado numa zona próxima à meta, quando as ações do Tribunal começavam a atrair o interesse da imprensa. À medida que o processo eleitoral avança, aumentam potencialmente as situações de conflito.

É preciso entender que a cultura jornalística privilegia o ângulo que provoca impactos e estimula as polêmicas, colocando a imagem dos envolvidos no fato noticiado sob o olhar crítico e, muitas vezes, desconfiado da opinião pública. É o que ocorreu, por exemplo, em relação à inédita intervenção da fiscalização da propaganda em atos políticos abertos ao público, travestidos de convenção partidária (voltada a filiados). Causou estranheza a alguns jornais a ação dos fiscais no ato político claramente irregular do PCdoB e o ângulo escolhido para a abordagem foi o da polêmica, afetando (àquela época, em junho) a imagem do Tribunal. Mesmo assim, a avaliação da imprensa sobre a atuação do TRE-RJ foi mantida próxima da meta no segundo trimestre, o que mostra a força do seu capital simbólico (em termos de credibilidade e reputação).

Justamente as ações das equipes de fiscalização da propaganda eleitoral, não por acaso, foram as que mais atraíram o interesse da imprensa. A média de 99,35% de inserções positivas neste terceiro trimestre mostra, portanto, que o trabalho do TRE-RJ em geral (e da fiscalização da propaganda eleitoral, em particular) foi muito bem avaliado pela imprensa e a opinião pública. Mostra ainda que o TRE-RJ foi capaz de comunicar com eficiência à imprensa os objetivos e procedimentos das ações de fiscalização da propaganda. Isso apesar de, a exemplo do trimestre anterior, algumas operações das equipes de fiscalização tenham sido inéditas, como o fechamento de gráficas por suposta fraude na declaração da tiragem nas propagandas e o fechamento de associações de moradores que agiam como comitês de campanha.

O índice de disponibilização de sentenças na internet pelas zonas eleitorais apresenta uma pequena melhora no terceiro trimestre. Também houve crescimento no segundo trimestre, embora o índice ainda tenha ficado longe da meta. A própria existência do indicador havia sido criticada pela Corregedoria com uma argumentação consistente. Mesmo assim, ao medir algo obrigatório (mas que tem um déficit histórico), o lançamento das sentenças no tempo determinado, o indicador ajuda a avaliar a agilidade com que a tarefa é realizada. Por isso, podemos avaliar positivamente a elevação nos dois trimestres, pois revelam maior velocidade na alimentação do sistema, embora aquém da meta. A Corregedoria anuncia ainda que busca, em parceria com a STI, formas de refinamento da pesquisa das sentenças, para um cálculo preciso do indicador, além da elaboração de um plano de ações. São medidas salutares, em especial pelo alto grau de relevância social da informação a ser medida e disponibilizada.

O índice de satisfação dos usuários da internet no último trimestre teve uma leve queda, mas se manteve acima da meta, mesmo com a elevação exponencial dos acessos à página do Tribunal na internet. Alterações na página principal justificariam a oscilação para baixo, uma vez que foram retirados os links mais acessados pelos usuários. As mudanças, certamente, atendem a interesses e objetivos do próprio Tribunal. O desafio é encontrar uma organização da página que equilibre as necessidades de divulgação de informações de interesse do Tribunal com a prestação do serviço ao usuário da página oficial do TRE-RJ.

Os três indicadores se relacionam com o objetivo por tratar a informação como um bem social, de interesse público. Portanto, em vez de elaborar ações de marketing, trata-se de prover a informação como um direito do cidadão, que a ela deve ter acesso fácil e transparente. Assim, o desempenho deve ser considerado satisfatório à sociedade em relação a dois indicadores: (1) o que mede a facilidade com que os internautas obtêm serviços oferecidos na página do Tribunal; (2) o que mede a capacidade de o Tribunal divulgar na imprensa ações que garantam a legitimidade do processo eleitoral.

Também o avanço no indicador sobre a publicidade das sentenças deve ser bem recebido, embora ainda distante da meta. Considerações sobre a elaboração de um plano de ações, a partir de uma medição mais rígida do indicador merecem atenção, até pela já destacada importância do serviço prestado, a disponibilização das sentenças.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES																				
		INDICADOR:	AI 01 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA INTERNET																			
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Aprimorar a comunicação com os públicos externos																				
O QUE MEDE		A percepção dos usuários que acessam a Internet em relação às informações e aos serviços disponíveis no sítio eletrônico do TRE-RJ.																				
COMO MEDIR		Total de usuários satisfeitos (TUSat), dividido pelo número total de usuários respondentes (TResp), multiplicado por cem. SU = (TUSat/TUResp) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual															
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente															
QUEM MEDE		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)																				
QUEM ANALISA		Seção de Administração Intranet/Internet (SEINTE)																				
META		Atingir 80% de usuários satisfeitos, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório da Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo															
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º TRIM/14</td> <td>87,69%</td> <td>76,25%</td> </tr> <tr> <td>2º TRIM/14</td> <td>86,59%</td> <td>77,50%</td> </tr> <tr> <td>3º TRIM/14</td> <td>85,51%</td> <td>78,75%</td> </tr> <tr> <td>4º TRIM/14</td> <td></td> <td>80,00%</td> </tr> </tbody> </table>					Realizado	Meta	1º TRIM/14	87,69%	76,25%	2º TRIM/14	86,59%	77,50%	3º TRIM/14	85,51%	78,75%	4º TRIM/14		80,00%	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
	Realizado					Meta																
1º TRIM/14	87,69%					76,25%																
2º TRIM/14	86,59%					77,50%																
3º TRIM/14	85,51%	78,75%																				
4º TRIM/14		80,00%																				
Resultado 2014	86,60%			1º TRIM/14	87,69%	76,25%																
Metas Anuais				2º TRIM/14	86,59%	77,50%																
Meta 2014	80%			3º TRIM/14	85,51%	78,75%																
Histórico				4º TRIM/14		80,00%																
2011	NM																					
2012	72%																					
2013	84%																					
<p>1) Os quesitos a serem medidos serão avaliados pelos clientes com base nos seguintes critérios: "péssimo", "ruim", "bom" e "ótimo".</p> <p>2) Serão considerados usuários satisfeitos aqueles que responderem "bom" ou "ótimo" à pergunta "Como você avalia a sua visita?".</p>																						

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro

INDICADOR:

AI 01 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA INTERNET

Análise de Desempenho (3º trimestre)

O resultado de 85,51% de usuários satisfeitos alcançado no terceiro trimestre, apesar de menor que o alcançado no trimestre anterior, ainda continua acima da meta para 2014.

76% dos usuários encontraram no site a informação que buscavam, mas como nesse novo formulário a pergunta "Foi fácil?" não foi inserida, não foi possível analisar sobre a acessibilidade do site (a facilidade com que o usuário encontra a informação), é imprescindível que essa pergunta retorne na próxima pesquisa.

Os serviços que os usuários mais reclamaram:

- 29,25% - Informações sobre as Eleições
- 22,68% - Informações sobre o título (Primeira e segunda via, alteração de dados, transferência, cancelamento, regularização, justificativa, recadastramento)
- 22,68% - Outro
- 10,43% - Serviços Judiciais (Certidões, Acompanhamento Processual, Comprovante de Votação, Diário da Justiça Eletrônico, consulta às sessões do pleno)

Além da proximidade da Eleição ter aumentado a procura por esse tipo de informação, a recente alteração da página principal, retirando os links mais acessados pelos usuários parece ser a causa principal da dificuldade apresentada. Os links disponíveis através do mapa do site, parecem ter amenizado esse problema, tendo em vista que foi percebido um aumento no número de cliques desses links (através do Google Analytics) comparando-se com os períodos anteriores.

Sugerimos que o critério utilizado anteriormente para a seleção das informações constantes da página principal seja adotado novamente.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TUSat	627	452	1434	0
TUResp	715	522	1677	0

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES																				
		INDICADOR:	AI 02 - ÍNDICE DE INSERÇÕES POSITIVAS NA MÍDIA																			
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Aprimorar a comunicação com os públicos externos																				
O QUE MEDE		O percentual de matérias institucionais positivas veiculadas na mídia.																				
COMO MEDIR		Total de matérias positivas veiculadas na mídia sobre o TRE-RJ (TMatPos), dividido pelo total de matérias veiculadas na mídia sobre o TRE-RJ (TMat), multiplicado por cem. IPM = (TMatPos / TMat) x 100									UNIDADE DE MEDIDA:		Percentual									
											QUANDO MEDIR:		Mensalmente									
QUEM MEDE		Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)																				
QUEM ANALISA		Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)																				
META		Manter em 95% o índice de inserções positivas na mídia, anualmente.					POLARIDADE DO INDICADOR		Quanto maior, melhor		FONTE DE DADOS	Relatório de controle de matérias institucionais										
EVOLUÇÃO DO INDICADOR			jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14								
		REALIZADO	98,17%	94,87%	98,90%	95,31%	96,80%	86,36%	100,00%	99,30%	98,75%											
		META	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%								
Resultado no período		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Período</th> <th>Resultado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2013</td> <td>94,89%</td> </tr> <tr> <td>2014 (Resultado)</td> <td>96,50%</td> </tr> <tr> <td>2014 (Meta)</td> <td>95,00%</td> </tr> </tbody> </table>													Período	Resultado	2013	94,89%	2014 (Resultado)	96,50%	2014 (Meta)	95,00%
Período	Resultado																					
2013	94,89%																					
2014 (Resultado)	96,50%																					
2014 (Meta)	95,00%																					
Resultado 2014		96,50%																				
Metas Anuais																						
Meta 2014		95,00%																				
Histórico																						
2011		97,32%																				
2012		97,71%																				
2013		94,89%																				

1) A exposição na mídia é considerada potencialmente positiva, assim, matérias positivas incluem matérias neutras sobre o TRE-RJ.

2) O indicador avalia as inserções na mídia impressa, radiofônica, televisiva e digital.

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro

INDICADOR:

AI 02 - ÍNDICE DE INSERÇÕES POSITIVAS NA MÍDIA

Análise do indicador Índice de Inserções Positivas na Mídia – 3º trimestre 2014:

Segundo os dados, os índices de inserção positiva na mídia no terceiro trimestre do ano de 2014 alcançaram a média de 99,35%. O ápice de resultado foi alcançado no mês de agosto, com 100%. Com esses números, afere-se que o objetivo estratégico vinculado a esse indicador, que é aprimorar a comunicação com os públicos externos, tem sido alcançado. Os resultados mostram que três ações do TRE-RJ receberam especial destaque na mídia ao longo do referido trimestre: as ações de fiscalização da propaganda eleitoral, registros e indeferimentos de candidatura e a requisição de tropas federais para as eleições. Com isso, contribuiu-se para o fortalecimento da imagem institucional do Tribunal.

O terceiro trimestre registrou um total de 1549 matérias citando o TRE-RJ. Destas, 1125 foram veiculadas na plataforma online, 360 em impressos, 27 em rádios e 37 em TVs. A internet continua sendo o meio que mais divulga notícias do TRE-RJ, representando 72,62% do total de matérias divulgadas no trimestre. Coube à Ascom elaborar releases sobre os fatos, postá-los no nosso portal, enviar cópia para toda a imprensa e atender às demandas recebidas via email.

As notícias sobre ações das equipes de fiscalização da propaganda eleitoral foram as que conseguiram maior espaço para o TRE-RJ na mídia. Foram 348 ao todo, no período compreendido entre julho e setembro, o que representa 22,46% do total de notícias. Neste terceiro trimestre observou-se um aumento de 205% no número de notícias sobre fiscalização da propaganda eleitoral, em comparação com o trimestre passado, que rendeu 114 notícias sobre o tema. O acréscimo na divulgação foi incrementado com o aumento de operações de fiscalização de propaganda irregular e os constantes releases enviados à imprensa.

O alto nível de interesse da imprensa no assunto e a importância das figuras políticas no cenário eleitoral (os candidatos Luis Fernando Pezão, Anthony Garotinho, Marcelo Crivella e Luiz Lindbergh Faria Filho) fizeram com que a divulgação aumentasse. Também se deve assinalar o interesse da população em auxiliar o combate às irregularidades eleitorais praticadas pelos candidatos, o que também fomentou a demanda da imprensa.

Matérias sobre registros e indeferimentos de candidaturas foram o segundo tópico de maior divulgação na mídia: 225 matérias durante o trimestre, ou seja, 14,52% do total de notícias. Já a requisição de tropas federais para as eleições 2014 rendeu 138 matérias na imprensa, 8,90% do total de matérias do trimestre.

Devido a oficialização da ruptura do contrato com a empresa que fazia o clipping do TRE-RJ, em 6 de maio do corrente ano, o clipping tem sido confeccionado pela Ascom com algumas limitações, tais como a incapacidade de efetuar monitoramento constante dos veículos e somente postar matérias de Rádio e TV quando disponibilizadas pelas emissoras em seus sites.

Variável	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14
TMatPos	107	74	180	122	121	76	278	708	551			
TMat	109	78	182	128	125	88	278	713	558			
Cálculo	98,17%	94,87%	98,90%	95,31%	96,80%	86,36%	100,00%	99,30%	98,75%			

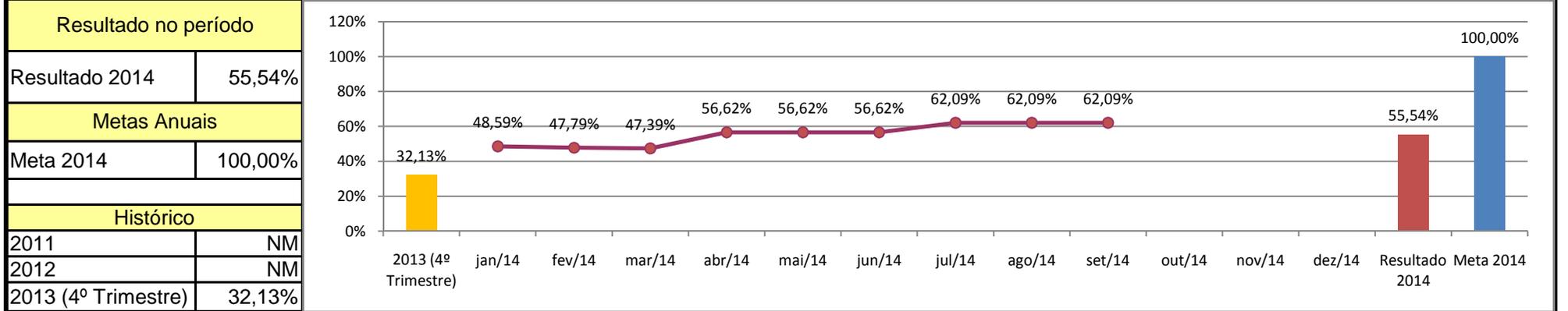
PLANILHA DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral
do Rio de Janeiro

INDICADOR: [REDACTED] **AI 03 - DISPONIBILIZAÇÃO DE SENTENÇAS NA INTERNET PELAS ZONAS ELEITORAIS**

OBJETIVO ESTRATÉGICO	Aprimorar a comunicação com os públicos externos				
O QUE MEDE	O percentual de zonas eleitorais que disponibilizam as sentenças proferidas, na íntegra, na internet, até o dia útil subsequente à data de publicação da sentença.				
COMO MEDIR	Total de zonas eleitorais que disponibilizam as sentenças até o dia útil subsequente à data de publicação (TotZEDispSent), dividido pelo total de zonas eleitorais (TotZE), multiplicado por cem. $PercSentDisp1^o = (TotZeDispSent / TotZE) \times 100$	UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
		QUANDO MEDIR:	Mensalmente		
QUEM MEDE	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)				
QUEM ANALISA	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)				
META	Disponibilizar até o dia útil subsequente à data da publicação, na Internet, o inteiro teor das sentenças proferidas, por 100% das zonas eleitorais, anualmente.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Informações prestadas pelas zonas eleitorais por meio do sistema Avalon

EVOLUÇÃO DO INDICADOR		jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14
	REALIZADO	48,59%	47,79%	47,39%	56,62%	56,62%	56,62%	62,09%	62,09%	62,09%			
	META	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%



A disponibilização do inteiro teor das sentenças na internet, que se dá por meio do SADP, só pode ocorrer após publicação da sentença no Diário da Justiça Eletrônico ou, quando for o caso, no mural do Cartório Eleitoral.

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro

INDICADOR:

AI 03 - DISPONIBILIZAÇÃO DE SENTENÇAS NA INTERNET PELAS ZONAS ELEITORAIS

Análise de Desempenho (3º trimestre): Neste 3º trimestre, a Corregedoria deu continuidade aos estudos de novas alternativas à forma, constante na ficha do indicador, de levantamento das informações necessárias para verificar a efetiva disponibilização, pelas zonas eleitorais, das sentenças na internet.

O total de sentenças exaradas no período (mensal) será obtido a partir dos relatórios CRE CNJ 1.3 e CRE CNJ 1.4, disponíveis no SADP.

Em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, um relatório específico está sendo elaborado para levantar, dentre as sentenças exaradas no período (mensal), aquelas para as quais não foram utilizados, no SADP, os comandos relacionados à sua publicação na internet.

Com estas informações, será possível levantar o número efetivo de sentenças publicadas na internet e fazer o cálculo preciso do indicador. Além disso, será possível, a partir da lista dos processos que não tiveram suas sentenças publicadas, elaborar planos de ação eficazes e com possibilidade de controle do cumprimento, pelas zonas eleitorais, das ações estabelecidas.

No trimestre em análise, a partir dos relatórios CRE CNJ 1.3 e CRE CNJ 1.4, foram levantadas 1609 sentenças exaradas no período (trimestre) e os respectivos processos foram consultados um a um para verificar a efetiva publicação das sentenças na internet.

Não obstante nenhum plano de ação tenha sido aplicado no trimestre em questão, o indicador apresentou leve melhora. Acredita-se que, com o levantamento de cada sentença não publicada e o número de seu respectivo processo, será possível a identificação, pela Corregedoria e pelas próprias zonas eleitorais, dos motivos que estão levando ao não cumprimento da meta estabelecida para o indicador.

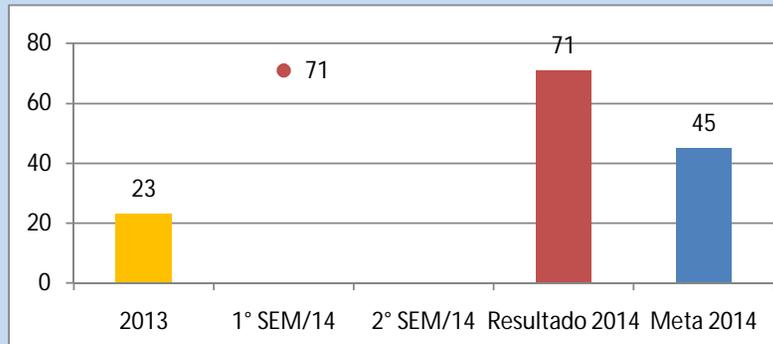
Variável	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14
TotZEDisp	121	119	118	325	325	325	999	999	999			
TotZE	249	249	249	574	574	574	1.609	1.609	1.609			

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Atuação Institucional

Objetivo: Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições

AI 04 - Número de parcerias estratégicas



Projetos Estratégicos

Sistematização do controle de parcerias
Banco de Boas Práticas

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Atuação Institucional



Objetivo: Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições

Análise de Desempenho

A análise do objetivo não foi realizada.

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Alinhamento Estratégico

Objetivos Estratégicos:

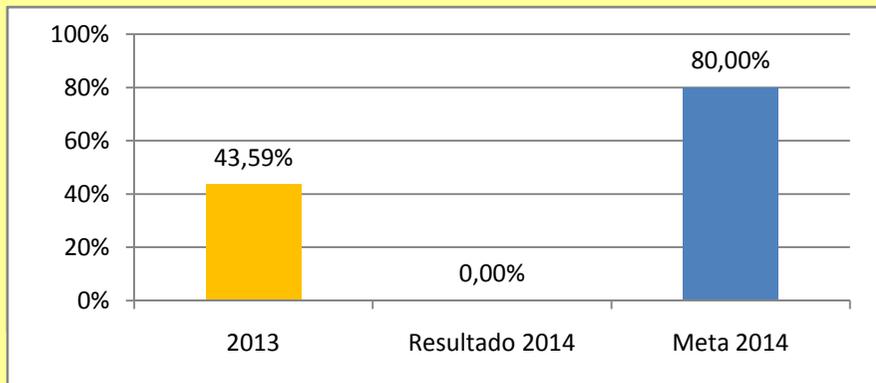
Desenvolver a gestão orientada a resultados

Monitoramento de Objetivo Estratégico

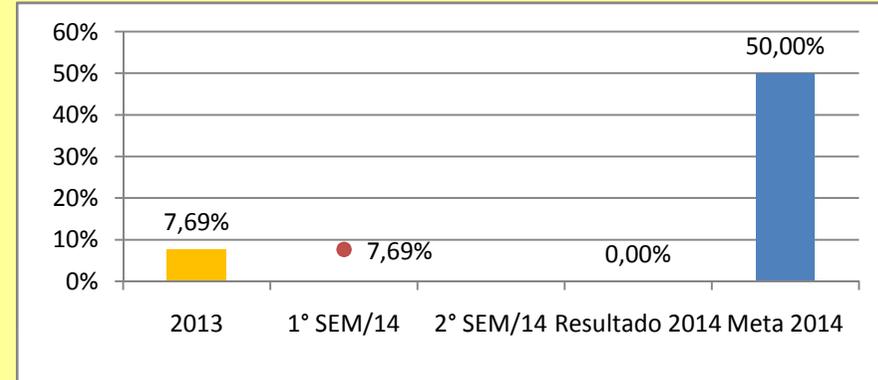
Tema: Alinhamento Estratégico

Objetivo: Desenvolver a gestão orientada a resultados

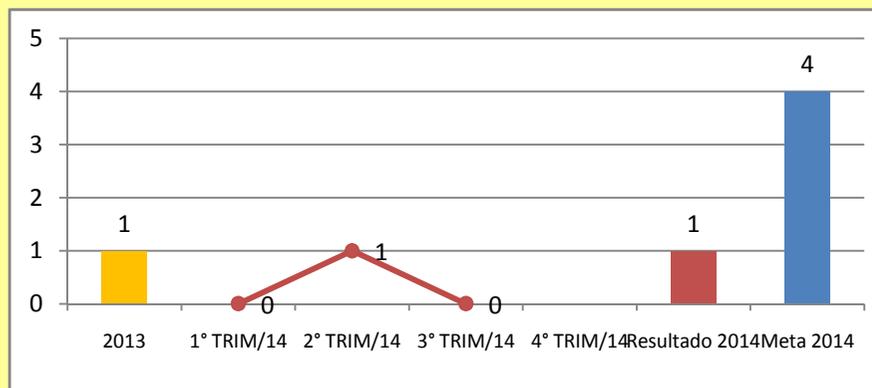
AE 01 - Índice de alcance das metas estratégicas



AE 02 - Índice de desdobramento da estratégia



AE 03 - Número de Reuniões de Análise da Estratégia



Projetos Estratégicos

- Desdobramento da Estratégia nas Unidades do TRE-RJ
- Sistema de Gestão da Estratégia

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Alinhamento Estratégico

 Objetivo: Desenvolver a gestão orientada a resultados

Análise de desempenho (3º trimestre/2014):

O resultado do objetivo vem sendo impactado pelo baixo desempenho de todos os indicadores a ele relacionados.

Em que pese a periodicidade anual do indicador "Índice de alcance de metas estratégicas", observa-se que dos 39 (trinta e nove) indicadores que integram o plano estratégico (o indicador "Índice de alcance de metas estratégicas" não é computado neste cálculo):

12 (doze) indicadores tiveram desempenho dentro do limite desejável neste 3º trimestre de 2014 (sinalização "verde"), o que corresponde a 30,77%;

18 (dezoito) indicadores apresentaram desempenho insatisfatório (sinalização "vermelha"), o que corresponde a 46,15%, situação menos crítica do que a apresentada no segundo trimestre deste ano;

1 (um) indicador demanda atenção (sinalização "amarela"), o que corresponde a 2,56%;

6 (seis) receberam sinalização "preta", o que corresponde a 15,38%: 2 (dois) não foram mensurados no período ("Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria" e "Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria"); 1 (um) não foi mensurado no respectivo período de medição, isto é, segundo semestre de 2014 ("Custo de manutenção da estrutura"), e outros 3 (três) estão indisponíveis por demandarem a conclusão de projetos estratégicos para viabilizar sua medição ("Índice de adequação às competências organizacionais", "Índice de cartórios eleitorais participantes no Espaço Colaborativo" e "Índice de adequação das instalações físicas);

2 (dois) não são passíveis de medição porque somente estarão aptos para mensuração no final deste exercício ("Percentual de implementação de planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições), sendo-lhes atribuída a sinalização "cinza", o que corresponde a 5,13%.

Considerando os resultados apurados, reitera-se a necessidade de realização sistemática das Reuniões de Análise da Estratégia, por se tratar do fórum ideal para avaliação dos fatores que estão impactando no desempenho dos indicadores e identificação das medidas a serem adotadas para garantir o alcance da estratégia institucional.

Ademais, como resultado da primeira RAE de 2014, realizada no mês de maio de 2014, cuja pauta referiu-se ao desempenho de 2013, diversos planos de ação foram aprovados. No mesmo viés, a Pré-RAE realizada no dia 5 de setembro, baseada no desempenho do primeiro semestre de 2014, indicou a necessidade de elaboração de diversos outros planos de ação. A RAE prevista para a primeira semana de novembro não foi realizada, impactando, portanto, na aprovação dos planos de ação identificados na Pré-RAE e no sistema de monitoramento dos planos de ação já em execução.

A descontinuidade do processo de monitoramento dos planos de ação pelo Comitê Gestor da Estratégia pode ser um dos fatores de impacto no desempenho dos resultados estratégicos, além de vulnerabilizar todo o processo de melhoria contínua.

Na Pré-RAE realizada em 05/09/2014, deliberou-se pela realização de reuniões específicas para tratar do desempenho dos projetos estratégicos. Estima-se que a efetiva implementação dessa medida contribua para a melhoria do desempenho estratégico do Tribunal, bem como do indicador "Execução do Orçamento Estratégico".

No que se refere ao "Índice de desdobramento da estratégia", foram reiniciados após o término do período eleitoral as reuniões de desdobramento com a SAD, interrompidas a pedido da unidade desde o início de setembro. Reitera-se, contudo, a necessidade de definição das próximas unidades a serem trabalhadas no desdobramento da estratégia.

Estima-se que uma vez desdobrada a estratégia para o nível tático, haverá melhor direcionamento de esforços para a consecução dos objetivos estratégicos institucionais.

No que tange às demais iniciativas estratégicas elencadas para o alavancamento do objetivo em questão, os projetos "Metodologia de Gestão de Processos" e "Sistema de Gestão da Estratégia" estão em andamento, devendo-se destacar quanto ao segundo que sua priorização foi resultado de deliberação da RAE realizada em maio de 2014.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:		AE 01 -ÍNDICE DE ALCANCE DAS METAS ESTRATÉGICAS				
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Desenvolver a gestão orientada a resultados						
O QUE MEDE		O percentual de metas estabelecidas no Plano Estratégico com desempenho satisfatório.						
COMO MEDIR		Total de metas do Plano Estratégico com desempenho satisfatório (TMetPlanEstDesSat), dividido pelo total de metas do Plano Estratégico (TMetPlanEst), multiplicado por cem. AME = (TMetPlanEstDesSat/TMetPlanEst) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
						QUANDO MEDIR:	Anualmente, em janeiro.	
QUEM MEDE		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
QUEM ANALISA		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
META		Alcançar 80% das metas estabelecidas, até 2014.			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de Análise da Estratégia
EVOLUÇÃO DO INDICADOR			2012	2013	2014			
		REALIZADO	33,33%	43,59%				
		META	60,00%	70,00%	80,00%			
Resultado no período		<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p>Evolução do indicador</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>Evolução no ano</p> </div> </div>						
Resultado 2013	43,59%							
Metas Anuais								
Meta 2013	70,00%							
Meta 2014	80,00%							
Histórico								
2010	24,24%							
2011	45,15%							
2012	33,33%							
<p>1) Este indicador não será computado no cálculo da meta. 2) Entende-se por desempenho satisfatório o atingimento mínimo de 90% do resultado estabelecido para a meta. 3) Os índices apurados em 2010 e 2011 refletem o resultado de metas atingidas, e não o resultado de metas com desempenho satisfatório.</p>								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	AE 01 -ÍNDICE DE ALCANCE DAS METAS ESTRATÉGICAS

O indicador demonstra o não atingimento da meta estabelecida para o ano. No entanto, é necessário destacar que em relação ao ano de 2012 houve uma considerável melhoria de desempenho do indicador. Isto se torna ainda mais evidente quando consideramos que o índice alcançado no ano de 2012 foi calculado com base no plano estratégico anterior, composto por 33 indicadores.

Observa-se, ainda, melhoria de desempenho em relação ao terceiro trimestre de 2013, quando apenas 35,9% das metas encontravam-se com desempenho satisfatório, tendo em vista os seguintes fatores: a) o indicador "Custo de manutenção da estrutura" passou a ser mensurado e apresentou desempenho satisfatório no final de 2013; b) o indicador "Percentual de eleitores com cadastro biométrico", passou a apresentar resultado satisfatório em razão do impacto positivo causado pelo cadastramento biométrico realizado em Niterói; c) o indicador "Índice de adequação das instalações físicas" passou a ser mensurado e apresentou desempenho satisfatório no final de 2013; d) o indicador "Índice de instalações acessíveis" passou a ser mensurado e apresentou desempenho satisfatório no final de 2013.

Assim, dos 39 (trinta e nove) indicadores que integram o plano estratégico (o indicador "Índice de alcance de metas estratégicas" não é computado neste cálculo), 17 (dezesete) indicadores tiveram desempenho dentro do limite desejável ao final de 2013 (sinalização "verde"), o que corresponde a 43,59%, 16 (dezesesseis) apresentaram desempenho insatisfatório (sinalização vermelha), situação mais crítica do que a apresentada no primeiro semestre de 2013, e 1 (um) indicador demanda atenção (sinalização "amarela"). Dos cinco restantes, três estão indisponíveis por demandarem a conclusão de projetos estratégicos para viabilizar sua medição, e dois ainda não são passíveis de medição porque somente estarão aptos para mensuração no final de 2014.

Nesse contexto, deve-se destacar a importância da realização sistemática das Reuniões de Análise da Estratégia, por se tratar do fórum ideal para avaliação dos fatores que estão impactando no desempenho dos indicadores e identificação das medidas a serem adotadas para garantir o alcance da estratégia institucional.

Variável	2013
TMetPlanEstDesSat	17
TMetPlanEst	39

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES														
		INDICADOR:	AE 02 - ÍNDICE DE DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA													
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Desenvolver a gestão orientada a resultados														
O QUE MEDE		O número de unidades da Sede do TRE-RJ com a estratégia desdobrada em relação ao número total de unidades da Sede do TRE-RJ.														
COMO MEDIR		Total de unidades da Sede do TRE-RJ com a estratégia desdobrada (TUniSedDesd), dividido pelo Total de unidades da Sede do TRE-RJ (TUniSed), multiplicado por cem. DE=(TUniSedDesd)/(TUniSed) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual									
						QUANDO MEDIR:	Semestralmente									
QUEM MEDE		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)														
QUEM ANALISA		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)														
META		Desdobrar a estratégia para 50% das unidades da Sede do TRE-RJ, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de controle de unidades desdobradas									
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º SEM/14</td> <td>7,69%</td> <td>40,00%</td> </tr> <tr> <td>2º SEM/14</td> <td></td> <td>50,00%</td> </tr> </tbody> </table>					Realizado	Meta	1º SEM/14	7,69%	40,00%	2º SEM/14		50,00%		
	Realizado					Meta										
1º SEM/14	7,69%					40,00%										
2º SEM/14						50,00%										
Resultado 2014	7,69%															
Metas Anuais																
Meta 2014	50,00%															
Histórico																
2011	0,00%															
2012	7,69%															
2013	7,69%															
Serão consideradas as seguintes unidades para o cálculo do indicador: Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, Gabinete dos Juízes Membros, Escola Judiciária Eleitoral, Assessoria de Comunicação Social, Diretoria-Geral, Secretaria de Orçamento e Finanças, Secretaria Judiciária, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Administração, Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Controle Interno e Auditoria.																

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de
Janeiro

INDICADOR:

AE 02 - ÍNDICE DE DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA

Análise de Desempenho (1º Semestre/2014):

O indicador não alcançou o desempenho definido na meta relativa ao primeiro semestre de 2014, isto é, 40% de unidades desdobradas, o que corresponde a 5 unidades, mantendo-se a mesma situação do último semestre de 2013, com uma unidade desdobrada, qual seja, a Secretaria de Tecnologia da Informação.

O desempenho do indicador está intrinsecamente relacionado ao desempenho do projeto "Desdobramento da Estratégia", consignado no Plano Estratégico. Referido projeto foi iniciado no primeiro semestre de 2013 e tem como produto final a elaboração de mapas estratégicos ou painéis de contribuição para seis unidades da Sede até o final do exercício de 2014. Tal escopo foi associado ao cumprimento da meta pretendida de 50% de unidades desdobradas até o final de 2014. Ocorre que, conforme consta do Termo de Abertura do Projeto, uma das entregas, já concluída, foi a capacitação dos servidores, que somente foi encerrada no final de novembro de 2013, impactando no tempo de execução do projeto e, via de consequência, no cumprimento da meta. Com base nos conhecimentos obtidos durante a capacitação, foi possível, ainda, observar a complexidade da atividade de desdobramento. Assim, a meta estabelecida para o indicador pode ser considerada bastante audaciosa.

Conforme informado no último relatório, duas unidades estão sendo desdobradas, a saber: Secretaria de Administração e Secretaria de Gestão de Pessoas. O prazo de execução do projeto foi impactado pelas mudanças ocorridas no corpo gerencial das referidas unidades, no início de 2014, e pelo aumento do volume de trabalho típico dos anos eleitorais, dificultando a realização de reuniões sistemáticas entre a gerência do projeto e representantes das duas secretarias. O prazo previsto no último relatório para conclusão do trabalho nas duas unidades, qual seja, abril de 2014, não foi, portanto, observado. Considerando tais aspectos, não será possível o cumprimento da meta até o final de 2014. Reitera-se, assim, a sugestão de definição das unidades que deverão ser incluídas no cronograma de desdobramento da estratégia em 2015 pelo Comitê de Gestão da Estratégia e a consequente adequação da meta do indicador a tal definição.

Vale reiterar que, além do impacto direto do desdobramento da estratégia sobre o objetivo a ele vinculado, qual seja, "Desenvolver a gestão orientada a resultados", todos os demais objetivos consignados no plano estratégico serão potencialmente impactados na medida em que as unidades passam a ter seus próprios mapas estratégicos ou painéis de contribuição alinhados à estratégia organizacional, oportunizando a sinergia de esforços, a otimização de recursos, o acompanhamento do desempenho das unidades de forma objetiva, a melhoria do processo de tomada de decisões estratégicas e, conseqüentemente, a concretização da estratégia.

Variável	1 SEM/2013	2 SEM/2014
TUniSedDe	1	
TUniSed	13	

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:	AE 03 - NÚMERO DE REUNIÕES DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Desenvolver a gestão orientada a resultados						
O QUE MEDE	O número de Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) realizadas.						
COMO MEDIR	Somatório de Reuniões de Análise da Estratégia realizadas NR = \sum Rae (indicador cumulativo)				UNIDADE DE MEDIDA:	Numeral	
					QUANDO MEDIR:	Trimestralmente	
QUEM MEDE	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
QUEM ANALISA	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
META	Realizar 4 reuniões, anualmente.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Cronograma e Atas de Reunião de Análise da Estratégia		
Resultado no período							
Resultado 2014	1						
Metas Anuais							
Meta 2014	4						
Histórico							
2011	NM						
2012	NM						
2013	1						
EVOLUÇÃO DO INDICADOR							
				Realizado	Meta		
1º TRIM/14				0	1		
2º TRIM/14				1	2		
3º TRIM/14				0	3		
4º TRIM/14					4		
As Reuniões de Análise da Estratégia deverão ser realizadas trimestralmente, em observância ao art. 5º da Resolução CNJ nº 70/2009.							

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	AE 03 - NÚMERO DE REUNIÕES DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

Análise de Desempenho (3º trimestre/2014):

A meta estabelecida para o terceiro trimestre de 2014 não foi atingida, uma vez que até o mês de setembro de 2014 deveriam ter sido realizadas três reuniões, haja vista o que prevê o art. 6º do Ato GP nº 391/2012: "As Reuniões de Análise da Estratégia deverão ser realizadas trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro". A primeira e única RAE realizada neste ano ocorreu no mês de maio (27/05/2014), tendo como pauta o desempenho estratégico do ano de 2013. No dia 05 de setembro foi realizada a II pré-RAE do ano, visando subsidiar a segunda RAE de 2014, com abordagem correspondente aos primeiro e segundo trimestres deste ano. Na ocasião, o Comitê Gestor da Estratégia deliberou pela realização da II RAE de 2014 na primeira semana de novembro próximo.

A necessidade de agilizar o processo de consolidação do Relatório de Análise da Estratégia foi objeto de pauta da RAE realizada no dia 27 de maio de 2014, ocasião em que foram definidas as unidades e servidores responsáveis pela coleta de dados e análise de indicadores e objetivos estratégicos, bem como aprovada a priorização do projeto "Sistema de Gestão da Estratégia".

Corroborando a necessidade de agilizar o processo de consolidação do Relatório de Análise da Estratégia, acima mencionada, a Secretaria de Controle Interno e Auditoria apresentou no Relatório Preliminar de Auditoria nº 5/2014 (Memorando-Circular nº 193/2014, de 18 de setembro de 2014, proposta de encaminhamento para que a Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão - ASPLAN, em conjunto com as unidades envolvidas com a medição e análise dos indicadores, emvidem esforços para que os Relatórios de Análise da Estratégia sejam publicados trimestralmente.

A ASPLAN, em observância à mencionada proposta de encaminhamento, informou às unidades responsáveis pela elaboração de análises de indicadores e objetivos os prazos para encaminhamento das análises relativas ao terceiro trimestre de 2014, a fim de viabilizar a publicação dos relatórios em observância à recomendação da unidade de controle interno.

Caso realizada a segunda RAE de 2014 em novembro, o cronograma estará alinhado ao Ato nº 391/2012, no entanto, o cumprimento da meta permanecerá prejudicado.

Entende-se que o indicador em questão, ao avaliar o número de Reuniões de Análise da Estratégia realizadas, tem por objetivo precípuo a sistematização do processo de avaliação do desempenho estratégico como forma de desenvolver a gestão orientada a resultados, sendo recomendável a observância à periodicidade trimestral como forma de garantir respostas rápidas a eventuais desvios identificados no desempenho estratégico. Isto, porque as Reuniões de Análise da Estratégia constituem-se no fórum ideal para o diálogo estratégico, onde são avaliados objetivos, indicadores, metas e iniciativas estabelecidos pela estratégia institucional e o desempenho organizacional sistemicamente, orientando a tomada de decisões de forma objetiva e com foco em resultados. Sob tal aspecto, a não realização dessas reuniões constitui-se em risco ao processo de gestão estratégica, uma vez que eventuais desvios poderão não ser corrigidos no tempo necessário para obtenção dos resultados almejados pelo TRE-RJ. Ademais, o resultado do indicador pode servir como um termômetro sobre o amadurecimento da instituição em relação ao processo de gestão estratégica.

Tema:

Gestão de Pessoas

Objetivos Estratégicos:

Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais

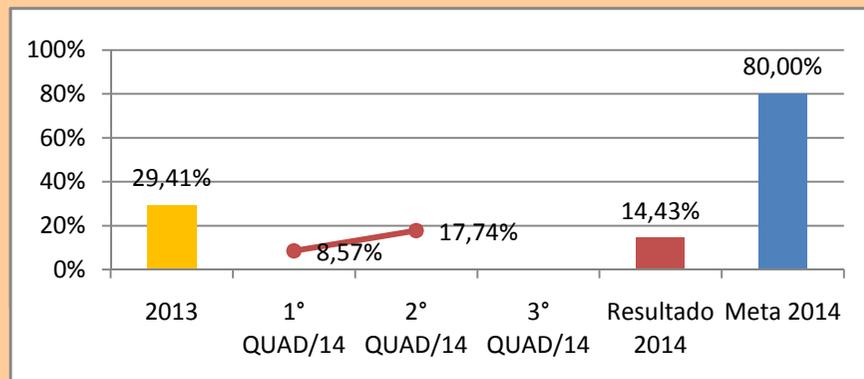
Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia

Monitoramento de Objetivo Estratégico

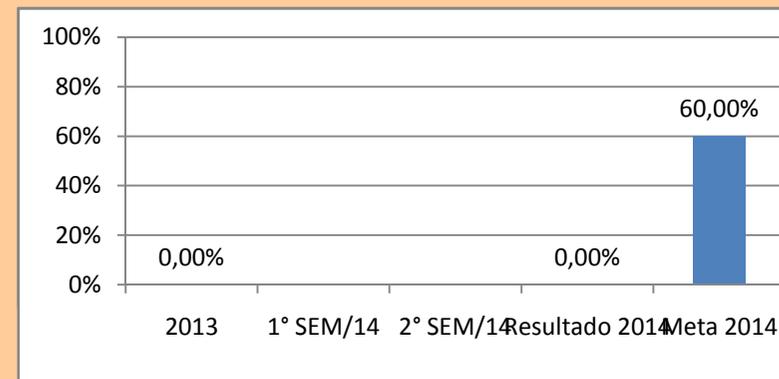
Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais

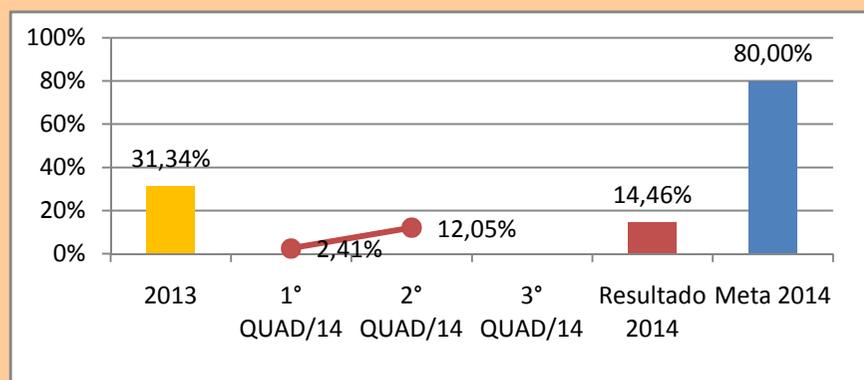
GP 01 - Índice de aderência ao PAC



GP 03 - Índice de adequação às competências organizacionais



GP 02 - Índice de execução do PAC



Projetos Estratégicos

Gestão por Competências

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Gestão de Pessoas



Objetivo: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais

Análise de desempenho

Análise de desempenho (3º trimestre):

A análise do objetivo, para o período, não foi realizada.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	GP 01 - ÍNDICE DE ADERÊNCIA AO PAC					
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais						
O QUE MEDE		O percentual de cursos previstos no Plano Anual de Capacitação (PAC) em relação ao total de cursos ministrados.						
COMO MEDIR		Total de treinamentos do PAC realizados (TTreiPacReal), dividido pelo total de treinamentos promovidos pelo tribunal (TTreiProm), multiplicado por cem. APAC=(TTreiPacReal / TTreiProm)x100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
						QUANDO MEDIR:	Quadrimestralmente	
QUEM MEDE		Seção de Capacitação (SECCAP)						
QUEM ANALISA		Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE)						
META		Alcançar 80% de aderência ao PAC, anualmente.			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Módulo de capacitação do SGRH e PAC
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	14,43%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º QUAD/14	8,57%	80,00%
Meta 2014	80,00%					2º QUAD/14	17,74%	80,00%
Histórico						3º QUAD/14		80,00%
2011	30,10%							
2012	NM							
2013	29,41%							
Entende-se por Total de Treinamentos Promovidos (TTProm) o Total de Treinamentos do PAC Realizados, acrescido de outros treinamentos realizados e não previstos no PAC.								

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro

INDICADOR:

GP 01 - ÍNDICE DE ADERÊNCIA AO PAC

Análise de Desempenho (2º quadrimestre):

O baixo índice da Aderência do PAC deve-se ao grande número de cursos que estão sendo solicitados e que não estavam previstos no Levantamento de Necessidades de Treinamento - LNT. Ressalte-se que o PAC-2014 ainda não foi aprovado e, portanto, ficaram definidos como cursos do PAC os treinamentos com as duas maiores prioridades indicadas no LNT. No entanto esta relação de treinamentos está pendente de alguns cortes, o que será feito para ajustá-la à dotação orçamentária disponível para capacitação de servidores. A variável TTreiPacReal aparentemente está sendo tratada como única nos cálculos dos índices de Aderência e Execução. No entanto, após análise detida sobre o assunto, chegamos à conclusão de que são diferentes.

Observa-se a crescente demanda de cursos fora do PAC é resultado da sua não regulamentação. Assim, a Seção de Capacitação está elaborando a sistematização do PAC.

Variável	1 QUA/2014	2 QUA/2014	3 QUA/2014
TTreiPacR	3	11	
TTreiProm	35	62	

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES																	
		INDICADOR:	GP 02 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PAC																
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais																	
O QUE MEDE		O percentual de cursos previstos no Plano Anual de Capacitação (PAC) efetivamente realizados.																	
COMO MEDIR		Total de treinamentos do PAC realizados (TTreiPacReal), dividido pelo total de treinamentos previstos no PAC (TTreiPrevPac), multiplicado por cem. EPAC=(TTreiPacReal/TTreiPrevPac)x100 (indicador cumulativo)				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual												
						QUANDO MEDIR:	Quadrimestralmente												
QUEM MEDE		Seção de Capacitação (SECCAP)																	
QUEM ANALISA		Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE)																	
META		Alcançar a realização de 80% dos cursos previstos no PAC, anualmente.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Módulo de capacitação do SGRH e PAC													
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º QUAD/14</td> <td>2,41%</td> <td>10,00%</td> </tr> <tr> <td>2º QUAD/14</td> <td>12,05%</td> <td>50,00%</td> </tr> <tr> <td>3º QUAD/14</td> <td></td> <td>80,00%</td> </tr> </tbody> </table>					Realizado	Meta	1º QUAD/14	2,41%	10,00%	2º QUAD/14	12,05%	50,00%	3º QUAD/14		80,00%	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
	Realizado					Meta													
1º QUAD/14	2,41%					10,00%													
2º QUAD/14	12,05%					50,00%													
3º QUAD/14						80,00%													
Resultado 2014	14,46%																		
Metas Anuais																			
Meta 2014	80,00%																		
Histórico																			
2011	40,26%																		
2012	NM																		
2013	31,34%																		

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro

INDICADOR:

GP 02 -ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PAC

Análise de Desempenho (1º quadrimestre):

Apesar de não ter sido ainda aprovado o PAC-2014, ficaram definidos como cursos do PAC os treinamentos com as duas maiores prioridades indicadas no LNT. No entanto, a alta administração tem entendido que o período eleitoral exige máxima atuação de todos os servidores, indeferindo os pedidos de cursos que não sejam obrigatórios para a preparação das Eleições 2014. Esse entendimento gerou baixíssima execução do Plano Anual de Capacitação.

Variável	1 QUA/201	2 QUA/201	3 QUA/2014
TTreiPacR	2	10	
TTreiPrevF	83	83	

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
INDICADOR:		GP 03 - ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO ÀS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais						
O QUE MEDE	A relação entre as competências organizacionais necessárias e as competências apresentadas pelos servidores, de acordo com suas respectivas áreas de trabalho.						
COMO MEDIR	Total de competências apresentadas pelos servidores (TCompServ), dividido pelo total de competências necessárias (TCompNec), multiplicado por cem. ACO=(TCompServ/TCompNec)x100	UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual				
		QUANDO MEDIR:	Semestralmente				
QUEM MEDE	Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE)						
QUEM ANALISA	Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)						
META	Alcançar 60% de índice de adequação às competências organizacionais necessárias, em 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios de avaliação de competência		
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	NM					Realizado	Meta
Metas Anuais					1º SEM/14	0,00%	50,00%
Meta 2014	60,00%				2º SEM/14		60,00%
Histórico					2011	NM	
		2012	NM				
		2013	NM				
<p>1) Considerando que as competências organizacionais são diferentes em cada assessoria, secretaria, coordenadoria, seção ou cartório eleitoral que compõe os tribunais eleitorais, deve-se efetuar o cálculo em cada uma das áreas e fazer a média aritmética a fim de calcular o índice do Tribunal.</p> <p>2) Caso o processo de mapeamento das competências organizacionais ainda não esteja completo, deverão ser informadas quais áreas foram consideradas para a composição do cálculo.</p>							

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	GP 03 - ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO ÀS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS

Análise de desempenho (1º semestre):

Não há como medir o indicador tendo em vista que ainda não foi implementada a Gestão por Competências neste Regional. O projeto de implementação encontra-se em andamento. Já foram ultrapassadas as fases de definições de competências comportamentais / técnicas, validações e alguns ajustes nas definições das funções pelas unidades do TRE/RJ. A atual etapa é de realização dos ajustes pela Consultoria e posteriormente sensibilização. A previsão de aplicação do 1º ciclo da avaliação é para o mês de setembro/2014.

Variável	1 SEM/2014	2 SEM/2014
TCompSer	NM	
TCompNec	NM	

Monitoramento de Objetivo Estratégico

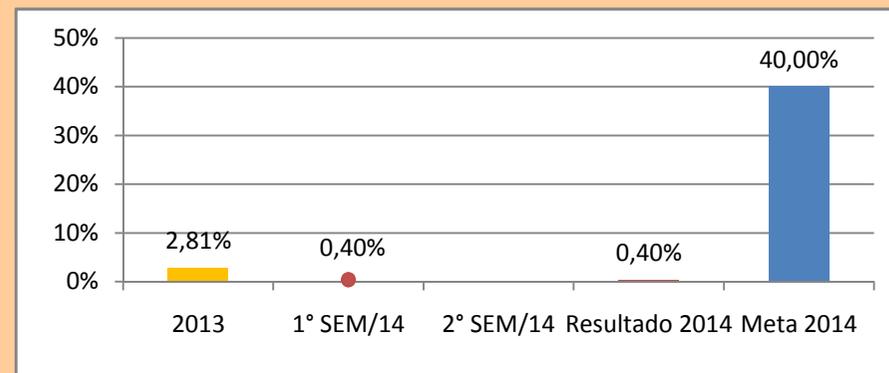
Tema: Gestão de Pessoas

■ **Objetivo: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia**

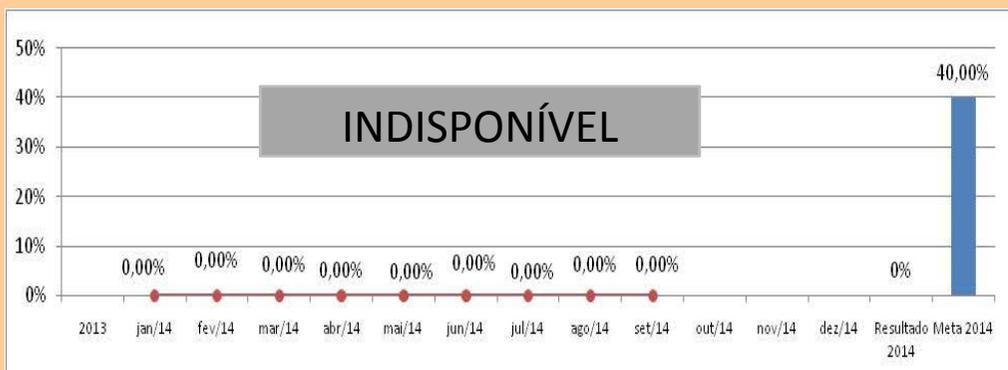
■ GP 04 - Clima organizacional



■ GP 06 - Índice de participação de magistrados



■ GP 05 - Índice de Cartórios Eleitorais participantes no Espaço Colaborativo



Projetos Estratégicos

- Gestão do Clima Organizacional
- Programa Qualidade de Vida no Trabalho - QVT
- Banco de Boas Práticas
- Espaço Colaborativo
- Programa TRE vai à Escola
- Sistematização do Programa TRE vai à Escola
- Reconhecimento do trabalho voluntário em ações de cidadania

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Gestão de Pessoas



Objetivo: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia

Análise de desempenho

Análise de desempenho (3º trimestre):

A análise do objetivo, para o período, não foi realizada.

ANÁLISE DE INDICADORES		
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	INDICADOR:	<div style="background-color: #00b050; width: 30px; height: 30px; margin: 0 auto;"></div> GP 04 - CLIMA ORGANIZACIONAL
<p>1 - Síntese do Resultado Atual:</p> <p>Total de servidores que participaram da pesquisa: 739 Total de perguntas: 59 Total de respostas do questionário: 739 x 59 = 43.601 Total de Avaliações Positivas (Concordo Totalmente + Tendo a Concordar) = 29.294 Total de Avaliações Negativas (Discordo Totalmente + Tendo a Discordar) = 13.272 Total de Avaliações Positivas + Total de Avaliações Negativas = 42.566</p> <p>Total de avaliações positivas (TAavalPos), dividido pelo total de avaliações (TAval), multiplicado por cem. $CO = (TAavalPos / TAval) \times 100$</p> <p>$CO = (29.294 / 42.566) \times 100 = 68,82 \%$</p> <p>2 - Ligações entre objetivos e indicadores:</p> <p>O objetivo vinculado ao indicador em pauta é "Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia". Considerando-se tratar de uma primeira pesquisa de Clima Organizacional o Tribunal, conclui-se que a adesão foi satisfatória, já que dos 928 servidores aptos a responder, 739 (79,63%) responderam, demonstrando credibilidade na ferramenta e motivação dos servidores em colaborar com o diagnóstico do Clima Organizacional.</p> <p>3 - Ligações com iniciativas:</p> <p>O I.S. (Índice de Satisfação) é a transposição de uma escala que vai de 1 até 4 (Níveis de Resposta), para uma escala de 0 até 100%, onde o valor tem uma assimilação conceitual de fácil compreensão e interpretação.</p> <p>Para calcular o I.S. utilizamos a seguinte fórmula:</p> <p>$I.S. = 100 \times (M - 1) / 3$</p>		

Onde:

I.S. = Índice de Satisfação

M = Média do Nível de Resposta

Quanto maior for a média do nível de respostas, maior será o I.S. e melhor o conceito atribuído.

Os níveis de respostas são:

1 – Discordo Totalmente; 2 – Tendo a Discordar; 3 – Tendo a Concordar; 4 – Concordo Totalmente

I.S – Índice de Satisfação – Conceito Atribuído

0,00% – 12,49% - Péssimo; 12,50% - 24,99%- Péssimo; 25,00% - 37,49%- Péssimo; 37,50% - 49,99% Ruim
50,00% - 62,49% - Insatisfatório; 62,50% - 74,99% - Regular; 75,00% - 87,49% - Bom; 87,50% - 100,00% - Ótimo

As iniciativas decorrentes dos resultados aferidos estão em fase de elaboração pelas unidades envolvidas nos fatores nos quais foi possível identificar índice de satisfação inferior a 62,49% (conceitos insatisfatório, ruim e péssimo)

4 - Potenciais fontes de problemas:

Falta de patrocínio da Administração Superior para implementação de ações de melhorias.

5 - Pontos de atenção:

Benefícios e Gestão de Pessoas

6 - Recomendações sobre o processo:

Definir ações que busquem o incremento do Clima Organizacional, baseadas no resultado; garantir a realização de novo ciclo de pesquisa.

7 – Riscos:

Não realização de ações de melhoria, que ocasionará perda de credibilidade.

Não realização do próximo ciclo da pesquisa.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES													
		INDICADOR: XXXXXXXXXX GP 05 - ÍNDICE DE CARTÓRIOS ELEITORAIS PARTICIPANTES NO ESPAÇO COLABORATIVO													
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia													
O QUE MEDE		O percentual médio de Cartórios Eleitorais participantes no Espaço Colaborativo.													
COMO MEDIR		Soma do percentual de Cartórios Eleitorais participantes em cada tema (PCartPT), dividida pelo total de temas (TT) $ICartPEC = (\sum PCardPT) / TT$ Onde: $PPCEF = [NCardPT(\text{número de Cartórios Eleitorais que participaram do tema}) / TCart(\text{número total de Cartórios Eleitorais})] \times 100$										UNIDADE DE MEDIDA:		Percentual	
												QUANDO MEDIR:		Mensalmente	
QUEM MEDE		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)													
QUEM ANALISA		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)													
META		Alcançar 40% de participação média, até 2014.					POLARIDADE DO INDICADOR		Quanto maior, melhor		FONTE DE DADOS		Relatórios de cartórios eleitorais participantes por tema de discussão		
EVOLUÇÃO DO INDICADOR			jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	
		REALIZADO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%			
		META	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%
Resultado no período															
Resultado 2014													0%		
Metas Anuais															
Meta 2014													40,00%		
Histórico															
2011													NM		
2012													NM		
2013													NM		
Caberá a cada unidade mediadora de tema de discussão consolidar mensalmente o percentual de cartórios eleitorais participantes no tema sob sua responsabilidade.															

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	GP 06 - ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MAGISTRADOS					
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia						
O QUE MEDE		O percentual de participação dos magistrados em ações alinhadas à estratégia.						
COMO MEDIR		Total de magistrados que participaram em ações orientadas para a execução da estratégia (TMagAçõExecEst), dividido pelo total de magistrados (TMag), multiplicado por cem. IPM = (TMagAçõExecEst/TMag)x100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
						QUANDO MEDIR:	Semestralmente	
QUEM MEDE		Escola Judiciária Eleitoral (EJE)						
QUEM ANALISA		Escola Judiciária Eleitoral (EJE)						
META		Alcançar 40% de participação, até 2014.			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios das ações e controle de magistrados da SGP
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	0,40%						Realizado	Meta
Metas Anuais						1º SEM/14	0,40%	32,50%
Meta 2014	40,00%					2º SEM/14		40,00%
Histórico						2011	3,61%	
		2012	8,03%					
		2013	2,81%					
<p>1) Para cálculo do indicador serão consideradas as ações estratégicas cuja participação dos magistrados seja de caráter voluntário.</p> <p>2) Deverá ser considerado um magistrado por cartório eleitoral para o cômputo do "total de magistrados".</p>								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	GP 06 - ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MAGISTRADOS

Análise de Desempenho (1º semestre) :

Banco de voluntários no 1º sem 2014: 12 magistrados.
Número de magistrados atuantes no 1º sem/2014: 1

As ações estratégicas, de caráter voluntário, consideradas para cálculo do indicador, são, atualmente, as referentes ao Programa TRE vai à Escola. Duas instituições de ensino solicitaram 02 ações, cada uma, no primeiro semestre de 2014, e, até o momento, não foi possível atendê-las por falta de disponibilidade dos magistrados voluntários.

Cumpramos informar que foram realizadas 2 (duas) ações sociais por parte da Juíza Eleitoral da 179ª ZE, Dra Flávia de Almeida Viveiros de Castro, tendo sido atendidos 85 alunos nas duas ações. A ação não tramitou por esta EJE, porém, por se tratar de ação voluntária por parte de magistrado, de conhecimento deste Tribunal, foi considerada no cômputo deste indicador. Vide notícia no site do TRE-RJ, em 01/05/2014.

Como já foi pontuado no ano anterior, sugere-se que seja monitorado o índice de participação de magistrados como integrantes do banco de voluntários em ações de cidadania. A título de comparação, verifica-se um banco atual com 12 magistrados eleitorais. Caso a medição ocorra sobre a quantidade de magistrados pertencentes ao banco, teremos um percentual de 8,33% em vez de 0,40%. Sugere-se, ainda, que a observação nº 1 da ficha tenha suprimida a palavra "estratégicas", pois pode haver atuação de magistrado fora dos padrões do Programa TRE vai à Escola, única ação estratégica existente até o momento, bem como de magistrado que não integre o banco de voluntários. É possível depreender dos dados do presente período que o indesejável desempenho do indicador, além de impactar o objetivo estratégico, impacta, ainda, nos indicadores ACE 02 - índice de atendimento às demandas de acesso e o indicador RSA 02 - número de pessoas atingidas pelos projetos sociais, que incluem, em seus cômputos, as ações do Programa TRE vai à Escola. Urge a necessidade de realização de campanha institucional visando o ano de 2015, junto aos magistrados eleitorais que se encontrarão no exercício da judicatura eleitoral no referido ano.

Variável	1 SEM/2014	2 SEM/2014
TMagAçãoExecEst	1	
Tmag	249	

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia

Objetivos Estratégicos:

Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ

Garantir a infraestrutura adequada de TIC

Monitoramento de Objetivo Estratégico

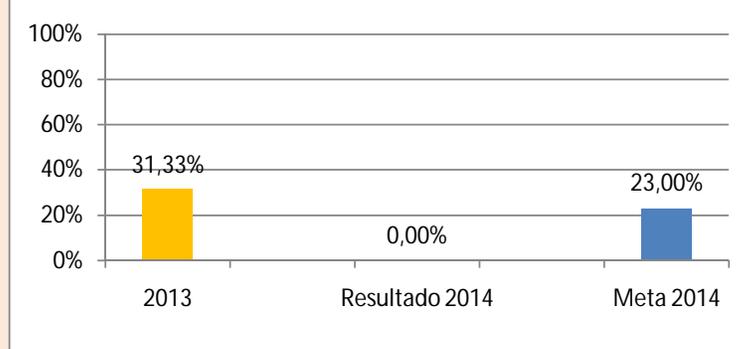
Tema: Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ

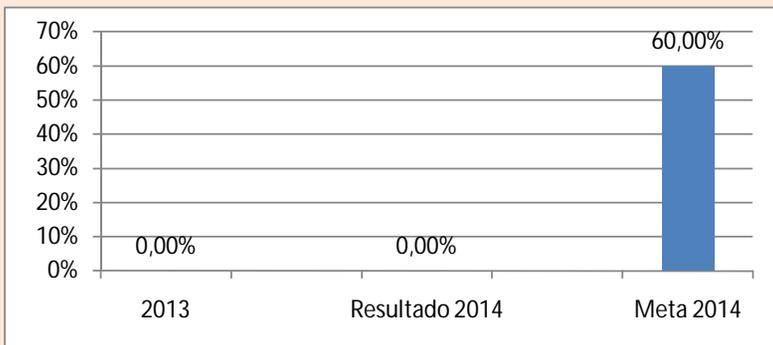
IT 01 - Índice de adequação das instalações físicas



IT 03 - Índice de instalações acessíveis



IT 02 - Índice de adequação dos materiais permanentes



Projetos Estratégicos

Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Infraestrutura e Tecnologia



Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ

Análise de Desempenho

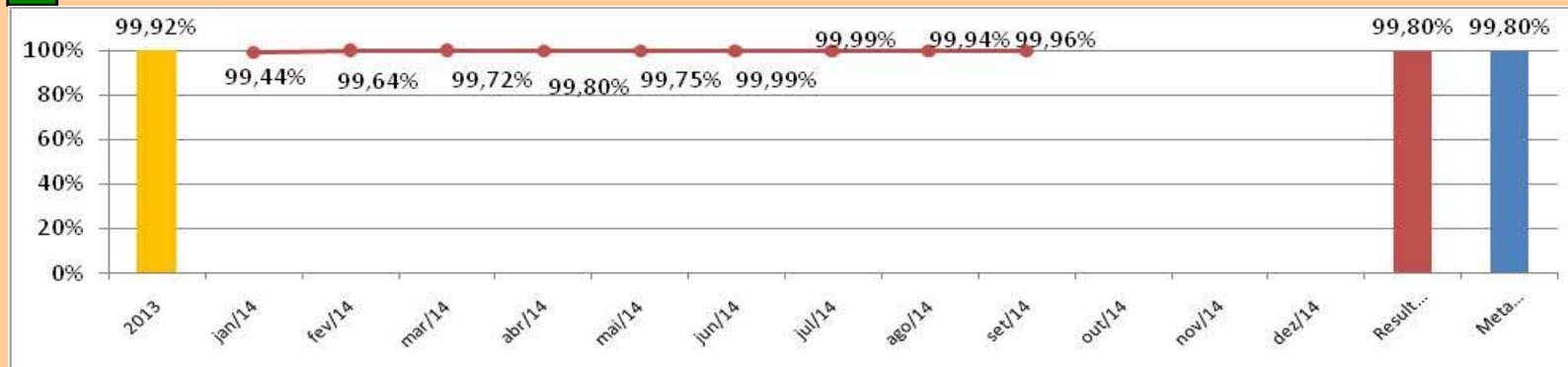
A análise do objetivo não foi realizada.

Monitoramento de Objetivo Estratégico

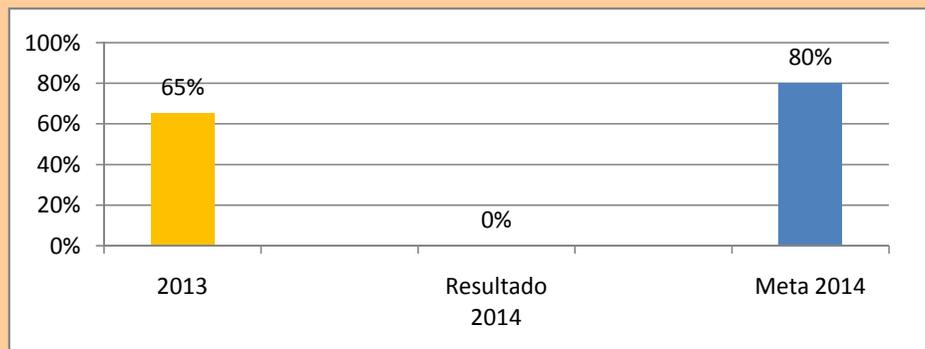
Tema: Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada de TIC

IT 04 - Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC



IT 05 - Índice de porte em TIC conforme requisitos definidos na Resolução 90/CNJ



Projetos Estratégicos

- Modernização do Data Center
- Programa Segurança da Informação
- Georreferenciamento das Zonas Eleitorais

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Infraestrutura e Tecnologia



Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada de TIC

Análise de Desempenho

1 - O atendimento ao objetivo encontra-se em situação de atenção em razão do resultado obtido no último levantamento de portes dos tribunais, onde o TRE-RJ foi classificado com um índice de 65,24%. Tal índice é considerado médio pelo CNJ, porém muito próximo do índice considerado satisfatório, especialmente se for considerada uma correção de 3,22% que deve ser aplicada no cálculo do porte em automação conforme explicado na ficha do respectivo indicador. O índice do TRE-RJ poderia ser ainda maior caso tivesse sido possível completar a atualização dos computadores dos cartórios e sede, o que tem encontrado obstáculos em razão da reduzida força de trabalho na área responsável pela configuração dos computadores desktop. A força de trabalho é o fator que tem maior capacidade de influenciar positivamente o índice de porte do TRE-RJ, podendo gerar um impacto positivo de até 13,33% caso seja atingida a meta de força de trabalho em TIC da Resolução 90/CNJ. Paralelamente à questão da força de trabalho, a STI tem apresentado algumas propostas de ações para melhorar outros aspectos do índice de porte, como a contratação de empresa para apoio na instalação de computadores, porém os pedidos de orçamento para esta finalidade têm sido rejeitados pelo TSE.

2 - Os indicadores vinculados ao objetivo apresentam vínculo direto com o desempenho da infraestrutura. Destacamos que o indicador IT05 apresenta uma melhor visão do objetivo em razão de ser um índice relacionado a diversos aspectos que influenciam na gestão da infraestrutura de TI (pessoal, equipamentos, sistemas etc.). O indicador de disponibilidade dos sistemas essenciais apresenta uma visão mais operacional do desempenho de parte significativa da infraestrutura, porém é relacionado somente a determinados serviços sem levar outros fatores em consideração..

A disponibilidade dos seguintes sistemas/equipamentos é considerada no cálculo do indicador "IT04 - Índice de disponibilidade de sistemas essenciais de TIC": Serviço de resolução de nomes, servidor de banco de dados e acesso ao TSE e à Internet; Serviço de autenticação dos usuários; Serviço de correio eletrônico; Servidor de aplicação do SADWEB

3 - Dos projetos estratégicos vinculados ao objetivo, os dois com maior impacto no objetivo são os de Modernização do Datacenter e Programa Segurança da Informação. Este último não se relaciona somente com a questão da infraestrutura de TI, mas com diversos outros objetivos e processos do TRE uma vez que abrange muito mais que a questão da tecnologia. O projeto Modernização do Datacenter tem correlação com o Programa Segurança da Informação na medida que atende a necessidades de segurança e disponibilidade das informações. O projeto Georreferenciamento das Zonas Eleitorais possui pouca relação com o fornecimento da infraestrutura de TI, sendo relacionado a outros objetivos estratégicos, uma vez que constitui ferramenta para análise e acesso a diversas informações relacionadas às zonas eleitorais, permitindo um melhor planejamento das ações voltadas ao atendimento aos eleitores e necessidades dos cartórios.

4 - Por apresentar uma visão bastante abrangente do objetivo, a análise do indicador IT05 representa grande parte da análise do objetivo estratégico. Daí se pode identificar os principais problemas que impactam no objetivo. O principal problema verificado é a reduzida mão-de-obra especializada para o desenvolvimento das atividades. Esta é uma variável relevante no cálculo do índice de porte do CNJ e no caso específico do TRE-RJ tem gerado impacto negativo em outras atividades, tais como troca do parque de computadores e desenvolvimento de sistemas. Outro problema que traz impacto negativo é a questão da organização funcional da STI. A Coordenadoria de Infraestrutura tem sofrido com dificuldades na gestão de suas atividades em razão do grande número de atribuições e seções vinculadas à coordenadoria. A estrutura organizacional da COINF é resultado da fusão de atividades do que seriam duas coordenadorias, a de Soluções Corporativas e a de Infraestrutura. A COINF é responsável por todas as questões de infraestrutura, assim como suporte e desenvolvimento de soluções. No TSE e em outros regionais estas atividades estão divididas em duas ou três coordenadorias. Este agrupamento de funções torna a COINF a coordenadoria do Tribunal com mais seções vinculadas à mesma, totalizando 6 (seis) seções, enquanto a média das demais coordenadorias é de 3 (três) seções. Esta sobrecarga de funções acarreta em pouco tempo para planejamento das ações e acompanhamento da execução das atividades pela responsável pela gestão da unidade. Um terceiro problema crítico é a questão do espaço de armazenamento de urnas eletrônicas, pois existe previsão de descarte de um significativo percentual das urnas existentes e respectivo recebimento de grande volume em substituição. Atualmente os depósitos de urna operam bem próximos da capacidade máxima de armazenamento e já não apresentam boas condições para atender à previsão de crescimento do eleitorado a médio prazo, porém as operações de recebimento e descarte deverão extrapolar a capacidade existente já no próximo ano, o que gera a necessidade urgente de obtenção de novos espaços para armazenamento de urnas eletrônicas.

5 - Os principais riscos identificados estão relacionados à infraestrutura física do datacenter, uma vez que está operando sem alguns controles necessários e com uma infraestrutura elétrica, de climatização e de segurança física não apropriada para a relevância das informações e serviços disponibilizados. Este risco será tratado com a execução do projeto Modernização do Datacenter, que finalmente obteve dotação orçamentária para o próximo exercício, porém será necessário um comprometimento de outras áreas do tribunal para o bom andamento da especificação dos serviços e da contratação e execução das atividades. Outro possível risco será a realização de consulta popular (plebiscito, referendo ou eleição extraordinária), o que trará uma necessidade de concentração dos esforços das diversas áreas para execução destas atividades em detrimento das demais.

6 - Como recomendação sobre processos relacionados ao objetivo, destaca-se a necessidade de implantação das diretrizes da Resolução CNJ 182, com uma maior participação das demais unidades envolvidas nos projetos de aquisição de soluções de TIC, o que, espera-se, deverá agilizar a tramitação dos processos de aquisição de TIC. Outros processos relevantes que têm potencial de impacto significativo no objetivo são os de capacitação de servidores de TI. Por ser uma área bastante dinâmica, os servidores necessitam de atualização constante e uma maior atenção às demandas e a execução ágil do plano de capacitação da área de TI também deverão influenciar positivamente. Recomenda-se, também, que na execução dos projetos estratégicos de gestão documental e de segurança da informação seja estudado o impacto na área de TI, considerando a força de trabalho e os fatores relacionados ao ambiente físico e operacional existentes, especialmente durante a execução de tarefas de grande porte tais como revisões de eleitorado, eleições, implantações de sistemas de grande porte, atualização de grande número de equipamentos etc.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES											
		INDICADOR:	IT 04 - ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS ESSENCIAIS DE TIC										
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a infraestrutura adequada de TIC												
O QUE MEDE	O percentual do tempo, em um período determinado, em que os serviços de TIC, incluindo sistemas informatizados eleitos essenciais, estiveram disponíveis para utilização.												
COMO MEDIR	Tempo de disponibilidade do conjunto de sistemas definidos como essenciais (TemDispSistTI), dividido pelo tempo total do período (TemTotPer), multiplicado por cem. DSTI = (TemDispSistTI / TemTotPer) x 100										UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
											QUANDO MEDIR:	Mensalmente	
QUEM MEDE	Seção de Produção (SEPROD)												
QUEM ANALISA	Coordenadoria de Infraestrutura (COINF)												
META	Assegurar 99,80% de disponibilidade de sistemas de TIC, até 2014.						POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Software de monitoramento			
EVOLUÇÃO DO INDICADOR		jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14
	REALIZADO	99,44%	99,64%	99,72%	99,80%	99,75%	99,99%	99,99%	99,94%	99,96%			
	META	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%
Resultado no período													
Resultado 2014	99,80%												
Metas Anuais													
Meta 2014	99,80%												
Histórico													
2011	98,93%												
2012	98,54%												
2013	99,92%												
<p>1) Devem ser considerados essenciais os sistemas: SADP/SADPWEB, DJE, Petição eletrônico, correio eletrônico, site Intranet, acesso à Internet, site Internet e ELO.</p> <p>2) Deverão ser desconsideradas do cálculo as indisponibilidades previamente programadas relativas a serviços de manutenção.</p> <p>3) O indicador mede a disponibilidade dos sistemas 24 X 7, ou seja, 24 horas por dia, nos 7 dias da semana, desconsiderando as indisponibilidades da observação 2.</p>													

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES																				
		INDICADOR:		IT 05 - ÍNDICE DE PORTE EM TIC CONFORME REQUISITOS DEFINIDOS NA RESOLUÇÃO 90/CNJ																		
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a infraestrutura adequada de TIC																				
O QUE MEDE		O percentual de atendimento aos requisitos de TIC definidos pelo CNJ, com base em critérios estabelecidos pelo Comitê Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário para avaliar o nível de infraestrutura de TIC, considerando os 5 (cinco) principais componentes de avaliação da infraestrutura de TIC (Tecnologia, Força de trabalho total mínima de TIC, Automação, Governança de TIC e Capacitação em TIC).																				
COMO MEDIR		Percentual alcançado no porte em tecnologia (PorTec) somado ao percentual alcançado no porte da força de trabalho total mínima de TIC (PorForTrabTotMínTIC) somado ao percentual alcançado no porte em automação (PorAut) somado ao percentual alcançado no porte em governança de TI (PorGovTI) somado ao percentual alcançado no porte em capacitação (PorCapTI) PTIC = PorTec + PorForTrabTotMínTIC + PorAut + PorGovTI + PorCapTI Cada componente de avaliação da infraestrutura de TIC possui um porte máximo de 20% a ser atingido de acordo com as regras de pontuação definidas pelo CNJ.			UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual																
					QUANDO MEDIR:	Anualmente, quando da avaliação de porte dos tribunais realizada pelo CNJ.																
QUEM MEDE		Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)																				
QUEM ANALISA		Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)																				
META		Atingir o índice de 80% de porte em TIC, até 2014 (valor considerado como porte aprimorado pelo CNJ).			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor																
					FONTE DE DADOS	Relatórios de desempenho dos planos de ação e dos projetos																
EVOLUÇÃO DO INDICADOR			2012	2013	2014																	
		REALIZADO	72,04%	65,24%																		
		META	70,00%	75,00%	80,00%																	
Resultado no período		<table border="1"> <tr> <td>Resultado 2013</td> <td>65,24%</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Metas Anuais</td> </tr> <tr> <td>Meta 2013</td> <td>75,00%</td> </tr> <tr> <td>Meta 2014</td> <td>80,00%</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Histórico</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>68,51%</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>NM</td> </tr> <tr> <td>2012</td> <td>NM</td> </tr> </table>					Resultado 2013	65,24%	Metas Anuais		Meta 2013	75,00%	Meta 2014	80,00%	Histórico		2010	68,51%	2011	NM	2012	NM
Resultado 2013	65,24%																					
Metas Anuais																						
Meta 2013	75,00%																					
Meta 2014	80,00%																					
Histórico																						
2010	68,51%																					
2011	NM																					
2012	NM																					
		<table border="1"> <caption>Evolução do indicador</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2012</td> <td>72,04%</td> </tr> <tr> <td>Resultado 2013</td> <td>65,24%</td> </tr> <tr> <td>Meta 2013</td> <td>75,00%</td> </tr> </tbody> </table>			Ano	Valor	2012	72,04%	Resultado 2013	65,24%	Meta 2013	75,00%	<table border="1"> <caption>Evolução no ano</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2012</td> <td>70%</td> </tr> <tr> <td>2013</td> <td>75%</td> </tr> <tr> <td>2014</td> <td>80%</td> </tr> </tbody> </table>		Ano	Valor	2012	70%	2013	75%	2014	80%
Ano	Valor																					
2012	72,04%																					
Resultado 2013	65,24%																					
Meta 2013	75,00%																					
Ano	Valor																					
2012	70%																					
2013	75%																					
2014	80%																					
As unidades responsáveis pelas informações coletadas pelo CNJ encaminham os dados à STI, que valida e preenche o formulário disponibilizado																						

ANÁLISE DE INDICADORES		
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	INDICADOR:	IT 05 -ÍNDICE DE PORTE EM TIC CONFORME REQUISITOS DEFINIDOS NA RESOLUÇÃO 90/CNJ
<p>No ano de 2013 houve uma redução no índice em todas as variáveis, exceto na de Porte de Força de Trabalho Mínima Recomendada para TIC, que se manteve no mesmo patamar. A redução deveu-se principalmente à variável referente ao Porte em Tecnologia, que foi a que apresentou maior redução proporcionalmente e que é diretamente relacionada à disponibilidade de equipamentos, capacidade e idade média dos mesmos. A redução nesta variável deveu-se principalmente à não atualização dos microcomputadores, o que ocorreu devido a dois fatores: 1) necessidade de utilização dos microcomputadores novos na revisão do eleitorado de Niterói (estes equipamentos seriam utilizados para a atualização das máquinas da sede, substituindo os equipamentos antigos - item com impacto direto na variável) e 2) suspensão da licitação de computadores para os cartórios que estava sendo realizada pelo TSE. Estes dois fatores obrigaram à permanência da utilização de equipamentos com mais idade, tanto na sede como nos cartórios, o que acarretou na redução da variável associada. A variável Porte de Automação sofreu redução em razão de o CNJ passar a desconsiderar o primeiro item avaliado para a Justiça Eleitoral, não tendo corrigido o cálculo da variável, assim, 15 pontos de 93 possíveis para a variável passaram a não ser mais considerados pelo CNJ, o que trouxe um impacto negativo de 3,22% no índice geral para cada TRE. A variável de governança de TIC foi impactada em razão de não haver normatização interna específica para aquisição de soluções de TIC que determine a inclusão de cláusula de propriedade intelectual do código fonte ou depósito de código fonte no INPI. A variável de Porte em Capacitação foi impactada pela não realização de alguns treinamentos para os novos servidores recebidos no último concurso, o que alterou o quantitativo de pessoal e, com isto o percentual de pessoas capacitadas em certificação digital, recomendando-se a realização de capacitação em certificação digital para os novos programadores e para os demais que não participaram da capacitação oferecida pelo CNJ. Considerando a mudança imposta pelo CNJ na aferição do índice para os TREs, sugerimos a revisão das metas para 2013 e 2014 na mesma proporção, reduzindo-as para 71,78% e 76,78% respectivamente. Permanece a principal recomendação para elevação do índice, ou seja, que sejam feitos esforços para atender à variável Força de Trabalho Mínima Recomendada para TIC, uma vez que a mesma, se atendida integralmente, trará um impacto positivo de 13,33% no índice, o que levaria o TRE-RJ a um índice de 78,57%.</p>		
PorTec		
PorForTrak	6,67	6,67
PorAut	17,42	15,48
PorGovTI	16,4	14,59
PorCapTI	16,04	15,42
PTIC	72,04	65,24

Perspectiva dos Recursos

Tema:

Orçamento

Objetivos Estratégicos:

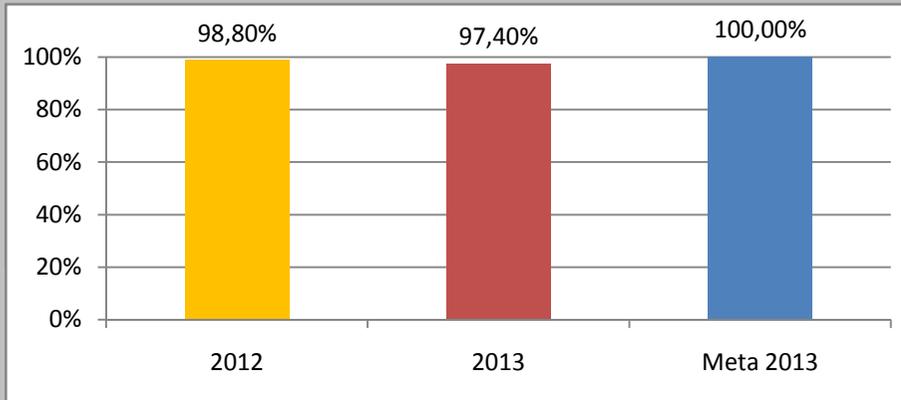
Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia

Monitoramento de Objetivo Estratégico

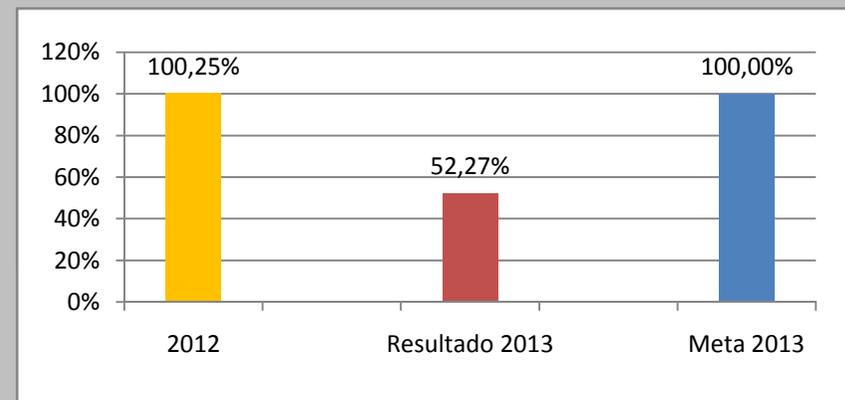
Tema: Orçamento

Objetivo: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia

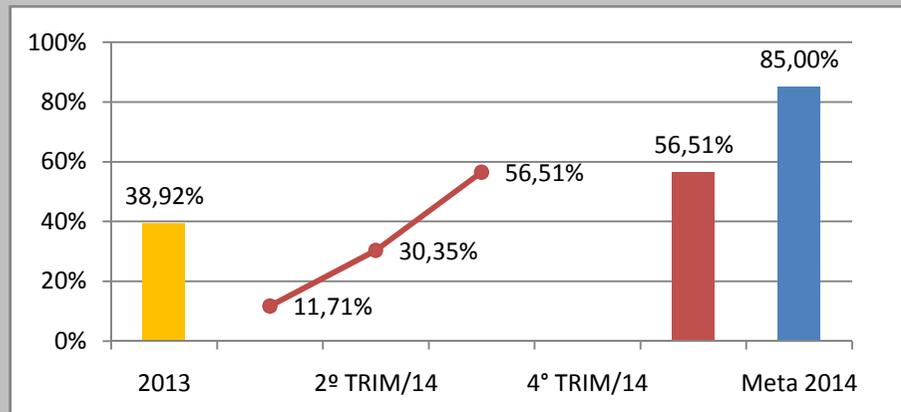
ORÇ 01 - Execução orçamentária



ORÇ 03 - Índice de execução do orçamento estratégico



ORÇ 02 - Índice de execução financeira



Projetos Estratégicos

Sistema de Acompanhamento da Execução

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Orçamento



Objetivo: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia

Análise de Desempenho

Análise de desempenho (3º trimestre 2014):

Síntese do resultado atual:

O indicador ORÇ 01 (execução orçamentária) apresenta um percentual de 60%.

No que se refere ao indicador ORÇ 02 (execução financeira), atingimos o percentual de 56,51% para uma meta de 60%, correspondendo a 94% do total a ser alcançado. Grande parte dos empenhos emitidos no corrente exercício corresponde a contratos de prestação de serviço com valores significativos, sendo que as liquidações ocorrem mensalmente e os contratos são empenhados para todo o exercício. Ressaltamos que o referido percentual poderia ser melhor, porém as empresas contratadas têm rotineiramente apresentado problemas documentais para a efetivação dos pagamentos impactando negativamente no desempenho deste indicador. Minimizando tal situação, destaca-se que contratos importantes no âmbito orçamentário, representaram, neste trimestre, resultados consistentes e mais eficientes no alcance do objetivo estratégico em razão de um controle mais rigoroso e efetivo sob o aspecto documental por parte da Administração frente às empresas contratadas.

Quanto ao indicador ORÇ 03 (execução do orçamento estratégico), observa-se uma baixa execução orçamentária correspondente a 39% no período.

Entendemos, após as implementações apresentadas, como satisfatório o desempenho alcançado.

Esclarecemos, ainda, que semanalmente enviamos às Unidades Administrativas relatório contendo informações quanto à execução do orçamento sob sua responsabilidade. Além disso, periodicamente é enviado o relatório de acompanhamento de contratos visando o monitoramento e a otimização da dotação disponibilizada, a fim de se verificar possíveis sobras orçamentárias, e portanto a disponibilização de recursos para a execução de novas ações estratégicas.

Entraves ou mudanças de entendimento, por parte da Administração superior, para implementação das ações estratégicas já planejadas e com dotação orçamentária disponível em razão da constante alternância de gestão (atualmente 1 ano).

Visando melhorar o acompanhamento da evolução dos indicadores ORÇ 1 e ORÇ 3, sugerimos a mudança da periodicidade de medição de anual para trimestral. Assim, a análise dos mesmos no 2º e 3º trimestres possibilitará a tomada de medidas tempestivas, minimizando as sobras orçamentárias e possibilitando a implementação de novas ações.

Com em relação ao indicador ORÇ 3, propomos que: 1- A análise seja realizada pela ASPLAN, uma vez que é a Unidade Administrativa com visão ampla de todo o Planejamento Estratégico, inclusive no que se refere ao monitoramento dos Projetos. Destaca-se, por exemplo, que algumas Ações Estratégicas já foram empenhadas, no entanto não estão disponíveis para análise dentro do modelo atual de medição;

2- Diminuição da Meta: de 100% para 85%, pois é a parte do orçamento anual mais suscetível às mudanças da alta Administração e portanto às políticas de gestão do período. Acreditamos que a redução da meta retrataria melhor a realidade da instituição em função da discricionariedade desta dotação orçamentária.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES										
		INDICADOR:	ORÇ 01 -EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia										
O QUE MEDE		A relação entre o valor executado do orçamento no ano corrente e o valor total do orçamento disponibilizado.										
COMO MEDIR		Orçamento Executado (OrçExec), dividido pelo Orçamento Disponibilizado (OrçDisp), multiplicado por cem. EO = (OrçExec / OrçDisp) x 100	UNIDADE DE MEDIDA:		Percentual							
			QUANDO MEDIR:		Anualmente, em janeiro.							
QUEM MEDE		Coordenadoria de Orçamento (CORÇA)										
QUEM ANALISA		Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)										
META		Executar 100% dos recursos disponibilizados, anualmente	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Sistema de Administração Financeira - SIAFI						
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2013</td> <td>97,40%</td> <td>100,00%</td> </tr> </tbody> </table>				Realizado	Meta	2013	97,40%	100,00%	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
	Realizado				Meta							
2013	97,40%				100,00%							
Resultado 2013	97,40%											
Metas Anuais												
Meta 2013	100,00%											
Histórico												
2011	99,90%											
2012	98,80%											
<p>1) Excluem-se do cálculo do indicador as despesas relativas a pessoal, benefícios, contribuição social e pleitos eleitorais.</p> <p>2) Entende-se por "orçamento executado" a despesa empenhada.</p> <p>3) Entende-se por "orçamento disponibilizado" a dotação final, isto é, a dotação inicial acrescida dos respectivos créditos adicionais.</p>												

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro

ANÁLISE DE INDICADORES

INDICADOR:



ORÇ 01 -EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A diferença entre a meta de 100% e a realidade atingida, qual seja 2,58%, refere-se ao valor de R\$ 2.765.746,71, não utilizado pelas unidades gestoras.

Variável	2013
OrçExec	R\$ 70.929.457,58
OrçDisp	R\$ 72.822.946,96

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES																				
		INDICADOR:	ORÇ 02 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO FINANCEIRA																			
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia																					
O QUE MEDE	A relação entre o valor liquidado e o valor executado do orçamento dentro do exercício.																					
COMO MEDIR	Orçamento Liquidado (OrçLiq), dividido pelo Orçamento Executado (OrçExec), multiplicado por cem. EOL = (OrçLiq / OrçExec) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual																
					QUANDO MEDIR:	Trimestralmente																
QUEM MEDE	Coordenadoria de Orçamento (CORÇA)																					
QUEM ANALISA	Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)																					
META	Alcançar 85% de liquidação dos recursos executados, até 2014.			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Sistema de Administração Financeira - SIAFI															
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º TRIM/14</td> <td>11,71%</td> <td>10,00%</td> </tr> <tr> <td>2º TRIM/14</td> <td>30,35%</td> <td>35,00%</td> </tr> <tr> <td>3º TRIM/14</td> <td>56,51%</td> <td>60,00%</td> </tr> <tr> <td>4º TRIM/14</td> <td></td> <td>85,00%</td> </tr> </tbody> </table>					Realizado	Meta	1º TRIM/14	11,71%	10,00%	2º TRIM/14	30,35%	35,00%	3º TRIM/14	56,51%	60,00%	4º TRIM/14		85,00%		
	Realizado					Meta																
1º TRIM/14	11,71%					10,00%																
2º TRIM/14	30,35%					35,00%																
3º TRIM/14	56,51%	60,00%																				
4º TRIM/14		85,00%																				
Resultado 2014	56,51%																					
Metas Anuais																						
Meta 2014	85%																					
Histórico																						
2011	69,59%																					
2012	31,93%																					
2013	39,27%																					
<p>1) Excluem-se do cálculo do indicador as despesas relativas a pessoal, benefícios, contribuição social e pleitos eleitorais.</p> <p>2) Entende-se por "orçamento executado" a despesa empenhada.</p> <p>3) Entende-se por "orçamento liquidado" as despesas devidamente liquidadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.</p>																						

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral
do Rio de Janeiro

INDICADOR:

ORÇ 02 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

Análise de Desempenho (3º trimestre):

Atingimos o percentual de 56,51% para uma meta de 60%, correspondendo a 94% do total a ser alcançado. Grande parte dos empenhos emitidos no corrente exercício correspondem a contratos de prestação de serviço com valores significativos, ressaltando que as liquidações (execuções financeiras) ocorrem mensalmente e os contratos são empenhados para todo o exercício. Ressaltamos que o referido percentual poderia ser melhor, porém as empresas contratadas têm rotineiramente apresentado problemas documentais para a efetivação dos pagamentos impactando negativamente no desempenho do respectivo indicador. Minimizando tal situação, destaca-se que contratos importantes no âmbito orçamentário, tais como: manutenção predial, despesas de teleprocessamento (backbone secundário) e postos de trabalho, representaram, neste trimestre, resultados consistentes e mais eficientes no alcance do nosso objetivo estratégico em razão de um controle mais rigoroso e efetivo sob o aspecto documental por parte da Administração frente as empresas contratadas.

Esclarecemos, ainda, que semanalmente enviamos às Unidades Administrativas planilhas contendo informações quanto a execução do orçamento sob sua responsabilidade, para fins de acompanhamento e otimização dos recursos visando evitar sobras orçamentárias. Isso posto, entendemos, após as implementações apresentadas, como satisfatório o desempenho alcançado.

Minimizando

Variável	1 TRIM	2 TRIM	3 TRIM	4 TRIM
OrçLiq	2.647.297,46	9.955.704,87	20.535.519,34	
OrçExec	22.607.030,22	32.804.403,36	36.341.478,11	

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES																		
		INDICADOR:	ORÇ 03 -ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO																	
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia																		
O QUE MEDE		O percentual entre o valor executado nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal.																		
COMO MEDIR		Valor executado nas iniciativas estratégicas (VExecInicEst), dividido pelo valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas (VDisInEst), multiplicado por 100. EOE = (VExecInicEst / VDisInEst)x100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual													
						QUANDO MEDIR:	Anualmente, em janeiro.													
QUEM MEDE		Coordenadoria de Orçamento (CORÇA)																		
QUEM ANALISA		Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)																		
META		Aumentar para 100% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal, até 2014.			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	LOA, Créditos Orçamentários e Planejamento Estratégico												
EVOLUÇÃO DO INDICADOR			2012	2013	2014															
		REALIZADO	100,25%	52,27%																
		META	98,00%	99,00%																
Resultado no período																				
Resultado 2013	52,27%																			
Metas Anuais																				
Meta 2013	99,00%																			
Meta 2014	100,00%																			
Histórico																				
2010	NM																			
2011	1,99%																			
2012	100,25%																			
		<p align="center">Evolução do indicador</p> <table border="1"> <caption>Evolution of the indicator</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2012</td> <td>100,25%</td> </tr> <tr> <td>Resultado 2013</td> <td>52,27%</td> </tr> <tr> <td>Meta 2013</td> <td>99,00%</td> </tr> </tbody> </table>				Ano	Valor	2012	100,25%	Resultado 2013	52,27%	Meta 2013	99,00%	<p align="center">Evolução no ano</p> <table border="1"> <caption>Evolution in the year</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2013</td> <td>52,27%</td> </tr> </tbody> </table>			Ano	Valor	2013	52,27%
Ano	Valor																			
2012	100,25%																			
Resultado 2013	52,27%																			
Meta 2013	99,00%																			
Ano	Valor																			
2013	52,27%																			
<p>1) Iniciativas estratégicas são aquelas indicadas no Plano Estratégico do Tribunal e as que passem a compor o portfólio de projetos estratégicos ao longo da execução da estratégia. 2) O total disponibilizado para as iniciativas estratégicas deve ser considerado a partir da aprovação da LOA. 3) Entende-se por "valor disponibilizado" a dotação final, isto é, a dotação inicial acrescida dos respectivos créditos adicionais (para iniciativas estratégicas). 4) Entende-se por "valor executado" a despesa empenhada (para iniciativas estratégicas).</p>																				

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

INDICADOR:

ORÇ 03 -ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO

Informamos que das sete ações incluídas no sistema SIGEPRO, 04 receberam dotação em 2013, sendo que destas somente 03 foram objeto de empenho, conforme pode ser verificada na planilha encaminhada em anexo. Observamos ainda, que o valor empenhado ficou aquém daquele solicitado para o projeto, nos três casos. Com relação aos projetos que não foram incluídos no SIGEPRO, mas que, ainda assim, foram objeto de empenho, informamos que foi utilizada verba de custeio ordinário de diversas unidades gestoras.

Considerando que foram despesas pontuais, com valores determinados para cada gasto, os empenhos foram emitidos de forma que os pagamentos ocorreram de imediato, com a apresentação do documento fiscal.

Desta forma, não há como se falar em percentual de execução, uma vez que todo o valor empenhado foi liquidado, ou seja, sempre será 100%.

Variável	2013
VExecIncEst	R\$ 199.133,76
VDisplnEst	R\$ 380.991,24